

Artigos Relevantes (Moeda/Dinheiro e Macroeconomia)

Por mais de dois milênios, os povos que chamamos de "ocidentais" foram assombrados pelo espectro de seu próprio ser interior: uma aparição da natureza humana tão avarenta e contraditória que, a menos que seja de alguma forma governada, reduzirá a sociedade à anarquia. A ciência política do animal rebelde surgiu em sua maioria de duas formas contrastantes e alternadas: hierarquia ou igualdade, autoridade monárquica ou equilíbrio republicano; um sistema de dominação que (idealmente) restringe o interesse próprio natural das pessoas por um poder externo ou um sistema auto-organizado de poderes livres e iguais cuja oposição (idealmente) reconcilia seus interesses particulares no interesse comum. Além da política, essa é uma metafísica da ordem totalizada, pois a mesma estrutura genérica de uma anarquia elementar resolvida por hierarquia ou igualdade é encontrada na organização da organização do universo, bem como a cidade, e novamente nos conceitos terapêuticos do corpo humano. Eu afirmo que é uma metafísica especificamente ocidental, pois supõe uma oposição entre natureza e cultura que é distintiva do Ocidente - e notavelmente contrastante com muitos outros povos que pensam que as bestas são basicamente humanas e não os humanos são basicamente bestas: para eles existe nenhuma "natureza", muito menos uma que precisa ser superada.

1. PARA ENTENDER A DISPUTA POLÍTICA EM TORNO DA CAPACIDADE DO GOVERNO EMITIR MOEDA, POR JOÃO FURTADO	3
2. DAVID DECCACHE (FACEBOOK 20200505) DEVEMOS IMPRIMIR MOEDA PARA PAGAR A CONTA DA CRISE?	8
3. IMPRIMIR DINHEIRO CONTRA A CRISE? SAMUEL PESSOA.....	9
4. ESTABILIZAR DÍVIDA A LONGO PRAZO IMPORTA MAIS QUE CONTER SEU AUMENTO NA PANDEMIA, DIZ PERSIO ARIDA	10
5. RUY FAUSTO: DENTRO E FORA DO MARXISMO - ELEUTÉRIO F. S. PRADO	13
6. FINANCIAMENTO DO TESOURO NELSON BARBOSA.....	15
7. JÁ BASTA A RECESSÃO QUE SE AVIZINHA, NÃO PRECISAMOS DE UMA CRISE DE CONFIANÇA EDUARDO ZILBERMAN DEJANIR SILVA	16
8. MAIS MOEDA EM CIRCULAÇÃO NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, AUMENTO DE PREÇOS NELSON MARCONI	17
9. ANDRÉ LARA RESENDE - MOEDA É DÍVIDA PÚBLICA	18
10. OS 10 MITOS DA ECONOMIA – MITO 1: EMISSÃO DE MOEDA E INFLAÇÃO, POR L. NASSIF	23
13. BANCOS LIVRES E MOEDAS PRIVADAS, POR FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA .	33
14. POR UMA TEORIA ALTERNATIVA DA MOEDA POR FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA	37
15. LULA, DE NOVO – DELFIM NETO	39
16. O FUTURO DA ECONOMIA MUNDIAL ELEUTÉRIO F. S. PRADO*	40
17. DO NEOLIBERALISMO “KEYNESIANO”	45
19. ECONOMIA: VEM AÍ NOVA ESTAGFLAÇÃO GLOBAL?.....	59
NOTAS	65
20. OPORTUNIDADE PARA PERDER DINHEIRO.....	66
21. VIRALATISMOS E BOLSONARISMOS NA VIDA BRASILEIRA.....	68
RENDA MÍNIMA	70
IMPULSIONAR O CANDIDATO	71
22. IMPRENSA IDEOLÓGICA , GOVERNO DE OCUPAÇÃO	72
23. TEM QUE SE PROIBIR AS CRIPTOMOEDAS, ENQUANTO É TEMPO, POR LUIS NASSIF	84
24. DOMINÂNCIA FINANCEIRA NO OCASO DO CAPITALISMO	88
O LEGADO DO MARXISMO CLÁSSICO	91
CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	96

1. Para entender a disputa política em torno da capacidade do governo emitir moeda, por João Furtado

Existe uma única circunstância que pode produzir uma fissura neste monopólio pétreo da riqueza acumulada em mãos privadas: que o Estado, por meio de políticas públicas bem concebidas e implementadas, decida criar demanda, seja fazendo obras públicas, seja pagando mais ou contratando mais profissionais da Educação, da Saúde e dos serviços públicos de uma maneira geral.

Por

Luis Nassif

26/04/2020

O meu caminho para a fogueira dos hereges Por João Furtado[i]

Este texto tem o propósito de ajudar a destrinchar um dogma pétreo do conhecimento dominante no debate público de economia, mas ele vai pavimentar o caminho que inexoravelmente leva à fogueira onde o mundo é purificado pela dor e a eliminação dos hereges.

Mas esse meu caminho demanda um preâmbulo. Vamos lá.

A minha amiga Giséle Guimarães, que conheço há 40 anos, profissional da área de Saúde, pediu esclarecimentos sobre a frase de um economista polonês (Michal Kalecki, contemporâneo de Keynes, falecido em 1970) que eu mencionei e isso ofereceu a oportunidade de escrever para outros amigos que se interessam pelos temas da economia e da sociedade e não possuem formação profissional na matéria. Poderia começar aqui com a frase de Kalecki, mas preferi explicar antes e “citar” em seguida.

Vivemos numa economia mercantil, ou seja, “de mercado”. O arroz que comemos no almoço é o resultado do esforço de outro produtor. Ao vendê-lo, o agricultor pode comprar insumos para o próximo ciclo produtivo e levar para casa um par de botinas para o filho. O sapateiro compra mais couro para sapatos e alimentos para a família e dá prosseguimento à teia de relações mercantis, que se estende indefinidamente. Pagamos todos os produtos que consumimos com aquilo que temos. E a maioria de nós tem uma única mercadoria para entregar ao mercado: trabalho. É esse o mundo “mercantil” em que nascemos e vivemos.

Mas nenhum de nós, que vivemos do nosso próprio trabalho vendido no mercado (por diferentes tipos de contrato – CLT, PJ, informal), detém realmente o poder de vender a sua mercadoria, o seu trabalho. Nós temos o desejo de vender, mas é o possível comprador que decide se vai comprar (ou não). Nós precisamos vender, ele pode comprar. A relação de compra e venda é assimétrica: quem tem o dinheiro tem mais poder. Nenhuma mercadoria recusa o dinheiro, mas o dinheiro recusa muitas mercadorias. O dinheiro compra qualquer mercadoria e o “empresário”, ou detentor de capital (“capitalista”) pode comprar muitas mercadorias e contratar muitos trabalhadores, mas também pode comprar e contratar menos. Ou nenhum. Ele pode adiar as suas compras, enquanto o trabalho precisa (quase sempre urgentemente) vender-se para alcançar o fim do próximo mês. É assim que vivem 90, 95 ou 99% das pessoas que você e eu conhecemos. (A exceção são os herdeiros, os rentistas e os capitalistas). As consequências desta assimetria são cruciais.

Uma vez que são os empresários, em seu conjunto (embora de maneira não coordenada), que definem quanto vão produzir, são eles que determinam o nível do emprego (e, portanto, o nível do desemprego). É comum que ostentem com orgulho a sua contribuição social, “gerando empregos”, mas uma vez que só eles têm os meios (a riqueza acumulada e o acesso ao crédito) para gerar empregos, eles deveriam mais apropriadamente reconhecer, com humildade, o fato de gerarem tanto desemprego. Enquanto houver monopólio de um grupo social de todos os meios de produção e do acesso ao crédito, as contribuições individuais à geração de emprego terão que ser confrontadas com a insuficiência dos empregos, que se mede com a “taxa de desemprego”. Os empresários e os capitalistas estão em condições de determinar o nível da atividade econômica, por meio das suas decisões sobre quanto produzir (com as capacidades de produção que já possuem) e sobre quanto investir (em novas capacidades de produção). Ao determinarem o nível de atividade econômica, os empresários, ou os capitalistas, determinam um dos parâmetros fundamentais do nível de bem-estar e de mal-estar da sociedade. E sempre haverá pessoas dispostas a trabalhar. Afinal, como teria dito Bloomberg ao ser perguntado a respeito da motivação dos seus “colaboradores”: “Simple. Eles precisam de três refeições por dia”. [“How do you motivate someone?” Bloomberg is said to have said. “Simple. Are they addicted to three meals a day?”]. O poder de criar ocupações (ou empregos) não está nas mãos da sociedade, ele passou a ser detido, desde que cada um de nós passou a depender da venda do trabalho para comprar arroz e feijão, por um grupo de pessoas que comandam a produção e todos os recursos produtivos, assim como o acesso a novos recursos produtivos, por meio do acesso

ao crédito. Afinal, todos sabemos que tem crédito quem tem dinheiro, um paradoxo aparente que não tem nada de paradoxal, pois afinal o banco e o sistema financeiro dão o crédito àqueles que possuem riqueza passada e muito boas perspectivas de produzirem mais riqueza no futuro, pois são eles que possuem garantias reais para oferecerem como contrapartida, caso alguma coisa se passe em desacordo com o planejado. Dito de outro modo, os capitalistas possuem o monopólio da riqueza presente e também, por meio do crédito, o monopólio da riqueza futura. Você e 99% das pessoas vende o trabalho, se e quando o 1% deseja comprar.

Existe uma única circunstância que pode produzir uma fissura neste monopólio pétreo da riqueza acumulada em mãos privadas: que o Estado, por meio de políticas públicas bem concebidas e implementadas, decida criar demanda, seja fazendo obras públicas, seja pagando mais ou contratando mais profissionais da Educação, da Saúde e dos serviços públicos de uma maneira geral. Nesse caso, o Estado cria – diretamente e indiretamente – empregos. (Diretamente, contratando profissionais, para as obras públicas ou para os serviços públicos. Indiretamente, pelo efeito das compras que os contratados realizam.)

Ora, se o Estado pode contratar pessoas e se pode gerar demanda, os “empresários” ou “capitalistas” perdem o poder de monopólio que possuem na determinação do nível de emprego. Quando são eles, com exclusividade, que determinam o nível de emprego da economia, estão por isso em posição de demandar condições que consideram adequadas para produzirem e empregarem mais. Podem demandar, por exemplo, que os impostos sobre as empresas sejam inferiores aos que incidem sobre as pessoas e sobre o consumo; ou que as regras trabalhistas sejam tais que as empresas possam demitir com facilidade; podem mesmo determinar que recebam parte dos impostos para com eles “formarem a mão-de-obra” de que as suas empresas precisam. É claro que estes exemplos não são hipotéticos, são totalmente baseados na experiência brasileira, e só parecem absurdos porque não ocorreria a nenhum cidadão razoável e cujo aparato cognitivo não esteja condicionado pelo império da informação e das análises construídas pelo sistema dominante, que as alíquotas dos impostos das empresas sejam menores do que os das pessoas; ou que os interesses coordenados pelo prédio decadente do número 1313 da avenida Paulista possam capturar a política econômica do governo, impondo-lhe uma agenda que lhe era estranha [como mostrou Laura Carvalho, no seu *Valsa Brasileira*], ou que a formação dos trabalhadores seja uma atividade comandada pelos donos das empresas, com dinheiro público, há quase 80 anos, e não pelas políticas educacionais dos governos [Quem quiser saber mais sobre isso, leia “Tempos de Capanema”, de Simon Schwartzman e outros autores; ou “(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil”, de Barbara Weinstein, uma *brazilianist* estadunidense de grande valor].

Qual é o limite para que o Estado possa criar empregos e cobrir o déficit de empregos, empregando os milhões de pessoas desempregadas? O limite é a sua capacidade de gastar. E vem daí, então, o truque mais decisivo de todos: manter limitado o gasto dos governos, impedindo-os de rivalizar com o capital no processo de criação de empregos. O Estado pode gastar menos ou mais do que arrecada. A rigor, não há limite financeiro para o que o Estado pode gastar. O único limite existente não tem nada de financeiro, é material, físico, de disponibilidade de recursos produtivos – terra, trabalho, matérias-primas, tecnologia, capacidade de transformar esses elementos materiais em produtos para o consumo. Portanto, desde que o sistema econômico seja capaz de produzir aquilo que o Estado gasta e que as pessoas demandam, a capacidade de gasto adicional dos governos é ilimitada. Repetindo: ilimitada. Aliás, como é ilimitada a capacidade de gasto dos capitalistas: quando, em uma fase de prosperidade, eles decidem investir em novas capacidades produtivas, e todos eles, ao mesmo tempo, compram máquinas, constroem edificações, contratam pessoas, encomendam mais matérias primas e materiais, sem que seja necessário que alguém deixe produzir ou de consumir para que isso ocorra – pelo contrário. O sistema tem capacidade de responder às demandas adicionais produzindo mais, sejam itens de investimento, sejam itens de produção corrente, sejam bens de consumo.

É isso que torna o sistema econômico capitalista tão vigoroso. Alguém cogita que uma empresa deixe de investir porque a sua concorrente investiu e por isso não haverá recursos? É precisamente o inverso que ocorre: quando uma empresa começa a esboçar intenções de investimento, as suas concorrentes investem também, porque a última situação que elas desejam enfrentar é aquela em que uma demanda adicional é suprida por seus concorrentes, se ela própria não tiver capacidade produtiva suficiente. Por isso, o investimento em setores com algum grau de concorrência ativa possui um “efeito manada” – um vai, todos vão. Os efeitos que uma empresa e todas as empresas desse setor sentem, todos os demais setores sentem também. A bonança típica das fases expansivas espraia-se e generaliza-se, fazendo com que muitos setores invistam, mesmo que isso não ocorra na mesma intensidade e em perfeita sintonia. Mas os investimentos ocorrem em simultâneo.

Alguém imagina que faltem recursos – físicos ou financeiros – para esses investimentos? Claro que não, porque a fragilidade do sistema econômico capitalista não está (ou raramente está) do lado da oferta, que pode crescer a taxas elevadas, mas quase sempre do lado da demanda, que sistematicamente se mostra insuficiente para ocupar plenamente as capacidades produtivas acumuladas. Por todas estas razões, é difícil conceber que o Estado só possa gastar aquilo que arrecadou, que é outra forma de dizer que ele só pode demandar (com o dinheiro dos impostos) aquilo que as empresas e as famílias deixaram de demandar (ao pagarem impostos). Essa imposição contábil indemonstrada (e indemonstrável) incorre no erro elementar de confundir as leis que regem o funcionamento do sistema econômico com as restrições materiais (e físicas) que limitam os gastos e o consumo das famílias ou das pequenas unidades de produção. Nas famílias, com orçamentos dados pelos rendimentos dos seus membros, o consumo além do limite orçamentário de hoje representa endividamento e redução de consumo futuro (para pagar as dívidas).

Nas famílias, o endividamento para trocar o refrigerador impõe reduções de gastos de consumo no futuro. Nas pequenas unidades de produção, como as da agricultura familiar sem acesso a crédito e a progresso tecnológico, as capacidades de produção são limitadas e o consumo presente (por exemplo, de uma galinha, cabra ou vaca) representa menos consumo futuro (pintos, cabritos ou bezerras). Em ambos os casos, seja da família ou da pequena propriedade com escassez de recursos, o consumo presente conspira contra o consumo futuro. No sistema econômico capitalista, com a sua imensa capacidade de mobilizar, quando convocados, os recursos ociosos (para começar, os milhões de desempregados e os ocupados em atividades improdutivas), essa limitação simplesmente não existe. E mesmo quando existe, ela será momentânea, pois as pressões de demanda (mais consumidores querendo comprar), que se refletem em alguns preços, desencadeiam respostas que modificam as condições de produção, com intensificação do progresso tecnológico e remoção das restrições, aumentando com isso a oferta de produtos nos mercados.

Em alguns casos, este processo é muito rápido, em outros casos leva mais tempo. Mas é difícil encontrar exemplos de situações em que a escassez de recursos tenha provocado o colapso da economia ou mesmo apenas a interrupção do seu crescimento. Portanto, numa economia capitalista estruturada com atividades diversificadas, os investimentos podem ocorrer sem sacrifício do consumo.

Mas de onde vêm os recursos financeiros que os capitalistas empregam para aumentarem, quase sempre de modo simultâneo (nas fases de prosperidade do ciclo econômico), os seus investimentos em produção adicional? Da sua capacidade de endividamento, não de suas reservas financeiras (lucros acumulados ou “poupanças”, como são vulgarmente chamados). E os bancos (ou o sistema financeiro) são capazes de criar esses recursos, por operações sucessivas de multiplicação de depósitos em créditos. E quanto mais houver demanda por recursos financeiros para bons projetos, mais créditos poderão os bancos criar. Alguém cogita que para uma empresa tomar um empréstimo de um banco outra empresa (ou indivíduo) terá que poupar? Claro que não.

Tanto quanto os empresários e capitalistas podem gastar recursos adicionais e o sistema se encarrega de produzir quantidades adicionais de mercadorias, o Estado também pode gastar mais, sem que isso produza escassez de recursos e inflação. O Estado pode transferir R\$ 100 ou R\$ 1000, em parcelas únicas, ou R\$ 1000 mensais recorrentemente a cada pessoa ou família sem recursos, tendo ou não o governo dinheiro de impostos. Ele simplesmente faz um crédito na conta de cada beneficiário. Com uma diferença importante com relação às empresas: o Estado possui capacidade emissora, não precisaria ser um endividamento como é o caso das empresas.

Aí vem a pergunta que fazem todas as pessoas a quem o conhecimento difundido aprisionou em seus dogmas e crenças: *mas isso gera inflação?* Sim, pode gerar inflação, mas somente se as pessoas forem ao mercado e não encontrarem produtos para comprar. Mas a inflação não é um produto inexorável da criação de dinheiro. Não haverá inflação se o dinheiro adicional for ao mercado e houver produtos. Não é o dinheiro (impresso, eletrônico, crédito na conta – não importa) que gera elevações nos preços. O que gera elevações nos preços, que podem ser momentâneas (flutuações) ou cumulativas (inflação) é uma eventual incapacidade do sistema produtivo de produzir mais. Mas então, por que razão o postulado difundido tão amplamente e tão enraizado nas crenças coletivas aparece na forma simples *dinheiro gera inflação?*

A ausência nesta passagem (mais dinheiro leva a inflação) do estágio intermediário que é o reino das mercadorias, dos mercados e das capacidades de produção é sumamente intrigante. Qual é a razão desta lacuna? Por que se diz que mais dinheiro é igual a mais inflação? A manobra ilusionista precisa crucialmente da lacuna no encadeamento lógico “mais dinheiro” leva a “maior nível de

demanda” que leva a um “maior nível de preços” se e somente se “não houver resposta dos produtores aumentando a sua oferta”.

O encadeamento lógico correto e rigoroso, sem malabarismos e ilusionismos, imediatamente suscitaria a questão de saber por que os produtores não aumentariam os seus esforços produtivos e a sua oferta de produtos e serviços para com isso auferirem lucros. Por que haveria essa incapacidade de produzir mais se há milhões de pessoas desocupadas querendo trabalhar e muitos outros recursos produtivos? A pergunta de primeiro nível que decorre imediatamente da proposição aponta para a resposta: é necessário mobilizar recursos produtivos ociosos, identificando dificuldades pontuais e superá-las, formando pessoas, implementando políticas de fomento ao desenvolvimento e à incorporação de tecnologias, melhorando acesso ao crédito, capacitando empreendedores para se tornarem empresários, construindo canais de comercialização.

Nada disso é inédito e integra as políticas públicas de muitos países onde o desemprego de pessoas é reconhecido como um custo social para as próprias vítimas e para a sociedade toda. O bem-estar, que tantas sociedades dizem perseguir, ou é compartilhado por todos ou não pode ser considerado bem-estar.

Além de não produzir aumentos de preços recorrentes e inflação, gastos adicionais orientados por políticas públicas bem desenhadas e adequadamente executadas podem mesmo resultar em reduções sistemáticas de preços e desinflação. Um exemplo que pode ajudar a cristalizar a ideia com elementos de realidade concreta é o da agricultura de pequenos produtores (responsáveis por aproximadamente ¼ da produção agrícola no Brasil).

Há no Brasil 5,3 milhões de produtores rurais, como mostra o IBGE. 4,8 milhões são pequenos produtores, quase sempre abandonados à própria sorte, sem acesso ou com acesso limitado a equipamentos apropriados, recursos financeiros, canais de comercialização bem desenhados, além de assistência técnica sistemática. É uma energia produtiva imensa, com resultados muito aquém do possível. Ofereça-se crédito (com ou sem impressão de dinheiro), contratem-se agrônomos e técnicos agrícolas para levarem conhecimentos e técnicas mais modernas e adequadas, financiem-se equipamentos e insumos, meios de transporte dos produtos – e haverá aumentos de produção substanciais, ganhos de produtividade (mais com menos) e portanto redução dos preços dos produtos agrícolas, com aumento simultâneo de rendimento dos produtores rurais e do poder (real) de compra das famílias urbanas. Todos os “dinheiros” que elevam a capacidade produtiva da economia ou que estimulam (indiretamente) essa elevação são não inflacionários ou francamente desinflacionários. É simples assim. Abandone o pensamento ordinário. Faça-se esse favor: liberte-se dos dogmas que aprisionam e que limitam as escolhas da sociedade à frustração do “quase nada é possível”. É ele que faz com que todos os governos se pareçam muito e que a desilusão da sociedade só aumente.

Cabe àqueles que sustentam dogmaticamente a crença de que mais dinheiro gera inflação o ônus de explicar a sua tese. Nós, ao contrário, sustentamos a seguinte proposição elementar e lógica: enquanto existirem recursos ociosos mobilizáveis para um uso produtivo, gastos adicionais são possíveis – e desejáveis – até que o sistema alcance um emprego produtivo e remunerado para todas as pessoas que desejam trabalhar. Todas. E se algumas não são imediatamente empregáveis, as políticas públicas poderiam – e deveriam – elevar a capacidade de formação de pessoas para torná-las empregáveis produtivamente. E o emprego produtivo deveria incluir um esforço de ampliação de sua abrangência.

Quem negará que os cuidados com os idosos e as crianças seja um trabalho produtivo imensamente relevante? O reconhecimento disso orientou o último acordo coletivo dos operários metalúrgicos alemães e a sua magnífica jornada de 25 horas semanais. É isso que aponta para um futuro viável – para a Humanidade e para o Planeta.

Então, qual é a razão para 9999 comentadores dizerem que o orçamento público precisa ser equilibrado e que se não o for coisas terríveis acontecerão em nossas vidas e todos nos arrependemos disso amargamente pelo resto de nossas vidas e seremos amaldiçoados até o quinto dos infernos? Por duas razões, uma razão de natureza econômica e outra de natureza política.

A econômica: porque os detentores do capital, coletivamente monopolistas das capacidades de produção da sociedade, desejam delimitar as ações do governo, de todos os governos, qualquer governo, seja ele dócil ou hostil, e deles extrair sempre as melhores condições para o exercício de suas atividades. Se você tem alguma dúvida, basta lembrar a chantagem que o senhor Skaf, um ex-industrial que se tornou mais um rentista e usurpou de modo permanente a representação da indústria para deter o poder absoluto do número 1313 da avenida Paulista, fez com o governo federal e a

presidente Dilma no início do primeiro mandato, exigindo incentivos e desonerações que fariam elevar os investimentos (e o nível de atividade econômica).

A chantagem, que para os ouvidos ingênuos era canto de sereia, não trouxe de volta os investimentos das empresas, mas assegurou-lhes generosas reduções de custos (correspondentes à arrecadação perdida pelo governo) e aumentos dos lucros. Mas além desta razão econômica há também a razão política: uma sociedade em pleno emprego permanente suscita nos trabalhadores ideias subversivas terríveis, como o desejo de fazer alguma coisa que não seja correr de manhã cedo para o trabalho e voltar exausto à noite, afundar no sofá, para quem o tem, e consumir, ou sonhar em consumir, o que a publicidade manda; ou quem sabe até – vejam o cúmulo – pleitear a redução da jornada de trabalho diária ou o número de dias trabalhados, ou ambos, criando com isso vagas para a imensidão de pessoas sem trabalho remunerado; ou a vontade de melhorar o ambiente e as relações de trabalho.

É evidente que esses pensamentos são terrivelmente subversivos. Portanto, para evitar os perigos dessas ideias tão perigosas para o sistema, ao invés de trabalharmos todos jornadas de 30 horas semanais, ou 25 (como os operários alemães com crianças e idosos a seu cargo), é muito mais conveniente trabalharmos 40 ou 50 e mantermos 20 milhões de pessoas à espera de sua chance – qualquer chance.

A “doutrina da finança (pública) saudável”, ou do “orçamento público equilibrado”, não é verdadeiramente uma teoria econômica ou a conclusão lógica de uma teoria. É apenas um postulado convenientemente convertido em dogma e sacralizado pelos economistas sérios e pelos vulgarizadores de suas proposições. Apenas isso. E o postulado será tão mais conveniente quanto mais pessoas acreditarem nele e temerem que a transgressão levará a economia à balbúrdia. Por isso, a sacralização do princípio de que não pode haver déficit público é a mais poderosa arma de dominação social e política que o aparato ideológico do sistema produziu e sustenta a ferro e fogo. Por isso, à fogueira os infieis!

Antes que os amigos com coração de esquerda ou simplesmente heterodoxos fiquem assanhados com tanta água a correr em seu moinho, é preciso reconhecer, como fazem pessoas muito sensatas do campo conservador, que os projetos de “vontade política” que pretenderam e pretendem elevar o gasto público sem considerações de natureza produtiva e tecnológica podem, sim, ser inflacionários, se não entregam as suas promessas (produção) em prazos condizentes. Pior ainda, esses projetos da vontade sem mais nada podem desestruturar seriamente atividades econômicas.

A vontade política pode ser um ponto de partida para melhor organizar algumas atividades econômicas e alguns mercados, de preferência poucos, promovendo a prosperidade e o bem-estar para um patamar superior, quando isso é desejável e possível, mas a execução de tal política demanda muitas tarefas e cuidados, com labor, com inteligência, com conhecimento, com as lições da experiência, sob pena de inflação e de conturbação. E nenhuma “vontade política”, por maior que seja, pode contornar esses condicionantes sem grandes riscos.

Eis o trecho de Kalecki que motivou esta explicação e desdobramentos associados:

“Sob um sistema de livre mercado, o nível de emprego depende, em grande medida, do chamado estado de confiança. Se isso se deteriora, reduz-se o investimento privado, o que resulta numa queda da produção e do emprego (tanto diretamente como através do efeito secundário da diminuição dos rendimentos sobre consumo e investimento). Isto dá aos capitalistas um poderoso controle indireto sobre a política governamental: tudo o que pode abalar o estado de confiança deve ser evitado porque isso causaria uma crise econômica. Mas uma vez que o governo descobre o truque de aumentar o emprego por suas próprias compras, este dispositivo de controle poderoso perde a sua eficácia. Daí déficits orçamentários necessários para realizar a intervenção do governo devem ser considerados perigosos. A função social da doutrina das “finanças saudáveis” é fazer com que o nível de emprego dependa do estado de confiança.” [Para quem quiser, o ensaio de Kalecki está publicado no Brasil em uma coletânea da Hucitec, intitulada Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas].

(Todo este longo argumento vale para situações normais – valia em 1980, em 2000, em 2019. Em 2020, frente ao colapso econômico que está sendo produzindo o nosso ministro talibã, empenhado na destruição da economia para obrigar os mercados a funcionarem como nas suas alucinações arcaicas, até mesmo 9998 dos 9999 economistas ortodoxos fariam muito melhor. Até Mailson, Meirelles e Palocci fariam melhor!)

[i] Economista e professor

2. David Deccache (facebook 20200505) Devemos imprimir moeda para pagar a conta da crise?

Henrique Meirelles disse que sim. Amoêdo disse que não. Economistas divergem. Eis o debate mais inútil de todos os tempos. Quer entender o pq? Explico em 16 passos.

1. Imprimir dinheiro é um termo sem sentido macroeconômico. Quem lê isso imagina enormes impressoras trabalhando sem parar. Já os economistas austríacos do YouTube imaginam o Estado raspando e adulterando moedinhas de ouro, desvalorizando o dinheiro. Nada disso faz sentido.

2. Já economistas um pouco mais rigorosos dizem que o governo se financia com tributos ou se endividando com o setor privado. Como a arrecadação está em queda e o setor privado s/ dinheiro para emprestar (precisando de ajuda do Estado, inclusive), talvez o governo tenha que emitir moeda

3. E esses economistas também estão equivocados. É um raciocínio melhor do que daqueles que imaginam enormes impressoras ou dos austríacos que acham que ainda vivemos em uma padrão ouro, mas mesmo assim é algo vem impreciso. Então o que significa essa coisa de imprimir ou emitir moeda?

4. Não caia da cadeira, mas só há uma forma do governo financiar seus gastos: criando dinheiro novo! Peço um pouco de paciência, pois isso é pouco intuitivo e até economistas têm dificuldade de entender. Abaixo, descrevo como se dá essa criação de dinheiro de acordo com a MMT

5. O governo (tesouro) tem uma conta no Banco Central chamada de Conta Única (CUT). Quando o governo realiza um gasto, seja para pagar o bolsa família ou juros para rentista, simplesmente manda o Banco Central realizar um débito na CUT e digitar o valor na conta de algum banco

6. Este processo cria dinheiro novo na economia. A tributação faz o inverso: destrói o dinheiro anteriormente criado (crédito na CUT e débito na conta do banco). Se a criação de dinheiro (gastos) for maior que a destruição (tributos) isso expande a base monetária.

7. E a expansão da base monetária vai impactar na taxa de juros básica da economia que vigora no mercado de reservas bancárias. O gasto deficitário e a consequente expansão das reservas empurra a tx de juros no mercado interbancário para baixo! É o exato oposto do que você imaginava, né? Com uma pessoa ou empresa, quanto mais deficitário o sujeito é, maior fica a taxa de juros que os credores exigem, certo? Com o governo é ao contrário.

8. Porém, no Brasil, o Banco Central é obrigado a fazer essa taxa de juros convergir para a tx. Selic determinada pelo Copom. Por isso, o BC entra em cena, enxugando o excesso de reservas através de operações compromissadas realizadas com os bancos (vende título e destrói moeda).

9. Os bancos sempre estarão interessados em trocar seu excesso de moeda que não rende juros por títulos que rendem e o BC conseguirá aproximar a taxa do interbancário à taxa determinada pelo COPOM.

10. É assim que o governo realiza seus gastos todo dia, com ou sem crise, com ou sem déficit: criando dinheiro novo e enxugando as reservas se for necessário para a determinação da taxa de juros. Portanto, não há lógica no debate sobre impressão ou emissão de dinheiro na crise. É isso que o governo já faz.

11. Alguns mais espertinhos dirão que o saldo da CUT não é infinito e chegará o momento que o governo terá que recorrer à venda de títulos ao setor privado no mercado primário que poderá não querer comprar títulos do governo (ou seja, eles iriam querer ficar com moeda que não rende juros ou comprar ativos privados ao invés de adquirir títulos públicos, o que é bem estranho).

12. Há um grande saldo na CUT de R\$ 1,36 trilhão, 18,6% do PIB. Mas e em uma situação improvável do saldo da CUT despencar e o setor privado não querer comprar títulos públicos no mercado primário?

13. Aqui tem duas hipóteses: (i) o Tesouro simplesmente vende um título para o BC (mas para isso precisamos de uma permissão via PEC, que suspenda o §1º do art 164 da Constituição) ou (ii) Caixa Econômica (CEF) compra um título do tesouro e imediatamente vende ao Banco Central.

14. Nesta operação entre BC, Caixa e Tesouro haverá uma triangulação que permitirá a compra indireta de um título do Tesouro pelo BC sem necessidade de mudança da regra constitucional. Enfim, o texto já está ficando longo, para concluir:

15. A União se financia criando dinheiro do nada. As operações compromissadas de venda de títulos não são para financiar o Estado, mas sim para alcançar a tx. de juros definida no Copom e tributos destroem reservas criadas pelos gastos

16. Portanto, se a União cria dinheiro do nada, o limite para os gastos públicos é a escassez real da economia em ofertar bens e serviços. Gastos acima deste ponto podem ser inflacionários. Contudo, essa é uma situação geralmente bem distante da realidade. No geral, a regra é que há capacidade ociosa (planejada ou não) suficiente para fazer a oferta agregada responder a mudanças na demanda agregada. Processos inflacionários mais graves costumam acontecer por conta de pressão de custos e não de demanda: por exemplo quando o preço do petróleo explode, quando preços administrados pelo governo sobem ou quando há um processo de desvalorização cambial.

Espero que tenha ficado claro como o debate sobre emissão de moeda é sem sentido.

3. Imprimir dinheiro contra a crise? Samuel Pessoa

A menos que abramos mão do controle inflacionário, não é possível monetizar o déficit

No fim do ano a dívida pública será dez pontos percentuais do PIB maior do que se pensava antes de a pandemia desembarcar por aqui. A elevação será consequência do aumento do déficit público, fruto da redução da arrecadação que advém da queda da economia e da elevação do gasto público, necessária para enfrentar a pandemia.

Várias colegas têm defendido que haja a monetização do déficit público. Isto é, que o Banco Central emita moeda e envie-a diretamente ao Tesouro para o financiamento das políticas públicas recentemente adotadas.

Como funciona o Copom e para que serve a taxa básica de juros

O Copom (Comitê de Política Monetária) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu presidente e diretores, que define a cada 45 dias a taxa básica de juros da economia, a Selic

Essa medida somente funcionará se abandonarmos o regime de metas de inflação. E, se o fizermos, ela não será necessária.

O Tesouro Nacional, por meio de seu agente, o BC, tem o monopólio da emissão de moeda no território nacional.

O grande bônus é que sempre que o setor privado precisa de mais moeda o BC pode emitir a custo zero e ganhar dinheiro. Esse poder de compra criado do nada é uma renda do Tesouro, único acionista do BC, chamada de senhoriagem.

Mas tudo na vida tem ônus. Como o BC é o monopolista na criação de moeda (sendo rigoroso de base monetária), ele é responsável por operar a política monetária.

O BC opera a política monetária fixando a taxa de juros vigente no mercado em que as condições de crédito são criadas. Trata-se do mercado do caixa dos grandes bancos. É o mercado em que um banco empresta para outro banco ou que bancos emprestam ao BC, ou vice-versa.

Esse mercado é chamado de mercado de reservas bancárias, ou, como preferem os americanos, mercado de moedas.

Se alguém fixa o preço de algo, esse alguém tem que comprar toda a quantidade que os demais agentes estão dispostos a vender àquele preço. Caso contrário, o preço do bem que foi fixado irá cair. Ou seja, não será fixo.

Assim, sempre que à taxa Selic fixada pelo Copom recursos sobrem no caixa dos bancos — sobrem pois os bancos assim escolheram —, o BC emite dívida cujo juro é dado pela Selic e recompra as reservas sobranes.

Ou seja, o ônus do BC de ser o monopolista na criação de moeda é que o custo da liquidez do mercado de reservas em excesso ao que os bancos gostariam de ter, à taxa de juros fixada pelo Copom, é do BC. Em última instância, é do Tesouro.

Se o BC imprimir reservas e transferi-las ao Tesouro e este as gastar, elas retornarão aos bancos. Estes, à taxa Selic fixada pelo Copom, decidirão emprestá-las ao BC, que terá que remunerá-las à taxa Selic. Se o BC não comprar esse excesso de liquidez, fará com que a taxa do mercado de reservas bancárias fique abaixo da Selic, estimulando um processo inflacionário.

Ou seja, o BC imprimir moeda e transferi-la ao Tesouro poderia ser um equilíbrio monetário se, a partir do normal funcionamento do regime de metas de inflação, a taxa Selic caísse a zero. Pois nesse caso a taxa de juros fixada pelo Copom para o mercado de reservas bancárias é exatamente a taxa de juros da moeda.

Os bancos estarão indiferentes entre carregar no seu caixa reserva bancária ou dívida.

Mas, se a taxa de juros do mercado de reservas bancárias for zero, o Tesouro conseguirá emitir títulos de curto prazo a juro zero e se financiar sem custo.

O problema não é a falta de dinheiro. Dinheiro se cria. O problema é o custo das reservas bancárias.

Enquanto pela operação do regime de metas de inflação esse custo for positivo, não é possível monetizar o déficit. A menos que abramos mão do controle inflacionário.

Samuel Pessoa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance. É doutor em economia pela USP.

4. Estabilizar dívida a longo prazo importa mais que conter seu aumento na pandemia, diz Persio Arida

Economista defende que crescimento futuro depende de agenda de produtividade, que vive letargia no país

[RESUMO] Uma vez que a dívida pública pode chegar a 100% do PIB neste ano, economista diz que o drama não é o patamar alto, mas a percepção de que ela poderia estar em rumo explosivo, sendo fundamental estabilizar tal relação.

Espero que o país saia desta crise o mais brevemente possível, com um senso maior de justiça e solidariedade e evitando a tragédia humana que decorreria da inação e da indiferença em relação à Covid-19. Espero que o custo social da crise seja relativamente pequeno. Espero que sejamos capazes de diferenciar os governantes responsáveis dos incapazes e malandros.

Esperanças à parte, o fato é que não sabemos como e quando a epidemia vai passar. A menos que haja um surpreendente avanço da ciência no curto prazo, teremos provavelmente repiques da infecção e quarentenas intermitentes. E passada a epidemia, além de todos os desafios econômicos e sociais que já existiam, um novo surgirá: a dívida pública será muito maior do que era.

Com exceção dos libertários adeptos do darwinismo social, ninguém discorda da necessidade de o governo sustentar a economia diante do extraordinário desafio que enfrentamos. Por razões humanitárias, devemos gastar o que for necessário na saúde e na rede de sustentação dos mais necessitados. Temos que evitar o desemprego em massa que decorreria de recuperações judiciais e falências, apoiando pequenas e médias empresas e setores específicos.

Há o apoio na forma de empréstimos com garantia do Tesouro, como o Brasil tem feito, e o apoio direto através de pagamentos a fundo perdido de parte substantiva da folha salarial, como em alguns outros países. A proporção entre pagamentos a fundo perdido e empréstimos com garantias do Tesouro varia de país para país, assim como o total da ajuda. Alguns países fazem mais e melhor que outros, mas no mundo todo os governos estão tendo que se endividar para sustentar suas economias.

No Brasil, a dívida pública deve aumentar de 75% do PIB em 2019 para cerca de 90% ao final deste ano. É um patamar inédito na nossa história. O salto decorre do aumento dos gastos públicos (mais dívida), mas também da recessão (menor PIB).

E a dívida pode facilmente chegar a 100% do PIB se pressões políticas tornarem os gastos emergenciais permanentes ou o governo cair na tentação de turbinar a economia para ganhar a eleição em 2022. A pergunta se impõe: qual nosso futuro com um grau de endividamento tão elevado?

Há quem argumente que o governo pode facilmente pagar essa dívida vendendo ativos. Simples de falar, simples de contar —R\$ 1 trilhão viria da venda de ativos imobiliários, outro trilhão da venda de estatais e mais R\$ 1,5 trilhão da venda de reservas internacionais—, mas pura fantasia na prática. E se o déficit público for muito grande, o efeito da venda de ativos será apenas temporário, porque a dívida vai voltar a crescer mais cedo ou mais tarde.

Há quem argumente, de forma mais sofisticada, que o problema não existe porque a dívida é interna. Uma espécie de Zé com Zé, nós devendo a nós mesmos. No outro extremo, há quem entenda que exista uma conta salgada a ser paga. Teríamos que implementar um regime de austeridade fiscal que gerasse 25% do PIB para fazer uma dívida de 100% do PIB, digamos, retroceder ao nível anterior.

Entender o problema corretamente é meio caminho andado. Em princípio, uma economia pode funcionar bem com uma dívida muito alta desde que os agentes econômicos acreditem que a dívida ficará estável como proporção do PIB.

Saiba quais os principais componentes do PIB e como ele é calculado

PIB trimestral é divulgado cerca de 60 dias após o fim do período e apresenta as óticas da oferta e demanda. O resultado do 4º trimestre traz um dado preliminar do ano fechado. O PIB anual definitivo é apresentado quase 24 meses após o fim do ano (o de 2019 será conhecido em novembro de 2021) Fabio Braga/Folhapress

O drama não é o patamar da dívida, mas sim a percepção de que possa estar numa trajetória explosiva. É a perspectiva de um crescimento descontrolado da dívida/PIB que erode a confiança no nosso futuro, afugenta o investimento privado, aumenta a percepção de risco do país e leva à depreciação exagerada da moeda nacional.

A dívida/PIB é estável se a dívida e o PIB crescerem na mesma velocidade. O valor da razão não se altera quando o numerador e o denominador crescem na mesma proporção. Essa condição de estabilidade está expressa na equação abaixo.

$$D*(r - g) = z$$

O significado dos símbolos é o seguinte: g é a taxa de crescimento do PIB, r é a taxa real de juros que incide sobre o estoque de dívida D e z é o superávit primário. Se a taxa de juros for igual à taxa de crescimento ($r = g$), basta equilibrar o orçamento ($z = 0$) para manter a dívida constante em relação ao PIB. Se a taxa de juros for maior do que a taxa de crescimento, como tem sido nosso caso, precisaremos de um superávit orçamentário ($z > 0$) para manter a dívida estável em relação ao PIB.

A equação serve para analisar o efeito de um aumento na dívida pública. Com uma taxa de juros de 4% e uma taxa de crescimento de 2%, a dívida/PIB permanecerá inalterada em 75% se o superávit orçamentário for 1,5% do PIB. Porém, se a dívida subir para 100% do PIB, o superávit necessário para estabilizá-la passa a ser 2%. Em outras palavras, o salto da dívida de 75% para 100% do PIB requer um esforço fiscal adicional e permanente de 0,5% ao ano. Essa é a conta que terá que ser paga pelo meu, o seu e o nosso.

O papel aceita tudo: é sempre possível calcular o superávit primário que torna qualquer dívida sustentável, mesmo que absurdamente alta. Na realidade política, no entanto, há limites para o montante da renda que os segmentos ativos da sociedade (trabalhadores e empresários) estão dispostos a transferir para os rentistas, os detentores da dívida pública. Um estoque de dívida muito elevado pode levar o país a entrar na zona de instabilidade se a sociedade se recusar a gerar o superávit necessário.

O que deve ser feito para tornar uma dívida de, digamos, 90% ou 100% do PIB sustentável?

Custo de manutenção para manter um avião de um corredor de passageiros parado varia de R\$ 11 mil a R\$ 13 mensais Eduardo Knapp/Folhapress

O primeiro cuidado é com as contas públicas (o z da equação). Quando a crise passar, temos que voltar ao teto de gastos aprovado no governo Temer e reforçar a Lei de Responsabilidade Fiscal aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso.

A longo prazo, devemos reduzir a parcela do orçamento público absorvida por salários e Previdência de 80% para 50% ou 60%, como na maioria dos países, para abrir espaço no Orçamento para gastos nas funções precípuas do Estado: prover saúde e educação de qualidade, zelar pela segurança pública e pela defesa nacional, apoiar a ciência, a inovação tecnológica e as artes. Será um processo longo e difícil.

O segundo cuidado é assegurar que o custo da dívida seja o menor possível (o r da equação). A má notícia aqui é que, tudo o mais constante, quanto maior o estoque de dívida pública, maior a taxa de juros necessária para induzir os agentes econômicos a mantê-la em seus portfólios.

Isso é verdade tudo o mais constante, mas a realidade está em perpétua mudança. O mundo terá taxas de juros mais baixas por um período longo de tempo e talvez juros nominais negativos venham a ser o novo normal pós-epidemia. Um arcabouço mais moderno das relações entre Tesouro e Banco Central, instituindo reservas bancárias remuneradas e facultando ao BC comprar títulos do Tesouro no mercado secundário de forma permanente, pode contribuir para baixar o custo da dívida.

No entanto, mesmo com medidas modernizantes e contando com o vento a favor dos juros mais baixos no mundo todo, talvez não consigamos administrar um estoque tão maior de dívida com um custo menor que o atual.

O que podemos dizer sobre g, a taxa de crescimento da economia? No final deste ano, ainda estaremos com uma renda per capita inferior à que tínhamos em 2014. Sabemos o que não fazer: dar subsídios à margem do Orçamento, alimentar os campeões nacionais, reeditar o PAC da dupla Lula-Dilma ou lançar o plano Pró-Brasil, a caricatura do Plano Marshall aventada pelo governo Bolsonaro. O caminho para crescer mais é tornar a economia mais produtiva.

O 'Plano Marshall' brasileiro para recuperação da economia

A ala militar do governo, liderada pelo general Braga Netto (Casa Civil), considera que a economia não vai se recuperar quando o isolamento acabar, sendo necessário investimento público para gerar empregos rapidamente. O plano foi rejeitado por Paulo Guedes (Economia) Pedro Ladeira - 31.mar.2020/Folhapress

A agenda da produtividade é tão (ou mais) importante que as reformas no campo fiscal. Para aumentar nossa taxa de crescimento de longo prazo, precisamos de avanços no mercado de capitais, de uma lei geral de garantias, de um bom marco regulatório, inclusive para o saneamento básico, de mais certeza jurídica na execução de contratos. É preciso ir além do marco regulatório e jurídico avançando em cinco vertentes:

(a) Abertura comercial e de serviços a sério de forma renunciada e, se necessário for, unilateral; (b) reforma administrativa radical para aumentar a produtividade do setor público; (c) um programa de privatizações de envergadura, atingindo as grandes estatais para evitar que parte substantiva do aparato produtivo seja regido por regras outras que não a busca da eficiência econômica; (d) uma reforma tributária que, além do IVA, elimine regimes de tributação favorecida; (e) uma educação pública de qualidade.

Estamos mal parados na agenda da produtividade. Apesar do prometido na campanha presidencial de 2018 e tantas vezes alardeado ao longo do ano passado, quase nada aconteceu. A reforma da Previdência foi aprovada em julho do ano passado graças ao empenho do presidente da Câmara, e o governo Bolsonaro entrou em estado de letargia desde então.

Seus projetos de reforma administrativa e de reforma tributária, se é que existem, nunca foram enviados ao Congresso. A última reforma administrativa de envergadura que fizemos foi em 1998, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso; a reforma tributária que avança no Congresso foi iniciativa do próprio Congresso.

A abertura se limitou a completar o acordo do Mercosul com a União Europeia, um acordo que já nasceu velho e que dificilmente será ratificado pela Comunidade Europeia por causa da nossa horrenda postura face ao meio ambiente. A privatização foi um fiasco: o efeito disfuncional da presença das grandes estatais continua firme e forte. A educação pública, o segredo do nosso futuro, está sendo gerida pelo pior ministro da nossa história.

Pouco surpreende que o crescimento de 2019 tenha sido anêmico. Sem a Covid-19, talvez tivéssemos tido uma recuperação cíclica que nos levasse a 2% de crescimento neste ano, mas para aumentar nosso crescimento de longo prazo precisamos tornar a economia mais produtiva. É só assim que os pobres e desesperançados terão uma vida material melhor, e de quebra resolveremos o problema de tornar uma dívida pública de 100% sustentável.

Agradeço os comentários de **Affonso Celso Pastore** e **Armínio Fraga**.

Persio Arida Economista, foi presidente do BNDES e do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso

5. Ruy Fausto: Dentro e fora do marxismo - Eleutério F. S. Prado

"Ruy Fausto se foi... para o pesar de seus amigos. Mas os seus escritos ficaram. E deles, agora, é preciso obter o melhor que possam dar", escreve o professor de Economia da USP, Eleutério Prado

4 de maio de 2020, 16:16 h Atualizado em 4 de maio de 2020, 17:50

(Publicado no site [**A Terra é Redonda**](#))

Ruy Fausto se foi... para o pesar de seus amigos. Mas os seus escritos ficaram. E deles, agora, é preciso obter o melhor que possam dar.

Trata-se de uma grande perda para o marxismo – entendido como um movimento plural com muitas tendências que se alinham e/ou competem mais ou menos intensamente entre si –, mesmo se ele próprio declarou em algum momento de seu percurso intelectual que a sua convicção política passou a estar fora, ou, talvez mesmo, para além do marxismo.

Ao falar de sua obra nesse momento de luto, é difícil se concentrar na investigação das causas desse afastamento. Dentre elas, encontra-se possivelmente a sua conclusão de que o marxismo tem dificuldade para se manter nos marcos da democracia. Mas essa questão abre um caminho de investigação que apenas pode ser trilhado criticamente num estudo que vá além das evidências históricas passadas e em que não faltem os argumentos rigorosos.

Como alguns sabem, aquele que aqui escreve discorda dele nesse ponto. O marxismo, para “mim”, só se torna fiel à Marx se acolhe a democracia radical em seu ideário, assim como o princípio dos comuns. Para criar uma nova sociedade mais igual, mais solidária e mais autônoma é preciso respeitar o princípio da livre organização e livre expressão das pessoas. Que se anote, desde o início, que o próprio Ruy nunca abandonou a tese de que as ideias são momentos da práxis.

Aqui, com a intenção de homenagear o intelectual e o estudioso de Marx, pretende-se apenas relembrar o seu projeto teórico, indicando a sua relevância para a política contemporânea. Ruy Fausto, contra a previsão de um conhecido e consagrado mestre brasileiro no estudo e na compreensão da obra do autor de *O capital*, tornou-se de fato não apenas um historiador da filosofia, mas um filósofo; parece não haver dúvida de que foi capaz de dar uma contribuição original nesse campo do saber.

Para isso, é preciso aceitar a responsabilidade de revisitar a sua obra Marx: lógica e política (Brasiliense), cujo primeiro tomo foi publicado em 1983, tendo sido republicado depois com o título de *Sentido da dialética – Marx: lógica e política* (Vozes) em 2015. Os tomos II e III vieram à luz, respectivamente, em 1987 e 2002 (Editora 34). Como o tomo II ganhara um subtítulo – *Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética* –, na nova edição, ocorreu uma inversão e este último termo passou a dominar o título anterior.

Como é bem evidente, os conteúdos desses livros se desenvolvem em torno de dois focos, a lógica e a política, com base na força das contradições e das exasperações que a dialética recebida ousa considerar. O projeto do autor é bem explícito: trata-se de fazer uma crítica do marxismo a partir de uma análise lógica dos textos do próprio Marx, mas se prendendo fortemente à logicidade que vem de Hegel. Para ele, “o marxismo envelheceu, mas, ao mesmo tempo, é desconhecido”.

Eis que se extraviara nas sendas das dialéticas vulgares, forjadas no correr de batalhas políticas, até que sobreveio a “crise do marxismo”, uma consequência decisiva, mas não só, da decomposição interna do socialismo soviético, do advento da sociedade burocrática. Fausto, com os seus textos, quis oferecer aos eventuais leitores certas elaborações que visavam uma reconstrução da dialética e uma melhor compreensão do projeto do próprio Marx.

Na introdução feita à nova edição acima mencionada, explica que a sua obra quis enfrentar uma antinomia: a política marxista orienta-se pela possibilidade real de que no desenvolvimento do capitalismo ocorra a emergência do socialismo; entretanto, ele não poderá advir de um modo espontâneo, mas apenas por meio de lutas intensas e de pequenos e grandes combates. Por um lado,

então, o socialismo é encarado como a realização histórica de um projeto ético que contempla a igualdade, a liberdade e a autonomia.

Por outro, como isto só ocorreria por meio de revoluções que envolveriam sempre a tomada do poder de Estado por parte de partidos operários, a política marxista não poderia se subordinar à ética – ela não poderia prescindir da razão instrumental. Se o fizesse, essa política desperdiçaria a potência real que visa transformar a sociedade; se não o fizesse, caso vencesse, não poria a existir mais do que uma nova forma de opressão.

Ora, isso exigia, segundo ele, que o fundamento ético estivesse e não estivesse presente no ideário e na prática de tais partidos. Mas como poderia ser acolhida e ultrapassada essa antinomia de modo a não violar o princípio da não-contradição?

Ora, seria preciso saber que há uma diferença entre o explícito e o implícito no pensamento que orienta a luta inerente ao movimento social posto em prática pelos marxistas. O laço da política com a lógica teria de se impor aqui: “o essencial no nível lógico é que (...) não pode haver compreensão da dialética sem o movimento do que é exprimido (posto) e do que não é exprimido (pressuposto)”. Sem “o manejo rigoroso da distinção entre pressuposição (discurso implícito) e posição (discurso explícito) (...) não há dialética”. E este manejo rigoroso – pode-se acrescentar – seria uma condição necessária para que uma prática política que pretendesse de fato transformar a sociedade, sem cair em surtos revolucionários que se anulam ou mesmo em amplas regressões históricas.

Essa questão se desdobra, segundo ele, em outra que também se afigura como crucial: aquela que investiga a antropologia pressuposta no melhor marxismo e, em particular, nos textos do próprio Marx. O marxismo seria ao fim e ao cabo um humanismo ou um anti-humanismo? – eis a questão. Ora, havia aqueles interpretes, em geral da corrente estruturalista, que optavam pelo segundo termo dessa antinomia.

“De minha parte” – escreveu – “eu insistia em que, se o discurso político marxiano não excluía o homem, este fica implícito, ou, se preferir, ‘no horizonte’.” Dito de outro modo, no discurso de Marx há certa presença do humanismo, mas este está pressuposto. Como, para ele, o homem não está ainda posto historicamente, não pode ser apresentado como tal no discurso que fala da sociedade ora existente. Pois, se isto é feito, o discurso e a prática se invertem e acabam caindo no anti-humanismo; se, por outro lado, se este último “anti” é afirmado como tal, nenhum progresso social pode ser alcançado. Assim, em princípio, a tarefa histórica da política marxista seria pô-lo, fazer com que o humanismo possa existir concretamente.

E assim se chega ao ponto em que é preciso mencionar aquilo que, para Ruy Fausto, consistia no núcleo de sua contribuição à filosofia: a apresentação e quase sistematização de uma teoria dos juízos dialéticos. Se o racionalismo crítico diferenciara e expusera com precisão os juízos analíticos e os juízos sintéticos a priori e a posteriori, a filosofia dos novos tempos, que superara a lógica do entendimento, continha outros juízos implícitos que era preciso distinguir com a máxima clareza possível. E a investigação dos textos de Hegel e Marx lhe mostrara que uma das causas centrais da perda da dialética pelo pensamento marxista residia numa incompreensão fundamental da natureza de seu discurso.

Assim, para uma boa compreensão de O capital era necessário ter ciência do que denominara de juízos existenciais, os quais procuram apresentar certos resultados do processo histórico real, ou seja, a realização efetiva ou não de possibilidades históricas tomadas também como reais. E aqui, tendo por referência principalmente o modo de produção capitalista, singularizava os juízos da reflexão e do sujeito. Tendo por referência a forma gramatical “sujeito é predicado”, ele aponta que, no primeiro tipo de juízo, o sujeito está pressuposto e apenas o predicado está posto; no segundo tipo, ao contrário, o sujeito passa continuamente em seus predicados.

Se a dialética marxiana diz, desse modo, por exemplo, que “o homem é o operário”, ela diz apenas que o operário como tal está posto; ela não diz, pois, que o operário é já “homem”, alguém plenamente humano; para ela, o homem como tal está apenas pressuposto no operário. Contrariamente, no nível da pré-história, o que está posto como sujeito não é mais do que uma objetivação do ainda não homem que aí existe, isto é, o seu trabalho abstrato, que se tornou um automatismo social, ou seja, o capital.

É, pois, nessa perspectiva que se deve ler a expressão $D - M - D'$, dinheiro que se transforma em mercadoria para se transformar em mais dinheiro: a mercadoria e o dinheiro, veja-se, só funcionam como diferentes formas de existência do próprio valor. E o valor é o resultado da redução do trabalho concreto do operário a trabalho abstrato, sendo ele próprio “operário”, uma forma reduzida, historicamente posta, do humano possível.

E aqui, para finalizar, é preciso deixar que o seu próprio texto fale por si mesmo. Cumpre para nós, neste momento, escutá-lo: “dado que o homem, no capitalismo, não é um verdadeiro sujeito, em todos os juízos em que o sujeito gramatical é o homem ele deve se refletir no seu predicado – dado que no capitalismo o capital é um sujeito no sentido ontológico (pleno), é necessário, ao contrário, que a reflexão não se efetue, que o sujeito capital não passe ‘nos’ seus predicados”, ou seja, que apenas passe continuamente por estes predicados.

6. Financiamento do Tesouro Nelson Barbosa

Discutamos se e como a Selic pode cair de modo compatível com o controle da inflação

Alguns colegas defendem financiamento monetário, com venda direta de títulos do Tesouro Nacional (TN) ao Banco Central (BC), ou simples saque maior dos recursos depositados na “conta única” do TN no BC para pagar as ações contra a crise. As duas questões são importantes, mas elas dizem respeito a uma fase na qual não chegamos.

Enquanto tivermos Selic positiva, qualquer criação de liquidez por parte do TN, seja com base em recursos já existentes em sua conta única ou em emissões diretas de títulos ao BC, tende a ser transformada em dívida pública do TN com o mercado.

O Copom (Comitê de Política Monetária) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu presidente e diretores, que define a cada 45 dias a taxa básica de juros da economia, a Selic

Por exemplo, apesar de proibido hoje, assumo que uma PEC autorize o financiamento direto do TN pelo BC.

O processo seria o seguinte: 1) o BC compra títulos do TN, depositando os R\$ correspondentes na conta única do TN no próprio BC; 2) o TN gasta os recursos, aumentando a base monetária da economia; e 3) o BC usa títulos públicos em sua carteira para “enxugar” a liquidez criada pelo TN via “operações compromissadas”, isto é, o BC vende títulos e recebe R\$ de volta, restaurando a base monetária ao seu valor inicial.

A existência de depósitos compulsórios complica um pouco a sequência acima (veja meu texto no blog da FGV Ibre), mas não altera seu sentido lógico: com Selic positiva e constante, o financiamento direto do TN pelo BC eleva a dívida do TN com o mercado “como se” o TN tivesse vendido títulos ao mercado.

O ponto-chave é a “esterilização monetária” de 100% das ações do TN pelo BC. Por quê? Porque o BC tem que criar ou destruir moeda, via operações compromissadas, no volume necessário para manter a Selic no valor definido pelo Copom.

Alguns colegas dirão que é justamente isso que eles desejam eliminar, que é preciso monetizar o déficit público para “forçar” o BC a reduzir a Selic. Se é esse o caso, como sempre digo, é melhor chamar as coisas pelo nome!

Em vez de discutir financiamento monetário do TN para derrubar a Selic, vamos discutir se e como a Selic pode cair de modo compatível com o controle da inflação.

Se e quando a Selic nominal puder cair para zero, aí, sim, a escolha de financiamento via moeda ou títulos se tornará viável, pois a eventual injeção de liquidez na economia por parte do TN não precisará ser esterilizada pelo BC.

Traduzindo do “economês”: Selic nominal zero significa que ela não pode cair mais, logo o BC não precisa tirar dinheiro da economia via operações compromissadas para evitar que a taxa básica de juro caia. Várias economias avançadas já estão nessa situação, mas nós ainda não chegamos lá.

Na nossa realidade de Selic positiva, para que o TN possa se financiar com mais emissão de moeda e menos emissão de títulos, é preciso “combinar com os russos”, isto é, é preciso que a sociedade queira mais moeda à taxa de juro vigente.

A própria redução da Selic é um dos fatores que podem aumentar a demanda por moeda, permitindo que parte do déficit público seja financiada com juro zero (base monetária) e outra parte com juro baixo (títulos de curto prazo).

Por isso, apesar de entender o desejo de financiamento monetário do TN para diminuir o custo financeiro da dívida pública, além de torcer para que nossa taxa básica de juro possa cair a zero, acho que nossa principal questão monetária ainda é a determinação da Selic.

E por que a Selic ainda não caiu para zero? Deixo essa questão para a próxima coluna, mas antecipo parte da resposta, é a taxa de câmbio!

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

O governo deveria emitir mais moeda para enfrentar a crise econômica? NÃO

7. Já basta a recessão que se avizinha, não precisamos de uma crise de confiança **Eduardo Zilberman Dejanir Silva**

Para a travessia da crise, economistas de diversas vertentes têm insistido, corretamente, na necessidade de gastos para proteger vidas, assegurar renda aos mais vulneráveis, manter os empregos e evitar uma falência generalizada das empresas. É preciso gastar.

Há propostas circulando para que se financie este esforço fiscal com emissão de moeda. Muitas propostas não são claras no que se entende por moeda e a operação que viabilizaria esse financiamento.

Impressão de cédulas na Casa da Moeda do Brasil (CMB), no Rio de Janeiro - Fernando Frazão - 24.jul.12/Folhapress

Moeda, na sua definição mais restrita, é composta por papel-moeda (e moeda metálica) em circulação e, em sua maior parte, por reservas bancárias, que são depósitos de instituições financeiras no Banco Central (BC), ou seja, dívida do BC com essas instituições.

No regime de metas para a inflação, adotado com sucesso no Brasil, emissões e retiradas de moeda são destinadas à manutenção da taxa básica de juros, instrumento usado para o controle da inflação, perto do valor determinado pelo Comitê de Política Monetária.

O financiamento via emissão de moeda, portanto, exigiria que o BC retirasse a liquidez adicional gerada ao comprar os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para arcar com os gastos fiscais durante a crise. Isso requer endividamento do BC a juros de mercado através das chamadas operações compromissadas.

A restrição orçamentária é implacável. Ao fim desta operação, o Tesouro “deve” ao Banco Central, que deve à sociedade. Como ambos fazem parte do mesmo governo, a dívida pública aumenta.

O Copom (Comitê de Política Monetária) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu presidente e diretores, que define a cada 45 dias a taxa básica de juros da economia, a Selic

As restrições de endividamento que se aplicam ao Tesouro na emissão de títulos também se aplicam ao BC na criação de moeda. Aumento da dívida pública requer inevitáveis sacrifícios a enfrentar no futuro, seja por corte de gastos ou por elevação de carga tributária (mesmo que temporários).

Qualquer proposta que fuja disso pressupõe que a restrição orçamentária será equalizada com inflação alta, repressão financeira e/ou repúdio da dívida (em sua grande parte nas mãos de brasileiros) mais à frente. E, esse filme, a gente já viu. O potencial de estrago é enorme.

Entretanto, não se trata apenas da inexorabilidade da restrição orçamentária governamental, mas também das interações entre as autoridades fiscais e o BC.

Historicamente, em determinadas situações fiscais adversas, a relação entre o Tesouro e o Banco Central foi conflituosa, com o Tesouro recorrendo sistematicamente ao BC para que este emita moeda para financiar os gastos fiscais.

Até 24,7 milhões de trabalhadores podem per emprego em todo o mundo por causa da pandemia de coronavírus, afirmou a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Rivaldo Gomes/Folhapress

No regime de metas, o que, de fato, permite ao BC controlar a inflação é justamente o compromisso de que a política fiscal será conduzida de forma responsável, preservando a autonomia do BC. Este compromisso, entretanto, é tão frágil politicamente que precisou ser imposto por lei.

A situação fiscal corrente bastante frágil, assim como o risco substancial de que o mundo político desvirtue as medidas fiscais supostamente temporárias de combate a crise, já seriam o suficiente para que se questione esse compromisso.

A narrativa adequada ao momento deveria reforçar o compromisso com a responsabilidade fiscal após a crise da Covid-19. O flerte com a emissão de moeda para financiar os necessários gastos do governo vai na direção oposta.

Já bastam a crise na saúde e a recessão brutal que se avizinha, não precisamos e uma crise de confiança adicional.

Eduardo Zilberman

Professor associado do Departamento de Economia da PUC-Rio

Dejanir Silva

O governo deveria emitir mais moeda para enfrentar a crise econômica? SIM

8. Mais moeda em circulação não implica, necessariamente, aumento de preços Nelson Marconi

O Brasil vem passando por uma crise de saúde pública que tem graves implicações na economia em função do alastramento da pandemia de Covid-19. Além das mortes indesejadas, o PIB do país deverá sofrer a maior queda de sua história neste ano. Nesse momento, faz-se necessário que o governo brasileiro eleve substancialmente as despesas para garantir a renda dos menos favorecidos, expandir os serviços de saúde pública e ajudar as empresas a atravessar esse período.

Corre uma discussão entre os economistas sobre a forma de financiar esse necessário gasto adicional. Teoricamente, seriam três possibilidades: aumento de impostos, venda de títulos do Tesouro Nacional (o caixa do governo) aos bancos, empresas e pessoas físicas (o chamado mercado) ou venda de títulos do Tesouro ao Banco Central.

Impressão de cédulas na Casa da Moeda do Brasil (CMB), no Rio de Janeiro - Fernando Frazão - 24.jul.12/Folhapress

As duas primeiras são as formas usuais de financiamento das despesas públicas, enquanto a terceira não está autorizada pela atual legislação e nem pela PEC do orçamento de guerra. Aumentar impostos para financiar despesas adicionais não parece ser uma solução de curto prazo, embora seja essencial a médio prazo elevar a tributação apenas sobre os mais ricos para que deem sua contribuição ao país neste cenário. Por sua vez, vender títulos junto ao mercado aumenta nossa dívida e a conta a pagar no futuro junto a todos que financiam o governo.

A terceira opção, ainda que necessite de mudanças na legislação, é a mais razoável agora. Em troca dos títulos que recebe, o Banco Central entregaria moeda ao Tesouro Nacional. Isso é o que chamamos de financiar o gasto público através da "emissão" de moeda.

A operação de venda de títulos do Tesouro Nacional junto ao Banco Central gera uma dívida um pouco diferente, porque se dá entre dois entes governamentais e, portanto, o acerto pode ser feito ao longo do tempo e quando houver oportunidade para tal. Assim estão fazendo países como os EUA e a Inglaterra. Parece estranho? Tempos anormais exigem soluções anormais.

Como funciona o Copom e para que serve a taxa básica de juros

O Copom (Comitê de Política Monetária) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu presidente e diretores, que define a cada 45 dias a taxa básica de juros da economia, a Selic

Ainda segundo alguns economistas, essa medida poderia gerar um aumento da inflação porque elevaria a quantidade de moeda em circulação e implicaria redução da taxa de juros maior que a desejada pelo governo nesse momento. Então vejamos. O fato de existir mais moeda em circulação

não implica necessariamente aumento dos preços. Uma inflação crescente decorre da existência de demanda superior à oferta em uma economia. Em uma economia comalida como a nossa, esse aumento do gasto público financiado pela colocação de moeda em circulação não pressionará os preços, apenas ajudará a remediar um cenário tenebroso para a população e o funcionamento de nossa economia. E a taxa de juros, neste momento, tem que cair; pelo mesmo motivo, não há razão para pensar que sua queda gerará mais inflação. É bom que isso fique claro: o que pressiona a inflação é o excesso de demanda ou a escassez de oferta; a moeda só ajuda nesse processo, pois facilita as transações.

Por que então o Tesouro não usa permanentemente esse mecanismo de financiamento através do Banco Central? Porque se a economia estiver operando normalmente, o Banco Central precisa regular o nível de atividade por meio do controle da taxa de juros e, assim, influir sobre a inflação. Se ele colocar muita moeda em circulação, perde esse controle. Por isso, vamos devagar com o andar — mas, neste momento de crise, o financiamento dos gastos públicos por meio da expansão monetária parece a melhor opção.

Nelson Marconi

Professor da Eaesp-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas) e pesquisador visitante na Universidade de Harvard (EUA); foi coordenador do programa de governo do candidato à Presidência da República Ciro Gomes (PDT) em 2018

TENDÊNCIAS / DEBATES

9. André Lara Resende - Moeda é Dívida Pública

[RESUMO] Em meio a uma crise que ameaça se transformar em catástrofe econômica e social, é preciso compreender que especialmente nessa hora o Estado pode, e deve, investir de forma produtiva, o que não implica em setor público inchado, refém de clientelistas. Para agir de maneira eficaz é urgente superar falsas premissas sobre políticas monetária e fiscal e rever a proibição de o Banco Central emitir moeda para financiar o Tesouro.

Diante do drama da pandemia, nem os mais renitentes defensores do equilíbrio fiscal ainda sustentam que o Estado não pode aprovar despesas sem fontes tributárias. Qualquer pessoa de bom senso concorda que o Estado deve gastar o que for necessário na saúde e na ajuda assistencial aos que estão sem emprego, sem renda e sem alternativas.

Com a arrecadação em queda, o momento não permite o aumento dos impostos, o que agravaria a dramática recessão que enfrentamos. As despesas emergenciais irão inevitavelmente aumentar o déficit das contas públicas.

Só restam duas alternativas: a emissão de moeda ou o aumento da dívida. A decisão de como financiar o déficit, substantivo e inevitável, tem provocado controvérsia. Pode-se emitir moeda? Existe um limite para o aumento da dívida?

Começemos pela questão da emissão monetária. No mundo contemporâneo, moeda e dívida pública não são tão diferentes como se pretende. São ambos passivos do setor público. Tanto a moeda como um título do Tesouro são dívidas do Estado.

No passado, a moeda metálica tinha um valor intrínseco. Depois, passou a ser um certificado de dívida pública, que poderia ser convertido numa mercadoria de valor intrínseco, o ouro. Hoje, é apenas mais um certificado de dívida do Estado que não tem lastro metálico, é puramente fiduciário. Quase toda moeda contemporânea, como também a dívida pública, é apenas um registro contábil eletrônico.

Qual, então, a diferença entre moeda e dívida pública? A moeda não paga juros e é o ativo líquido por definição, isto é, sempre aceito pelo seu valor de face.

No passado, a dívida não monetária era relativamente ilíquida. O preço de um título de dívida poderia sofrer grandes deságios, caso houvesse pressa para vendê-lo, pois o mercado era desorganizado e pouco líquido. A maioria dos compradores de dívida eram investidores que pretendiam levar os títulos até o resgate.

Hoje, com os mercados financeiros hiperdesenvolvidos, a dívida pública tem praticamente a mesma liquidez da moeda. Com as taxas de juros básicas, que balizam os juros da dívida, próximas de zero ou até mesmo negativas em grande parte do mundo, a distinção entre moeda e dívida torna-se praticamente irrelevante. São ambas dívidas públicas de alta liquidez.

A moeda contemporânea, sem valor intrínseco, é apenas um certificado de dívida, sem prazo de vencimento, ou seja, uma perpetuidade, que não paga juros, mas essencialmente um certificado de dívida pública. A principal diferença é institucional: a moeda é um passivo do Banco Central, por isso não é computada como dívida pública. Esta é a razão da polêmica em torno da monetização dos déficits públicos.

O Copom (Comitê de Política Monetária) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu presidente e diretores, que define a cada 45 dias a taxa básica de juros da economia, a Selic

Quando o Estado gasta, necessária e inevitavelmente, aumenta o seu passivo consolidado, mas se opta por financiar seus gastos com emissão de moeda, ou seja, com aumento do passivo monetário do Banco Central, não há aumento da dívida pública. Substantivamente, não há qualquer diferença, o passivo consolidado do Estado irá aumentar, mas o aumento não será expresso na dívida pública.

Com tanta discussão e confusão em torno do assunto, não tenho a intenção de massacrar o leitor com mais uma exposição excessivamente técnica. Peço apenas mais um pouco de paciência, para expor um ponto de alta relevância e malcompreendido.

Tanto o Estado quando o sistema bancário criam moeda. A moeda é um passivo do Estado, mas o sistema bancário tem permissão para criar um passivo que, em última instância, é do Estado. Os bancos que têm conta no Banco Central podem criar moeda e obrigá-lo a sancionar essa expansão.

Para evitar que a taxa juros no mercado de reservas bancárias, principal instrumento de política monetária, se desvie da taxa fixada, o Banco Central é obrigado a sancionar a expansão da moeda. Ao dar crédito os bancos emitem moeda.

Essa é a razão pela qual não são meros intermediários, que canalizam a poupança para o investimento, mas agentes que criam poder aquisitivo. Assim como o Banco Central, o sistema bancário cria poder aquisitivo.

Enquanto a moeda criada pelo sistema bancário financia primordialmente gastos privados, a moeda criada pelo Banco Central poderia financiar os gastos públicos, mas não é o que ocorre. A proibição de que o Banco Central financie o Tesouro obriga o Estado a emitir dívida sempre que gasta.

Trata-se de uma restrição legal, cuja justificativa é impedir a “monetização” do déficit público. Ocorre que a dívida subscrita pelo sistema financeiro obriga o Banco Central a emitir as mesmas reservas que teria emitido para financiar diretamente o Tesouro.

O aumento de poder aquisitivo na economia é exatamente o mesmo. A diferença é que a “emissão” de moeda será feita pela expansão do crédito bancário, forçando os bancos a se refinanciar com o Banco Central.

Essa é a razão pela qual aproximadamente 40% da dívida pública é hoje financiada pelo Banco Central por meio das chamadas “operações compromissadas”, que nada mais são do que emissão de reservas, base monetária, para o sistema bancário.

Em vez de o Tesouro ser forçado a emitir dívida, vendê-la para o sistema bancário, que por sua vez vai se financiar no Banco Central, o próprio Banco Central poderia financiar o Tesouro, com reservas remuneradas à taxa básica, sem necessidade de emissão de dívida.

O sistema de reservas remuneradas já existe e é utilizado, entre outros bancos centrais, pelo Fed americano. Se as “compromissadas” fossem transformadas em depósitos remunerados no Banco Central, a dívida pública se reduziria a 60% do que é hoje, ou seja, cairia de 75% para 45% do PIB.

Aqui está a chave de toda a celeuma em torno da emissão de moeda para financiamento de gastos públicos, da chamada monetização do déficit.

O PIB trimestral é divulgado cerca de 60 dias após o fim do período e apresenta as óticas da oferta e demanda. O resultado do 4º trimestre traz um dado preliminar do ano fechado. O PIB anual definitivo é apresentado quase 24 meses após o fim do ano (o de 2019 será conhecido em novembro de 2021) Fabio Braga/Folhapress

Durante décadas, sobretudo sob a batuta de Milton Friedman e seus discípulos da Universidade de Chicago, sustentou-se que os bancos centrais não poderiam emitir mais base monetária do que o crescimento nominal da renda, sob pena de provocar inflação.

Com as suas bases conceituais questionadas desde Knut Wicksell, há mais de um século, a tese de que a emissão de moeda pelo Banco Central provoca necessariamente inflação foi completamente desmoralizada pelo experimento do Quantitative Easing. O QE, implementado pelos bancos centrais dos países atingidos pela crise financeira de 2008, nada mais é do que expansão de base monetária para que o Banco Central possa socorrer o sistema financeiro.

Os bancos centrais chegaram a multiplicar seus passivos por mais de dez vezes, isto é, expandiram a base monetária em mais de 1.000%, sem que houvesse qualquer sinal de inflação. Ao contrário, todos os países nos quais o QE foi implementado continuaram a beirar perigosamente a deflação.

Recapitemos. Moeda é emitida tanto pelo Banco Central como pelo sistema bancário. A emissão de moeda pelo Banco Central, por determinação legal, não pode financiar o Tesouro, mas é permitida para expandir as reservas dos bancos, que então expandem a moeda e financiam o Tesouro.

No final, a expansão da moeda é a mesma, mas há uma correspondente expansão da dívida, e é o sistema bancário que decide a taxa exigida para financiar a dívida. Esqueçamos que o sistema bancário lucra, e muito, nessa desnecessária intermediação, e vejamos como esse arranjo institucional serve ao propósito de restringir os gastos do Estado.

Como a expansão da dívida pública foi transformada no principal indicador de desequilíbrio fiscal, a proibição de que o Banco Central financie diretamente o Tesouro, ao obrigar a emissão de dívida, reforça o coro dos alarmistas: a relação dívida/PIB vai superar o limite mágico, a dívida será impagável e a economia caminhará para o abismo.

Falso, tanto do ponto de vista lógico como empírico, mas serve para elevar as taxas cobradas pelo sistema financeiro para financiar a dívida e pode vir, efetivamente, a causar problemas, porque, como veremos à frente, as expectativas, ainda que equivocadas, contam.

Ao impedir que o Banco Central financie o Tesouro, sem passar pela intermediação do sistema financeiro e sem emissão de dívida pública, o arranjo institucional vigente reproduz uma restrição histórica.

Enquanto prevaleceu o padrão-ouro, o Estado não podia emitir moeda sem lastro metálico; já a emissão de moeda pelo sistema bancário não tinha qualquer restrição. Com a moeda fiduciária, foi necessário criar restrições institucionais para forçar o Estado a emitir dívida. Faz sentido, poder-se-ia argumentar.

É uma forma de pressão para que o Estado não gaste de maneira irresponsável e demagógica. O financiamento do gasto do Estado diretamente pelo Banco Central, embora mais prático e menos oneroso do que pela via indireta da emissão de dívida, é politicamente perigoso, pois pode dar a impressão de que o gasto público não tem custo, de que é possível fazer mágica.

A cautela em relação à tentação populista de expandir gastos demagógicos é compreensível. Sobretudo quando as elites abdicaram da vida pública, respaldadas num “laissez faire” primário, retiraram-se para tratar de seus interesses privados, e a política ficou relegada ao baixo clero.

A cautela, contudo, desaparece quando se trata de emitir moeda para que o Banco Central salve o sistema financeiro. A moeda, emitida de forma irrestrita pelo sistema bancário durante um período de euforia, contrai-se de forma brusca quando as expectativas se revertem e o otimismo desaparece.

Foi o que ocorreu nos países avançados que estavam no epicentro da crise de 2008. Os bancos centrais foram então chamados a exercer o seu papel institucional de emprestador de última instância: emitir moeda. Emitir moeda, na expressão de Mario Draghi, então presidente do Banco Central Europeu, “whatever it takes”, custe o que custar, para salvar o sistema financeiro.

Se o dinheiro usado para salvar o sistema financeiro tivesse que percorrer o mesmo caminho exigido para todos os demais gastos públicos, o Tesouro teria que aumentar impostos ou aumentar a dívida pública. Salta aos olhos que a resistência política seria enorme.

Por isso, aceita-se que o Banco Central emita moeda, tomando-se o cuidado de dar a essa emissão extraordinária um nome absurdo para intimidar os leigos. O Quantitative Easing é emissão, pura e simples, de moeda para comprar os ativos que o sistema financeiro não tem mais como carregar, sem realizar prejuízos insuportáveis.

Para se ter ideia da magnitude da emissão monetária do QE, basta lembrar que, com a crise de 2008, o Fed aumentou a base monetária americana de 3% para 30% do PIB. Agora, com a crise da Covid-19, o Fed voltou a aumentar a base monetária para 50% do PIB. Desde 2008 até hoje, o Fed expandiu o seu passivo em mais de 45% do PIB.

Como o aumento do passivo público foi feito pelo Fed, não aparece na estatística de dívida, não aumenta a relação dívida/PIB, mas é dívida pública, exatamente como seria se o Tesouro tivesse sido obrigado a emitir títulos para salvar o sistema financeiro.

Vamos ver se entendemos. Quando o gasto público é para salvar o sistema financeiro, o Banco Central é autorizado a emitir e creditar os recursos diretamente nos bancos, sem aumento da dívida pública, para que não haja questionamento da sociedade.

~~O problema da dívida não é a emissão de moeda, mas a emissão de títulos de dívida pública, que é a emissão de títulos de dívida pública.~~

Examinemos então custos e riscos do aumento da dívida pública que tanto assustam os analistas. Quando a dívida é externa, denominada em moeda estrangeira, o país precisa transferir recursos reais para o exterior, equivalentes ao “serviço” da dívida, isto é, ao pagamento de juros e de amortizações.

A transferência de recursos para o exterior diminui a renda disponível e exige que o país reduza o consumo e o investimento. O esforço de geração de um excedente a ser transferido para o exterior é penoso e pode ser, econômica e politicamente, inviável.

O “problema da transferência” aparece na literatura econômica, a partir de crítica feita por John M. Keynes às reparações de guerra, exigidas da Alemanha pelo Acordo de Versalhes.

Quando a dívida é interna e denominada em moeda nacional, como é o caso da dívida brasileira hoje, o problema não existe. O serviço da dívida interna denominada na moeda nacional não exige transferência de recursos para o exterior.

O Estado deve para os seus próprios cidadãos. É uma dívida de brasileiros com brasileiros, ou de “Zé com Zé”, para usar um velho jargão do mercado financeiro. O Estado pode sempre refinar a dívida e emitir, se necessário, para cobrir o seu serviço.

Não existem, então, custos nem limites para a dívida interna? Sim, existem, mas os custos são de caráter distributivos e, embora não haja nenhum limite técnico, a relação entre a dívida e a renda nacional não pode seguir uma trajetória explosiva. Para entender o motivo, raciocinemos por absurdo.

Imagine que o Estado seja de fato, como pretende o liberalismo primário dos fiscalistas, a encarnação do mal, que gaste exclusivamente com transferências para a sua clientela e que financie essa farra com a emissão de dívida. No limite, só os que recebem do Estado terão renda, logo, só eles poderão ser os detentores da dívida. A partir de certo ponto, ficará claro que estão numa corrente da felicidade, recebendo de quem são credores, sem ter o que comprar com o que recebem, pois nada mais se produz na economia.

Para evitar o absurdo de uma relação dívida/PIB que tenda para o infinito, ou, o que é o mesmo, de uma relação PIB/dívida que tenda para zero, basta garantir que o crescimento a longo prazo da renda seja superior ao crescimento da dívida. Para isso, antes de mais nada, é preciso que a renda cresça.

O crescimento exige investimento produtivo, e o investimento produtivo é diferente do investimento financeiro. É a combinação da falta de investimentos públicos —em saúde, saneamento, educação, segurança e infraestrutura— com o excesso de liquidez no mercado financeiro que leva à estagnação com inflação dos preços de ativos.

Ao responder a esta crise da Covid-19 com mais QE, sem investimentos públicos e privados produtivos, arriscamos agravar a dissociação entre preços de ativos financeiros e a economia real.

Esta crise não é apenas um problema clássico de insuficiência de demanda. O fechamento da economia, ainda que venha a ser abrandado, reduz tanto a demanda quanto a oferta. Se a pandemia não for rapidamente superada, a capacidade de produção poderá ser seriamente afetada.

1. O custo da mensuração para o aplicativo de viagens

Muitas empresas dos setores mais atingidos, como turismo, hotéis, restaurantes, avição comercial, entre outros, não irão conseguir sobreviver. Grande parte da capacidade instalada irá se perder. A recuperação exigirá coordenação estatal e grandes investimentos para repor a capacidade de oferta.

Com a oferta reduzida, o déficit provocado pelas transferências assistenciais e pelos investimentos, indispensáveis para viabilizar a volta do crescimento, poderá, efetivamente, vir a pressionar as contas externas. A desvalorização do real, que hoje é puramente especulativa, provocada pelo equivocado receio de que o aumento do déficit público gere inflação, pode vir a desancorar as expectativas.

Estamos diante de uma crise inusitada, que pode se transformar numa catástrofe econômica e social. Para se ter chance de superá-la, é preciso compreender que o Estado pode, e deve, investir de forma produtiva.

Isso não é o mesmo que defender um Estado inchado, refém de interesses clientelistas. A moeda é endógena, acompanha o ritmo e os humores da economia, e é emitida tanto pelo Banco Central como pelo sistema financeiro. O aumento do crédito, seja ele público ou privado, sem contrapartida de investimento real, produz bolhas especulativas, mas não leva ao crescimento.

No mundo da moeda fiduciária e do QE, a política monetária e a política fiscal são indissociáveis. Devem ser coordenadas, idealmente por um único órgão técnico independente, que tenha superado um arcabouço macroeconômico anacrônico, mas ainda predominante.

Infelizmente, velhas ideias e interesses constituídos podem resistir tanto à razão quanto à beira do precipício.

André Lara Resende, economista e doutor pelo MIT, foi diretor do Banco Central, presidente do BNDES e um dos formuladores do Plano Real.

The Keynesian Revolution

<https://bostonreview.net/class-inequality/jonathan-kirshner-keynesian-revolution>

10. Os 10 Mitos da Economia – Mito 1: emissão de moeda e inflação, por L. Nassif

O primeiro mito é que a inflação é um fenômeno inteiramente monetário, princípio consolidado em 1970 por Milton Friedman com sua famosa lei: “A inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário no sentido em que é e só pode ser gerado por um aumento da quantidade de dinheiro mais rápido do que o da produção.”

Por
Luis Nassif
-
22/10/2020

Desde a crise de 2008, tem ocorrido uma dessacralização de uma série de mitos do pensamento econômico, alçados à condição de dogmas. A revista francesa Alternatives Economiques decidiu selecionar 10 desses mitos, compilando as discussões que estão ocorrendo nos centros acadêmicos de países desenvolvidos.

O primeiro mito é que a inflação é um fenômeno inteiramente monetário, princípio consolidado em 1970 por Milton Friedman com sua famosa lei: “A inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário no sentido em que é e só pode ser gerado por um aumento da quantidade de dinheiro mais rápido do que o da produção.”

PUBLICIDADE

Nos últimos anos, esse dogma passou a ser questionado especialmente pelos seguidores da chamada Nova Teoria Monetária.

Friedman afirmava que quando os governos apoiam a atividade econômica com déficits orçamentários financiados pela emissão de moedas, o resultado seria a inflação. A quantidade de dinheiro em circulação cresceria mais rapidamente do que a atividade econômica, e pela lei da oferta e da procura, mais moedas comprando a mesma quantidade de bens significaria aumento de preços, perda do poder de compra e do crescimento.

Nos anos 70, não houve maneira de conferir a lei na prática. Na década de 80, a oferta monetária cresceu mais rapidamente que a atividade. Mas a inflação estava em queda. Na década de 1990, a oferta de moeda manteve-se na mesma proporção que a produção, mas os preços subiram.

A prova do pudim chegou com a crise de 2008. Os bancos centrais de todo o mundo emitiram a mais não poder. E a inflação nunca esteve tão baixa. Em pleno 2020, depois da enxurrada de novas emissões, o maior risco continua sendo a deflação.

Houve alta de ativos, devido aos movimentos especulativos decorrentes do excesso de liquidez. Mas não no preço dos bens em geral. As flutuações financeiras e imobiliárias obedecem a muitas determinantes, constata a revista, daí a dificuldade em atribuir elas a uma única causa, como a emissão de moeda.

Mais do que nunca, a inflação responde a múltiplos determinantes, os conflitos entre empregados e empregadores, entre credores e devedores, entre as várias empresas e sua capacidade de ficar preços. Ou seja, a inflação continua sendo principalmente um fenômeno político e social.

Os demais mitos relacionados pela revista são:

* A dívida pública é um obstáculo ao crescimento

* Baixo desemprego eleva os salários.

* A Bolsa capitaliza as empresas.

* Desvalorização cambial incentiva o crescimento.

* Aumento do salário mínimo destrói empregos.

* Salários mais baixos criam empregos.

* Abertura comercial beneficia a todos.

11. Para além da crítica da economia política

"A economia se apresenta como ciência quando já deixou de ser, tornou-se tão somente uma prédica de interesses inconfessáveis", escreve o professor sênior de Economia da USP Eleutério Prado

9 de novembro de 2020, 15:17 h Atualizado em 9 de novembro de 2020, 15:27

- **1 Por Eleutério F. S. Prado**

Como se sabe, a crítica da Economia Política consiste num objetivo conjugado da apresentação dialética do sujeito automático na obra de Karl Marx *O capital*, o déspota sistêmico que rege o funcionamento do modo de produção capitalista e condiciona tanto as instituições como os comportamentos dos indivíduos na sociedade burguesa.

Essa crítica, como também se sabe, parte de uma diferença que foi indicada pelo próprio Marx numa nota de rodapé do primeiro capítulo desse livro monumental: a economia política clássica distingue-se porque "investiga o nexo interno das condições de produção burguesas", enquanto que a economia vulgar visa apenas "o nexo aparente (...) oferecendo um entendimento plausível dos fenômenos". Também se sabe que a economia vulgar foi consagrada como tal já nas últimas

décadas do século XIX, pois se passou a considerar esse saber como ciência positiva por excelência.

A crítica marxiana, portanto, consiste, por um lado, em mostrar a aparente veracidade ou mesmo a falsidade das formulações da economia vulgar e, por outro, em retificar as teorias clássicas, eliminando as suas confusões, mas especialmente vinculando de maneira correta a forma e o conteúdo, a aparência e a essência das relações de produção capitalistas. Um elemento central dessa crítica, como atualmente se admite sem contestação, consiste em mostrar como toda essa cientificidade, vulgar ou não, cai no fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do próprio capital. Não há dúvida, ademais, que esse modelo de crítica continua importante no século XXI, mesmo se se pode considerar que se tornou insuficiente.

A razão pela qual se tornou necessário ir além da crítica da economia política vem da necessidade de fazer uma crítica da economia tecnocrática, a qual ainda não existia como tal no tempo de Marx. Eis que a primeira foi substituída aos poucos, a partir do último quartel do século XIX, por uma cientificidade que se vale dos recursos do cálculo diferencial para criar um saber cada vez mais apropriado à governança do capitalismo.

Passou, assim, a se denominar simplesmente de Economia sob o argumento de que se constituía a partir de então como um saber positivo, altamente rigoroso, isento supostamente de orientações normativas. Entretanto, a supressão da qualificação de saber político dá-se apenas na aparência. O ocultamento de seu caráter de saber do interesse das classes e do Estado apenas favoreceu o desenvolvimento de um saber tecnocrático – o qual acabou se impondo, mas não já no final do século XIX e começo do século XX. De fato, adquiriu esse caráter só depois.

Desprezando o passado frutuoso dessa ciência, Stanley Jevons, por exemplo, declarou que, “se a Economia deve ser em absoluto uma ciência, deve ser uma ciência matemática”. Alfred Marshall, que também empregou o cálculo na construção da economia neoclássica nascente, relegando, entretanto, as formalizações aos apêndices, considerou que “o papel do raciocínio científico sistemático na produção de conhecimento assemelha-se ao que a máquina desempenha na

produção de bens”. León Walras considerou que a teoria do valor de troca tinha de se inspirar na mecânica clássica com o objetivo de construir “uma ciência em tudo semelhante às ciências físico-matemáticas”.

Todos esses autores empregaram a matemática com o objetivo principal de formular uma teoria das decisões econômicas, de compra e venda de mercadorias em particular, saber esse baseado no papel dos incrementos marginais na maximização da utilidade ou dos lucros. Só depois, porém, é que a estrutura teórica assim construída se tornou um saber instrumental voltado para a política econômica. De qualquer modo, o homem econômico passou assim, já nos textos desses autores, a ser pensado como uma máquina computacional perfeita, autômatos que personificam de maneira ideal o ser humano que se tornou suporte nas tramas concretas da relação de capital. Esse homem, em última análise, resume-se num cálculo de otimização.

Uma coisa é certa, a matematização da economia política buscou desde o início se beneficiar do prestígio das ciências naturais que foram capazes de empregar métodos exatos no domínio do conhecimento da natureza, precondição para que esse domínio também se tornasse efetivo e extensivo na indústria. O efeito performativo dessa transformação foi evidente desde o princípio.

A economia pode almejar, assim, tornar-se parecida com as ciências “físico-matemáticas”, mesmo se a sua falta de rigor conceitual tenha ficado camuflada atrás dessa exatidão formal. A redução das utilidades dos diversos bens diferentes entre si, incomensuráveis em princípio, à uma medida abstrata de utilidade é, por exemplo, uma operação lógica que nunca foi esclarecida. No entanto, um enorme e pretensioso edifício teórico foi construído e lançado em cima desse abismo teórico. Como os gatos no desenho animado, ele se levanta e paira no vazio apenas porque não permite, dentro dele, que se olhe para baixo.

Desde o princípio também estava inscrito na matematização da Economia o seu futuro como saber tecnocrático que visa a governança das organizações privadas e estatais do capitalismo. Pois, a lógica matemática empregada na formulação da teoria econômica daí em diante será a lógica do algoritmo, da automatização dos procedimentos, da transformação do humano em máquina. E ela é

evidentemente consentânea com a busca da eficiência e da eficácia, aparentemente dedicada à elevação do bem-estar social, mas que está voltada na verdade sobretudo à acumulação de capital. E esta, porque é regida por um princípio de desenvolvimento infinito, tem como contrapartida o esgotamento inexorável da natureza humana e não humana.

Note-se que governança é usualmente entendida como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de uma empresa, de um aparelho do Estado e do sistema econômico como um todo. Ora, o propósito da governança consiste invariavelmente na automação dos procedimentos em geral, na automação dos comportamentos humanos e, assim, da própria existência social.

Pois, consiste na gestão das organizações em geral em prol da acumulação de capital. A governança em princípio, portanto, trabalha para produzir sofrimento e não prazer, vida ruim e não vida boa, ainda que o sistema que ela regula possa compensar parte dos sujeitos frustrados e permanentemente insatisfeitos que cria por meio de um consumismo compulsivo e desvairado.

A Economia contemporânea se apresenta como ciência positiva, ou seja, como um saber que busca um conhecimento sobre os funcionamentos aparentes do sistema econômico. E nesse sentido parece se adequar perfeitamente à noção de economia vulgar criada por Marx ainda no século XIX. No entanto, assim se oculta o seu verdadeiro caráter de saber normativo, ou melhor, técnico-normativo que trabalha no interesse central e dominante da reprodução das estruturas do capitalismo.

Em consequência, ela não aplica um saber neutro sobre um objeto que lhe é indiferente. Ao contrário, trabalha sempre com dois objetivos: primeiro, educar os atores relevantes na universidade, no governo e no setor privado para que passem a atuar, mecanicamente se possível, em conformidade com supostas necessidades de reprodução do sistema; segundo, para instituir normas regulatórias que estabelecem as condições dentro das quais esse sistema funciona.

No entanto, como bem se sabe os funcionamentos do capitalismo também não são neutros. Em primeiro lugar, porque privilegiam sempre as classes dominantes em detrimento das classes

dominadas, as quais, entretanto, podem ser mais ou menos protegidas da insaciabilidade exploradora do capital – em benefício, em geral, do próprio capital. Ademais, mesmo no interior dessas grandes composições sociais, eles podem favorecer determinadas frações sejam das classes dominantes sejam mesmo das classes subordinadas. É por isso que o saber econômico está inexoravelmente atravessado por interesses; os economistas são sempre funcionários zelosos desses interesses mesmo que o neguem peremptoriamente com a finalidade de obter legitimidade para o saber que professam.

Mesmo o preceito metodológico de que o saber supostamente científico deve orientar e reger a prática utilitarista e tecnocrática é frequentemente violado pela Economia. Eis que é mesmo mais verdade nesse campo que teorias sejam construídas – adaptadas, moldadas – com a finalidade precípua de apoiar determinadas práticas previamente julgadas adequadas para atender certos interesses. E isto é permitido pela natureza dos modelos empregados em Economia.

Como as suas premissas, são em geral altamente irrealistas, podem ser arrumadas adequadamente ao talante do formulador tecnocrata, para obter determinados resultados. E estes, evidentemente, provêm por encomenda de certos interesses particulares, que muitas vezes se expressam na forma de dinheiro. É por isso que autores como Franco Berardi acusam a Economia de se apresentar como ciência, quando já deixara de ser, para se tornar uma prédica de interesses inconfessáveis.

E aqui é preciso dar um exemplo. O crescimento das dívidas públicas nos países de capitalismo avançado nas últimas décadas tornou-se um motivo de preocupação para os interesses financeiros que, como se sabe, dominam no capitalismo contemporâneo. Logo, os economistas do *mainstream*, Robert Barro, por exemplo, trataram de formular uma teorização “séria” para mostrar que os déficits públicos não estimulavam a expansão do sistema econômico. E que, portanto, deveriam ser evitados para não prejudicar o curso do crescimento econômico, cuja força supostamente vem do setor privado.

Deram-lhe um nome bonito a essa “teoria”: “teorema da equivalência ricardiana” e a apresentaram por meio de modelos matemáticos altamente sofisticados, os quais não são acessíveis à compreensão das pessoas em geral e mesmo dos economistas que não querem perder tempo com a escolástica da economia matemática. Segundo esse “teorema”, os déficits fiscais, mesmo quando financiados pelo crescimento da dívida pública – e não, portanto, por aumentos de impostos – seriam compensados rapidamente pela redução dos gastos do setor privado. Assim, o que um põe, o outro mais dinâmico tira, de tal modo que o efeito final pode ser bem desastroso. É então com base nesse tipo de “teoria” que os economistas *mainstream* costumam assustar os políticos com a exigência imperiosa de que eles devem optar pela austeridade fiscal e monetária.

Ora, essa proposição supostamente positiva não é sustentada por quaisquer dados históricos das economias capitalistas em geral. As estatísticas macroeconômicas mostram simplesmente que ela não é verdadeira [1]. No entanto, os economistas que formularam essa conjectura se basearam numa evidência imaginária: segundo eles, os agentes do setor privado formam expectativas racionais sobre o comportamento do governo: se hoje o setor público se financia por elevação do seu déficit, amanhã ele aumentará os impostos para equilibrar o seu orçamento; logo, a única conduta racional do setor privado é contrair imediatamente o seu dispêndio. Supõem, assim, que os agentes privados aprenderam essa lição não da experiência prática evidentemente, mas nos “tratados” que esses economistas altamente competentes escreveram com a esperança de ganhar um prêmio (ig)nobel de Economia.

Diante desse quadro, para aquele que aqui escreve, não é possível ter convivência democrática com os economistas que optaram pela Economia tecnocrática. Note-se que eles, em virtude da fragilidade de suas posições, costumam se comportar de modo extremamente arrogante. Ao contrário, é preciso criticá-los para que se contenham em suas práticas de ensino e de governança que, em última análise, minam a democracia e mesmo o bem-estar da maioria da população, assim como provavelmente o futuro da civilização.

12. Época – Nove perguntas sobre reforma tributária para Samuel Pessôa, do Instituto Brasileiro de Economia

1. Para parte da população brasileira todo o debate sobre a reforma tributária parece muito hermético, uma espécie de sopa de letrinhas. Por que o senhor acha crucial que essa discussão sobre ICMS, PIS/Cofins, ISS, IPI e etc. se alastre pela sociedade?

Trata-se de uma reforma muito importante. Se for bem-feita, é a reforma que tem o maior potencial de aumentar a capacidade do país de crescer no médio prazo. Não há a menor dúvida de que mudanças em nossa estrutura de impostos podem alavancar o crescimento, aumentar a oferta de empregos e elevar a renda num período de dez a 20 anos.

2. O que o faz pensar que a reforma tributária é a mais importante para colocar o país no caminho do crescimento econômico?

A estrutura da cobrança de impostos hoje funciona como uma espécie de freio de mão puxado que retarda o crescimento. As leis são tão complexas, há tantas exceções, tantas regras, que as empresas precisam gastar muito para saber quanto de imposto têm de pagar. Para você ter uma ideia, quem produz um par de tamancos paga um percentual diferente de quem faz sandálias. Se o couro é vendido de um jeito, é uma alíquota. Se muda um pouco, é outra. Estados têm cada um uma regra. É por isso que as empresas no Brasil têm departamentos de contabilidade gigantescos na comparação com companhias de tamanhos similares em outras partes do mundo. É preciso contratar um monte de gente para administrar tudo isso. Se a estrutura tributária fosse menos complicada, essas mesmas empresas poderiam ter menos funcionários na contabilidade e mais gente buscando novas tecnologias, produzindo algo mais útil para a sociedade.

3. Quais são as outras distorções?

Os departamentos jurídicos de nossas empresas e os gastos com escritórios de advocacia também são muito altos na comparação internacional. Como as leis são muito complicadas, é comum a interpretação das empresas ser diferente do que pensam a Receita Federal e os Fiscos estaduais. Aqui não estamos falando de nada fora da lei, apenas de opiniões distintas. Quanto mais complexa é a estrutura tributária, mais margem dá a interpretações conflitantes, o que eleva às alturas o número de litígios. Assim como no caso dos departamentos de contabilidade inchados, nossas empresas desperdiçam recursos na área jurídica em vez de focar os esforços em projetos para elevar a produtividade e crescer. Essa situação não draga apenas o tempo e o dinheiro das empresas, mas também de vários setores de governos, nas esferas federal e estadual. Outra área que é afetada negativamente por nossa estrutura tributária é a de investimentos.

4. O senhor poderia dar um exemplo?

No Brasil, de modo geral, as empresas não decidem onde vão colocar uma fábrica ou expandir uma operação com base em estudos sobre onde seria mais eficiente, mas sim onde há mais isenção tributária. É por isso que vemos frigoríficos se instalando em São Paulo e fábricas de motocicletas sendo construídas em Goiás. Do ponto de vista da eficiência, talvez fizesse mais sentido os frigoríficos estarem mais próximos dos rebanhos e as fábricas perto de suas cadeias produtivas. Do jeito que é, a discussão sobre onde investir não tem relação com a racionalidade econômica. É um escândalo. Mas não é só isso. Nossa estrutura tributária também afeta o que produzimos. O setor da construção civil brasileiro usa pouco o recurso das estruturas metálicas. Aqui usamos mais o concreto armado, mesmo quando faria sentido o uso de metais. O motivo? O aço é considerado um bem. Se a empresa o compra, é obrigada a pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Se opta pelo concreto, paga só Imposto sobre Serviço (ISS). Estamos falando de um setor importantíssimo como o da construção civil, que é menos eficiente por causa de nossa estrutura tributária. Acontece o mesmo em vários outros setores. Isso é uma insanidade.

5. O senhor diz que uma reforma tributária que acabe com essas distorções colocaria o Brasil na rota do crescimento num prazo de dez a 20 anos. Por que demoraria tanto?

Toda reforma tributária tem um período de transição. Não se faz uma reforma para mudar tudo de um dia para o outro. Incentivos que foram dados não podem ser tirados de qualquer jeito. Na área de investimentos, por exemplo, o processo é mais lento. Do primeiro estudo ao início da produção, depois da construção da fábrica, demora anos. Se fizermos bem-feito, deveremos colher os frutos em dez anos.

6. Entre os países emergentes, o México muitas vezes é citado como um exemplo que o Brasil deveria seguir em termos de reformas. O que o senhor acha?

O México de fato se abriu ao comércio e fez várias reformas que reforçaram a estabilidade econômica. Os juros ficaram num patamar civilizado, a inflação também, e a política de câmbio foi correta. Tudo isso ajudou. Mas as taxas de crescimento econômico do México, ao contrário do que muitos esperavam, não descolou do restante da América Latina. Neste ponto, há algo que ajuda a refletir sobre a situação brasileira. Um livro do economista Santiago Levy mostra que, na área tributária e nas leis trabalhistas, o México retrocedeu, o que aumentou o custo das empresas mais eficientes, causou distorções e freou o crescimento. Felizmente, na área trabalhista, o Brasil conseguiu progredir um pouco nos últimos anos. Agora falta a gente cuidar da tributária. No debate atual por aqui, há várias frentes. Fala-se de Imposto de Renda e outros temas. Em minha opinião, o principal é atacar as distorções que acabei de descrever. Nossa meta deve ser simplificar a sopa de

letrinhas. Em linhas gerais, temos de unificar os impostos sobre a produção e criar um mecanismo para compartilhar esse dinheiro entre municípios, estados e a União.

7. A proposta de reforma tributária do ministro da Economia, Paulo Guedes, está indo no caminho certo?

Falta ambição à proposta do governo. O Guedes está mirando nos impostos da União. Se somente isso for feito, ficaremos com uma parte significativa do problema. O projeto do deputado federal Baleia Rossi (MDB SP) é muito mais completo porque unifica os impostos sobre serviços, na mão dos municípios, o de circulação de mercadorias, dos estados, e impostos federais. Além disso, cria uma regra que faz todo o sentido para o compartilhamento do dinheiro.

8. Boa parte da classe média está preocupada com a proposta de acabar com as deduções de gastos de saúde do Imposto de Renda de pessoas físicas. Essa proposta faz sentido?

Muitas deduções favorecem a classe média alta. Seria importante aumentar a progressividade dos impostos.

9. O senhor é a favor da nova CPMF proposta por Guedes?

É um imposto ruim. Tudo que falamos aqui foi na direção de diminuir as distorções. Uma CPMF faria o contrário. É um imposto em cascata, que penaliza as cadeias produtivas mais longas. Nós vamos sair com uma dívida bem alta da atual crise. Vamos ter de enfrentar esse problema. Há várias reformas que podem colocar a trajetória da dívida para baixo sem precisar apelar para uma nova CPMF. Eu aceitaria uma CPMF somente num cenário de país quebrado para evitar inflação alta. Estamos longe disso.

13. Bancos Livres e Moedas Privadas, por Fernando Nogueira da Costa

As big-techs e as redes de comércio online almejam virar bancos digitais para emissões de moedas privadas. Os Bancos Centrais necessitam reagir e apressar o lançamento de suas moedas digitais ou CBDC (Central Bank Digital Currencies).

Por
Jornal GGN O jornal de todos os Brasis
-
março 5, 2021

Compartilhar

Bancos Livres e Moedas Privadas

por Fernando Nogueira da Costa

PUBLICIDADE

Quinze séculos depois de a China ter inventado o papel-moeda, a natureza do dinheiro está novamente mudando de maneira fundamental. Naquela época, na dinastia Tang (ano 618 a 907), o papel-moeda era pouco mais além de uma Nota Promissória.

O **yuan digital** está sendo lançado. Ele não é apenas um meio de troca e uma unidade de conta. Com a ambição de se tornar uma reserva de valor, em uma economia em transformação para se tornar a maior potência mundial, é uma defesa contra a invasão de moedas digitais estrangeiras, emitidas por **big-techs** privadas, como o **diem** (ex-libra) do grupo liderado pelo Facebook. A mídia pró-livre mercado e contra o Estado nacional critica o **e-yuan** como fosse apenas uma ferramenta para facilitar a vigilância em massa sobre a população chinesa.

A leitura do livro clássico, Fernando Nogueira da Costa – Tradução Comentada de: Richard Hildreth. **História dos Bancos** (clique para **download**) dá uma perspectiva histórica para entender o debate sobre a **Free Banking Era** e as moedas privadas, ocorrido desde o século XIX, quando se experimentava os primeiros passos para a constituição de um verdadeiro Estado nacional. Este daria suporte à sua soberania – e não se submeteria a O Mercado – com apoio em dois pilares:

1. monopólio das armas;
2. monopólio da emissão da moeda nacional oficial.

O Estado soberano, portanto, não pode dividir nem o Poder Militar com milicianos paramilitares, nem o Poder Econômico com emissores privados de moeda. Apesar disso, o questionamento à soberania do Estado nacional, feito por mídia porta-voz de O Mercado, acusa a implantação de uma moeda digital permitir ao Banco Central extrair e analisar um enorme conjunto de dados sobre a atividade econômica de seus cidadãos. Defende a desincrustração de O Mercado.

De acordo com essa visão ideológica, O Estado, em vez de combater o uso de lavagem de “dinheiro-sujo” e/ou de caixa-dois, perseguiria a subversão política. Alerta relevante: o crime organizado, em muitos casos, quebra o monopólio estatal das armas.

No século XIX, a ideia de ter o Banco Central dos Estados Unidos com suas ações adquiridas por investidores estrangeiros era considerado por muitos nacionalistas um risco político. Tio Sam (do inglês **Uncle Sam**, referente à **U.S. Army** do **United States of America**: USA) é a personificação nacional dos Estados Unidos. Essa expressão foi usada primeiramente durante a Guerra Anglo-Americana de 1812.

Na véspera, em 1811, o **First Bank of the United States**, fundado em 1791, foi dissolvido, porque sua carta patente foi extinta pelo Congresso norte-americano. Com isso, mais de 120 bancos estaduais puderam fazer emissões privadas de Notas Bancárias.

Eles inundaram o mercado com esse tipo de “papel-moeda”, levando o governo norte-americano a recorrer novamente a pagamentos em espécie em 1817. A capacidade de imprimir Notas Bancárias era um poder econômico (e político) extraordinário. Os novos banqueiros locais

abominavam a ideia de se render a um forte Banco Central, denominado nos Estados Unidos de Banco Nacional.

Os liberais, como Richard Hildreth, lutavam pela livre-concorrência apenas entre pequenos bancos, ou seja, não grandes demais para suas bancarrotas representarem risco sistêmico. Por eles, existiriam só “bancos não sistemicamente importantes”, ou seja, sem conglomeração financeira, cartelização, fusões e aquisições.

Moeda privada é emitida por uma entidade não governamental, seja ela uma pessoa física, seja pessoa jurídica, inclusive sem fins lucrativos. É contrastada com moeda fiduciária, emitida pela Casa da Moeda sob a autorização de Bancos Centrais. Em Estados soberanos, a emissão de moedas privadas é impedida por lei.

As moedas privadas, segundo seus defensores, facilitariam as transações comerciais no passado e no presente. Em lugar do escambo, ou seja, trocar mercadorias por mercadorias, os negociantes usariam créditos ou meios de troca, lastreados em ouro, prata ou cobre, senão um papel-moeda de validade local.

Hoje, os sistemas informatizados de crédito e débito evoluíram em direção à escrituração eletrônica. Possibilitaram colocar **criptomoedas** em circulação, como a **bitcoin**. Sua cotação especulativa se daria, supostamente, por livre oferta e demanda de todos os interessados (inclusive criminosos) no mundo, independentemente das fronteiras nacionais.

Nos Estados Unidos, a **Era do Free Banking** durou de 1837 a 1863, quando quase qualquer banco podia emitir “papel-moeda” ou Notas Bancárias privadas. Não só os bancos privados, mas os Estados federativos, municípios, empresas de transporte ferroviário e de construção, lojas, restaurantes, igrejas e indivíduos imprimiram aproximadamente 8.000 tipos diferentes de dinheiro até o início da Guerra Civil.

Se o emissor falisse, fechasse, mudasse de localidade ou, de alguma forma, alterasse seu ramo de negócio, a Nota tornava-se inútil. Esses livres-emissores tinham o apelido de **wildcat banks** (“bancos gato-selvagem”) por causa da reputação de falta de confiabilidade. Muitas eram situadas em locais remotos e despovoados, habitados mais por gatos selvagens em lugar de pessoas. O **National Bank Act** de 1863, decretado durante a Guerra Civil, quando um lado não aceitava a moeda do outro lado, encerrou o período do **wildcat bank**.

Outro conhecimento útil, encontrado com a leitura do livro de Richard Hildreth, diz respeito à emissão ou não de moeda sem lastro em espécie ou produto real. Tornou-se atual, agora, quando se discute a emissão monetária para financiar gastos públicos em investimentos produtivos.

Eles visariam multiplicar renda e empregos, acima da preocupação de ajuste fiscal, em fase de Grande Depressão deflacionária nos países com moeda conversível. A pergunta-chave para os brasileiros é: aqui, a Grande Depressão não poderia ser inflacionária por causa da dolarização da reserva de valor?

Para essa reflexão, é útil conhecer o debate ocorrido, na América, durante a Era do **Free Banking**, quando Richard Hildreth foi um participante ativo. Os bancos, instalados nas Unidades Federativas dos Estados Unidos, não estavam sujeitos a regulamentações específicas, além daquelas aplicáveis à maioria das empresas. Sendo tratado como um negócio qualquer, os bancos eram livres para emitir sua própria moeda.

Neste **Sistema Bancário Livre**, de maneira pressuposta, O Mercado controlaria o volume total de meios de pagamentos possíveis de ser suportados por qualquer estoque de reservas de caixa.

Tais reservas consistiriam em **commodities** escassas (como o ouro) em lugar de um estoque artificialmente limitado de **moeda fiduciária**, baseada na confiança no Estado da União e emitida por qualquer arremedo de Banco Central.

Nas versões mais estritas desse Sistema, defendido por Richard Hildreth, não existiria papel para um Banco Central. O suprimento de moeda oficial deveria ser permanentemente “congelado”.

Inexistiriam, portanto, quaisquer instituições financeiras capazes de servir como emprestadora em última instância no sentido geralmente entendido do termo como assistência de liquidez contra corridas bancárias. Nem existiria nenhum seguro governamental (Fundo Garantidor de Crédito) para depósitos ou Notas Bancárias.

Embora o período de 1837 a 1864, nos EUA, seja muitas vezes referido como a **Free Banking Era** [Era do Banco Livre], o termo não é apropriado, pois não se refere a um Sistema Bancário Livre, em sentido literal. Ele se compunha sim de vários sistemas bancários estaduais, baseados nas chamadas Leis de “Banco Livre”.

Assumia-se ser desnecessário os novos operadores bancários assegurarem os contratos financeiros com colaterais e os submeterem à aprovação da legislatura estadual. Tampouco os restringiu por qualquer compromisso de oferecer garantias governamentais.

Aos “bancos livres”, predominantes nos Estados Unidos em meados do século XIX, era negado o direito de estabelecer **redes de agências**. Os que tiveram de “garantir” suas notas compravam e entregavam à guarda das autoridades bancárias estaduais certos títulos julgados elegíveis para esse efeito. Esses valores mobiliários incluíam, entre outros, títulos dos próprios governos estaduais. Eles investiam na infraestrutura necessária ao desenvolvimento local.

A depreciação desses mesmos títulos foi a principal causa de quebras de “bancos livres”. A falta de filiais bancárias fez as notas emitidas pelo Estado federativo serem descontadas a taxas variáveis, dependentes da distância de suas fontes originadoras. A depreciação de ativos, formas de manutenção de riqueza, durante este período, também explicava as falências bancárias.

Porém, a alta taxa de bancarrota, durante a chamada **Era do Banco Livre**, nos Estados Unidos, é atribuída, por vários autores, à ameaça de regulamentação bancária. Ela encontrou as condições políticas de ser aprovada durante a Guerra Civil.

Depois, de 1863 até 1913, quando se instalou finalmente o **Federal Reserve**, isto é, o Banco Central dos Estados Unidos, ocorreu a fase da História dos Bancos norte-americanos conhecida como **Era dos Bancos Nacionais**. Apenas bancos estaduais oficiais operavam sob um Sistema Bancário Livre para emitir suas Notas.

Hoje, existem mais de 5.000 bancos e instituições de poupança nos Estados Unidos, mas os ativos estão cada vez mais concentrados no topo. Os 100 maiores possuem US\$ 14,4 trilhões em ativos. Isso representa 81% do total de ativos bancários nos EUA.

Os quatro grandes bancos [**big-four**] dos EUA – **JPMorgan Chase, Bank of America, Citigroup e Wells Fargo** – somam US\$ 9,1 trilhões em ativos, ou mais da metade do total dos EUA. Para comparação, o PIB nominal do Brasil, em 2019, era estimado em US\$ 1,8 trilhão, e no ano passado caiu para US\$ 1,437 trilhão.

Fernando Nogueira da Costa – Professor Titular do IE-UNICAMP. Autor de “Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras” (2021). Baixe em “Obras (Quase) Completas”: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/> E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com.

14. Por Uma Teoria Alternativa da Moeda por Fernando Nogueira da Costa

PUBLICIDADE

O monopólio da emissão de **moeda nacional** é, junto com o das **armas**, sustentáculo da soberania do Estado sobre seu território. Ambos monopólios estatais reúnem o poder econômico e o poder militar.

A casta dos mercadores e a casta dos guerreiros-militares, desde o passado, se aliam para configurar uma oligarquia governante. Com a emergência da organização dos trabalhadores assalariados, seja sindical, seja partidária, e depois a formação de uma massa de trabalhadores intelectuais universitários, há a divulgação de ideias socialistas contra o capitalismo explorador da força do trabalho.

A socialdemocracia europeia, após a II Guerra, e a norte-americana, no **New Deal**, após a Grande Depressão dos anos 30, foi reformista e civilizadora. Com um Estado de Bem-Estar Social obteve os melhores Índices de Desenvolvimento Humano. Aqui, no Brasil, o social-desenvolvimentismo (2003-2014) teve de se contrapor ao neoliberalismo da socialdemocracia à brasileira, projeto só de intelectuais, sem trabalhadores.

No mundo das ideias, sempre houve questionamento de ideias, mesmo feito no ostracismo, durante os estados-de-guerra ou de emergência, sob regimes tirânicos. Por Meios de comunicação midiáticos costumam sabotar a divulgação das **ideias de vanguarda**, críticas ao pensamento dominante. Mas, de tempos em tempos, elas emergem e chegam à **opinião especializada bem-formada**.

Daí a tarefa da inteligência é sua divulgação didática para a formação da **opinião pública**. Pratica um debate plural, onde cada participante se posiciona com base em sua razão.

Na Espanha da ditadura fascista de Franco havia uma figura ressentida por ser um militar mutilado, José Millán-Astray, cujo lema era “**Viva la Muerte!**” Além de **celebrar a morte, condenava a razão**. Clamou: “Abaixo a inteligência, viva a morte!”. Parece o capitão...

A inteligência está do lado da **academia do saber**, a truculência está do lado da **academia militar e fisiológica**. Parece haver uma relação inversamente proporcional entre músculo e cérebro! Os “bombados” estão do lado da morte! Estamos, pelo contrário, do lado da vida!

Um exemplo do atual debate midiático, no Brasil, é praticamente todo o jornalismo econômico, inclusive o televisivo, só pautar a pregação de ajuste fiscal a todo custo. Isto depois de dois anos atrás ter prometido a Reforma da Previdência Social ser a panaceia para todos os males, amém... Antes, durante o governo golpista temeroso, tinha sido a hora e a vez da Reforma Trabalhista, apresentada para superar o desemprego.

No debate maniqueísta, a arma é ameaçar a sociedade brasileira e a transformar em refém de ideias conservadoras. Se ela não aceitar a purgação, estará condenada ao inferno econômico, assim como todas suas gerações futuras.

O papel dos fiscalistas apologetas ou “Zé Regrinhas” é escamotear os conflitos de interesses entre as diversas estratégias de políticas econômicas. Jamais apresentam o Estado, em conjuntura de Grande Depressão, como um “empregador em última instância”.

Na história econômica, em vez de pagar impostos, para cobrir déficit público, os cidadãos ricos optam por emprestar dinheiro para o governo, dominado por eles. Defendem o ajuste fiscal cortar despesas públicas em lugar de aumentar a carga tributária.

Em compensação desses empréstimos concedidos ao governo, em estado-de-guerra ou emergência, rentistas recebem juros. Dão total prioridade ao combate à inflação por causa do **risco de eutanásia**, caso a taxa de inflação supere os juros prefixados.

Além dos juros, isto é, rendimentos, os cidadãos ricos também são recompensados com liquidez e segurança nos títulos de dívida pública com risco soberano. Tais títulos podem ser vendidos a outros cidadãos, caso o investidor necessite de dinheiro de imediato.

Os títulos de dívida pública, no passado, deixaram de ser conversíveis e substituir a moeda em ouro. Para evitar fuga de capital, isto é, das reservas em ouro, durante as guerras, os Estados nacionais passaram a oferecer o **risco soberano**: pagamento garantido em moeda nacional.

Trata-se de uma estrutura de poder oligárquico como fundamento político do mercado de títulos públicos tipo “Zé com Zé”. Da mesma forma, ressaltam os aspectos políticos do pleno emprego, como se ameaçou o governo social-desenvolvimentista, durante o período 2010-2014, pelo risco do Custo Unitário do Trabalho (CUT) superar a produtividade.

A suprema desconfiança dos empresários no risco de esmagamento de sua margem de lucro os leva a ver o salário apenas como **custo** e não a massa de rendimentos dos trabalhadores como **demand**a ou mercado interno. A **visão microeconômica** obscurece a **visão macroeconômica** ou sistêmica. Não têm visão holista e estratégica.

No debate teórico e prático contemporâneo, acho ser hora de resgatar Fernando Nogueira da Costa. **Por Uma Teoria Alternativa da Moeda**. Tese de Livre Docência – 1994, minha tese em Teoria Pura, defendida há mais de ¼ de século no IE-UNICAMP.

Há uma série de implicações em decisões práticas pela aplicação da Teoria Alternativa da Moeda. Esta se contrapõe à Teoria Quantitativa da Moeda no plano das **teorias puras**, quando se abstrai somente os elementos estritamente econômicos.

No plano menos abstrato das **teorias aplicadas**, onde se situa metodologicamente a autodenominada Teoria Moderna da Moeda (MMT), são incorporados elementos de outras áreas de conhecimento ou Ciências Afins. Por exemplo, entram em considerações os conflitos de interesses entre agrupamentos sociais, psicologia de massa, instituições definidoras de moedas nacionais, etc.

No nível mais concreto, próximo da realidade, como pré-requisitos de boas **decisões práticas**, essas teorias mostram se essas são lógicas, coerentes e consistentes com conceitos e teorias. Para serem adequadas ao tempo e ao lugar, têm de ser datadas e localizadas.

A boa política econômica depende do diagnóstico e da escolha adequada de instrumentos para **certa fase** de um ciclo econômico-financeiro dinâmico. Suas etapas são variáveis ao longo do tempo e em certo país. Isso os divulgadores da MMT não perceberam: **ela não é uma teoria geral ou pura**. Se a Nação detém ou não reservas cambiais ou dívidas em dólares altera substancialmente a terapia a ser adotada para tratamento dos males econômicos e sociais.

A Teoria Quantitativa da Moeda surgiu durante o século XVIII, um período marcado pela profunda crise política da Inglaterra, devido as suas participações em longas guerras como a Guerra da Sucessão Austríaca (1741-1748), a Guerra Colonial, travada contra França e Espanha (1754-1763). Durante esse período turbulento, o inglês David Hume começou a fazer suas primeiras postulações acerca da Teoria Quantitativa da Moeda, especialmente em seu ensaio ***Of Money*** de 1752.

Em todo seu curso de desenvolvimento, nos séculos seguintes, seu contraponto sofreu a influência do debate travado em relação ao controle da emissão de papel-moeda, se lastreado em ouro ou não. Com a progressiva ***desmaterialização da moeda***, agora em sua forma plenamente escritural e digital, ainda baseada na confiança ou em “acreditar” (conceder crédito), ganha novamente projeção pública esse debate.

Estamos para decidir qual rumo monetário a sociedade contemporânea tomará. Haverá uma moeda digital internacional, controlada tecnologicamente pelas ***big-techs***, ou uma “Moeda Digital do Banco Central” (CBDC, na sigla em inglês: ***Central Bank Digital Currency***)? Os Estados nacionais da China e da Índia estão se movimentando nesse sentido. Superarão, brevemente, os Estados Unidos como maiores potências?

Essa minha tese acadêmica é dirigida para ***a formação da opinião especializada***. É uma reflexão. Não visa a ação imediata, mas preenche um pré-requisito para tomar boas decisões práticas: o afastamento crítico da equivocada Teoria Quantitativa da Moeda.

Dentro da tricotomia metodológica apresentada, a tese ***Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*** situa-se no plano da ***Ciência Abstrata***. Não cabe, então, conclusões diretas ou imediatas sem mediação sobre “o que deve ser feito” na realidade.

A ***Ciência Aplicada***, com afirmações sobre “o que deve ser feito”, na economia, exige considerações não puramente econômicas. Por exemplo, levar em conta a falta de sustentação política, no prazo adequado, da política monetária recessiva.

A ***Arte da Economia*** exige ainda mais: o conhecimento do caso específico, com sua localização espacial e histórica. Aí as forças políticas e econômicas decidem, de fato, “o que deveria ser”. Antes da terapia, é necessário o diagnóstico realista de “o que é”.

Fernando Nogueira da Costa – Professor Titular do IE-UNICAMP. Autor de “Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras” (2021). Baixe em “Obras (Quase) Completas”: <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/> E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com.

15. Lula, de novo – Delfim Neto

É preciso observar o equilíbrio macroeconômico mantido no governo Lula

-

O grande economista inglês G. L. S. Shackle passou a vida analisando o comportamento do homem e de como ele é comandado por suas expectativas. Disse que "o homem previsível é menos do que humano, e prever o homem é mais do que humano". De qualquer forma, o que se verifica empiricamente é que o comportamento do homem depende de suas crenças, isto é, daquilo que ele supõe como verdade. O que comanda sua ação é a sua percepção de mundo, e pouco importa se ela é verdadeira, parcial ou completamente falsa. Às vezes, os resultados corrigem a percepção, mas nem sempre.

Causou certa estranheza a reação do "mercado" ao anúncio da decisão do ministro Fachin que, para efeitos práticos, torna o ex-presidente Lula apto a disputar [as eleições em 2022](#). A forte desvalorização cambial, a queda do índice da Bolsa de Valores e a disparada dos juros futuros sugerem que há grandes preocupações com a volta do voluntarismo que marcou a era petista na memória recente.

É preciso, no entanto, separar o equilíbrio macroeconômico mantido no governo Lula da deterioração infligida pelo abandono no governo Dilma, em 2011, dos cânones econômicos que vigoraram até então (respeito ao "tripé" macroeconômico) e que, juntamente com a intervenção desmedida nos preços administrados e no setor de energia, produziram a pior recessão da história brasileira no biênio 2015/16.

Comparando o fim do primeiro ao fim do segundo mandato de Lula, houve redução do déficit nominal (de 3,6% do PIB para 2,4% do PIB) e da dívida bruta (de 55% do PIB para 52% do PIB), com alguma diminuição do superávit primário (de 3,1% do PIB para 2,6% do PIB).

Lula fala após decisão do Supremo que o liberou para disputar as eleições

- 1.
- 2.

Lula concede entrevista coletiva no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, dois dias após a decisão do ministro Edson Fachin anular suas sentenças de prisão determinadas pela Lava Jato Marlene Bergamo/Marlene Bergamo - 10.mar.2021/Folhapress

A média de crescimento do PIB no período, ajudado pelos ganhos nos termos de troca, foi próxima a 4% a.a., e a taxa de inflação média, 5,8% a.a.. Não houve ruptura com as políticas macroeconômicas fundamentais. Além disso, os programas de transferência de renda foram ampliados e perenizados para enfrentar a questão distributiva e caminhar na direção da igualdade de oportunidades através da criação do Bolsa Família, um programa absolutamente extraordinário, de custo baixíssimo pelo efeito que tem e que possui condicionalidades importantes.

[x]

Não parece razoável, portanto, supor que Lula seria diferente de si mesmo em uma eventual terceira eleição e que se aproximaria do espectro de uma administração econômica para incorporar suas receitas que não deram certo, ainda que tenha sido de um governo do mesmo partido. Ou, até mesmo, que a menção ao seu nome possa suscitar as mesmas dúvidas e a mesma apreensão no mercado que sua presença na corrida eleitoral de 2002 causava.

Antonio Delfim Netto

Economista, ex-ministro da Fazenda (1967-1974). É autor de "O Problema do Café no Brasil".

16. O futuro da economia mundial ELEUTÉRIO F. S. PRADO*

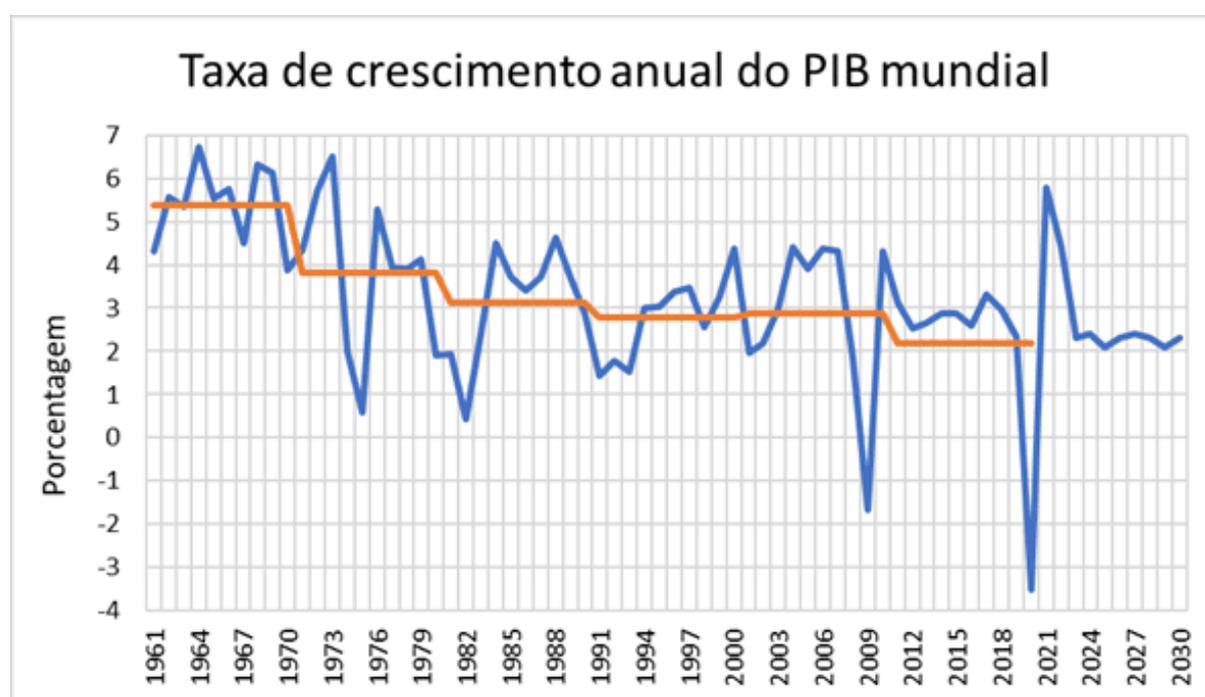
A tendência histórica de longo prazo mostra um continuo declínio da taxa de elevação do PIB.

A economia do mundo como um todo decresceu -3,5% em 2020 em decorrência da crise provocada pelo novo coronavírus; entretanto, segundo estimativas recentes da OCDE, crescerá 5,8% em 2021 e provavelmente algo em torno de 4,4% em 2022. Essa perspectiva tem trazido esperança e até um pouco de euforia para os agentes econômicos que dão suporte ao capital e que se beneficiam de seu

processo de valorização: o mundo, segundo eles, vai recuperar o caminho de prosperidade – mesmo, porém, se desconfiam racionalmente dessa previsão, é isso o que mais desejam. Mas, o que esperar de fato da economia mundial na próxima década – e mesmo depois dela?

Uma primeira resposta a essa pergunta pode ser encontrada examinando simplesmente a evolução da economia mundial nas últimas décadas. A figura abaixo mostra de forma iniludível que as taxas de crescimento do PIB global têm caído tendencialmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Se entre 1961 e 1970, esse indicador avançou segundo uma taxa média de 5,4% ano, nas décadas seguintes, essa taxa foi caindo até chegar à média de 2,2% ao ano entre 2011 e 2020.

Logo, não parece haver de início qualquer razão para otimismo; eis que a tendência histórica de longo prazo mostra um contínuo declínio da taxa de elevação do PIB. A euforia constatada não parece ser, portanto, nada mais do que uma ilusão produzida pela recuperação em V da crise produzida pelo novo coronavírus. Na perspectiva desse evoluir secular cadente, projetou-se apenas uma elevação média de 2,2% ao ano para a década que se inicia em 2021 e termina em 2030, tal como foi posto no gráfico em sequência.



Fonte: Banco Mundial

Entretanto, como se sabe, este tipo de análise é insuficiente, pois se baseia somente numa regularidade estatística – e em um pouco de bom senso. De qualquer modo, antes de entrar em considerações teóricas, é interessante considerar, ainda na mesma perspectiva, que a economia capitalista tem crescido por meio de ciclos longos desde pelo menos o último quartel do século XVIII.

Nesses ciclos há sempre uma fase ascendente em que as taxas de crescimento tendem a se elevar e uma fase descendente em que elas tendem a cair. A tabela abaixo mostra os resultados obtidos por Tsoulfidis e Papageorgiou por meio de uma pesquisa estatística cuidadosamente desenvolvida com base nas séries estatísticas atualmente disponíveis; segundo esse estudo, após o advento da primeira revolução industrial, ainda no século XVIII, ocorreram cinco ciclos longos na economia capitalista. O início do primeiro “ocorreu” em 1790 porque essa é a data mais antiga para a qual há informações confiáveis.^[1]

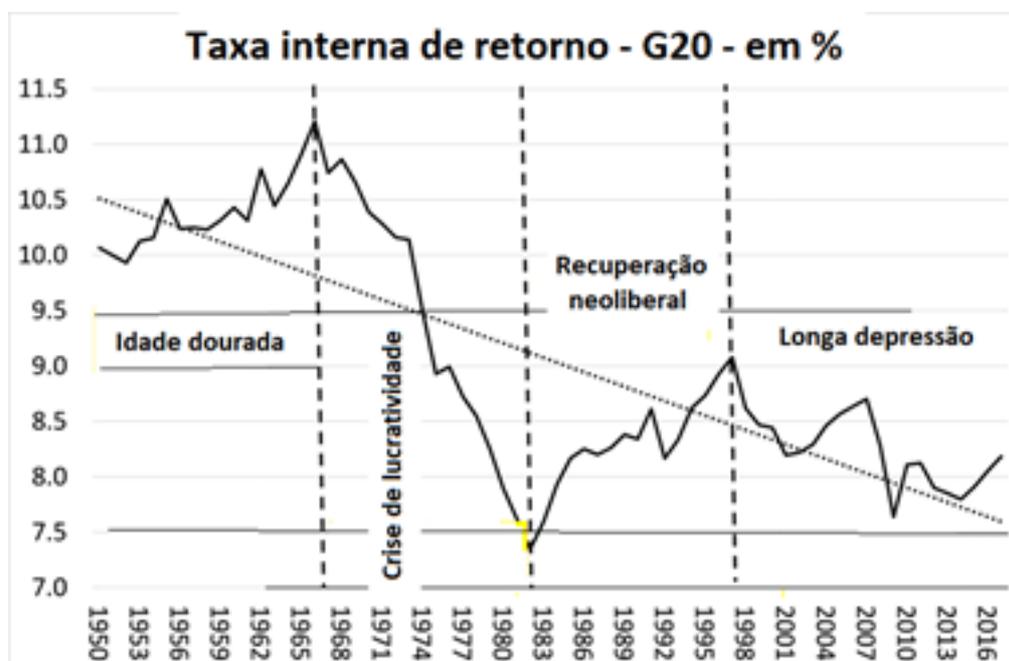
Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram dois ciclos longos na economia mundial: um entre 1946 e 1982, período em que dominou o keynesianismo, e um outro a partir dessa última data, época em que prevaleceu o neoliberalismo. Entre 1981 e 1990, a economia mundial cresceu em média 3,12% ao ano; entre 1991 e 2010, essa taxa média caiu para 2,8%, para chegar a apenas 2,2% na última

década. Em razão desse baixo crescimento, reconhece-se amplamente que a economia mundial entrou num período de estagnação após 1997.

Ora, esse resultado também mostra de imediato que o neoliberalismo não foi capaz de produzir uma recuperação forte da economia mundial, capaz de levar as economias dispersas na superfície do planeta Terra aos patamares obtidos após o fim da Segunda Guerra Mundial. De qualquer modo, enquanto regime de acumulação prevalecente nos últimos 40 anos, o neoliberalismo parece agora estar em processo final de esgotamento – sem que se saiba ainda o que vai substituí-lo.

Ciclos longos da economia mundial		
Ciclos	Fase ascendente	Fase descendente
1º	1790-1815	1815-1845
2º	1845-1873	1873-1896
3º	1896-1920	1920-1940
4º	1946-1967	1967-1982
5º	1982-1997	1997-presente

Para melhor compreender esses dois últimos ciclos longos, ou seja, o 4º e o 5º, é preciso observar o que ocorreu com a taxa de lucro no período considerado. Para tornar isso possível, empregou-se aqui uma boa aproximação dela; tomou-se a taxa interna de retorno para o G20 (uma média ponderada construída com os dados da Penn World Table 9.1) como representativa, já que o G20 inclui as vinte maiores economias, as quais respondem por cerca de 70% do PIB mundial. A figura em sequência apresenta essa estatística descritiva. Nela fica bem evidente os dois ciclos longos mencionados: o primeiro está formado pela “idade de ouro” e pela “crise de lucratividade”; o segundo está constituído pela “recuperação neoliberal” e pela “longa depressão”.



Fonte: Michael

Roberts

A evolução da taxa de lucro permite datar o começo e do fim dos ciclos; eis que esses dois limites – admite-se – são determinados de modo crucial pelo evolver dessa variável – assim como, de modo complementar, pelo movimento ascendente ou descendente da massa de lucro. A figura acima mostra inequivocamente que a taxa de lucro se eleva na fase ascendente e cai na fase descendente

dos ciclos. Ela mostra, também, que esse sobe-e-desce ocorreu duas vezes nos últimos 70 anos. São esses ciclos que aqui se quer considerar de modo melhor.

É por meio desse movimento que a taxa de lucro comanda a taxa de acumulação,^[2] a qual, por sua vez, consiste no investimento na ampliação da capacidade produtiva da economia. Nesse sentido, o comportamento da taxa de crescimento do PIB reflete, com certas defasagens, o comportamento da taxa de lucro, ainda que seja influenciada também de outros modos. Assim, a tendência declinante do PIB (primeiro gráfico) no período como um todo é assim explicada grosso modo pela própria tendência cadente da rentabilidade do capital (segundo gráfico) no mesmo período (70 anos).

Ainda que isso não conste do último gráfico, a crise produzida pela pandemia do coronavírus produziu um tombo na taxa de lucro observada em 2020. De qualquer modo, a recuperação ocorrida em 2015-16 não foi sustentada nos anos seguintes. Ainda que também não apareça no gráfico, é sabido que a queda persistente da taxa de lucro acaba produzido também uma queda da massa de lucro. E quando isso ocorre tem-se aquele momento em que uma crise de superacumulação de grandes proporções se precipita de alguma forma.

A questão se põe agora é saber se haverá um novo ciclo longo na economia mundial ou se a tendência de estagnação vai permanecer ou mesmo se aprofundar? A dinâmica observada no passado vai se repetir ou a deterioração da força disruptiva do capitalismo não permite mais o advento de um sexto ciclo longo de acumulação? O que se pode esperar do desenvolvimento futuro da economia capitalista agora fortemente globalizada? Para tentar responder a essa pergunta deve-se começar lembrando que as crises são endogenamente necessárias ao desenvolvimento do capitalismo.^[3]

Considere-se todo o período de um ciclo longo. No início, a taxa de lucro se eleva e com ela cresce o investimento. O volume da produção aumenta aceleradamente. O evoluir da força produtiva do trabalho gera um crescimento da composição orgânica do capital, ou seja, da razão entre o capital constante (máquinas, equipamento, matéria primas etc.) e o capital variável (salários). A demora desse processo acaba invertendo a tendência de crescimento da taxa de lucro em tendência ao decréscimo. Começa, então, a cair a taxa de acumulação e, assim, a taxa de crescimento.

Em certo ponto desse processo, a massa de lucros também passa a se reduzir. É nesse momento que surge uma crise de superacumulação e ela vem para reduzir as tensões acumuladas pelo evoluir das contradições inerentes ao capitalismo. É por isso que, “periodicamente” – diz Marx – “o conflito entre os agentes antagônicos [forças produtivas e relações de produção] se desafa em crises. E as crises são sempre soluções momentâneas violentas das contradições existentes”.

Ora, para que as crises cumpram o seu papel na acumulação é preciso que haja destruição de parte expressiva do capital industrial e do capital financeiro. Ora, isso ocorria espontaneamente no capitalismo até aproximadamente os anos 1920. Após a grande crise de 1929, o Estado capitalista começou a atuar, cada vez mais pesadamente, no evoluir da acumulação e no acontecer das crises.^[4] Na crise de 2007-08, os Estados, em especial nos países desenvolvidos, evitaram uma brutal destruição das forças produtivas – eis que isso se tornou inaceitável politicamente – por meio da emissão maciça de dinheiro para impedir a falências dos grandes bancos e, assim, em consequência, das grandes corporações industriais.

A consequência dessa intervenção salvadora é que as contradições não foram neutralizadas e, assim, não foram criadas as condições para uma recuperação rápida e para o início de um novo ciclo longo de acumulação de capital. Em particular, a enorme massa de capital fictício criada no passado recente não foi reduzida, mas, ao contrário, continuou crescendo de forma cada vez mais ameaçadora. De qualquer modo, a longa depressão minou a legitimidade do neoliberalismo.

Ora, a história do capitalismo mostra que não há “nem prosperidade perpétua nem estagnação permanente”. É, pois, necessário admitir que durante o período da longa depressão vem ocorrendo certas transformações que atuam para elevar a lucratividade. Note-se, porém, que elas não acontecem e não podem acontecer mais sem a atuação econômica do Estado.

Junto com uma liquidação endógena das empresas menos eficientes e com um rebaixamento dos salários reais da força de trabalho, o que ocorre devido à própria estagnação, novos arranjos institucionais e novos modos de regulação vêm sendo criados pela administração do sistema econômico. É preciso ver que as políticas econômicas nunca se ausentam do esforço de criação de condições para elevação da taxa de acumulação. Ademais, os subsídios à criação e à adoção de novas tecnologias nunca faltam nos países centrais que competem entre si, internacionalmente, pela primazia de fazer avançar as forças produtivas – o que não ocorre em geral nos países periféricos.

Ora, a introdução de tais mudanças institucionais e nas inovações tecnológicas não estão encontrando um caminho facilitado justamente porque não ocorreu uma destruição do capital acumulado no passado. Ademais, essa destruição é necessária para que a taxa de lucro possa se recuperar: o estoque de capital precisa cair para que essa taxa, dada uma certa massa de lucro, possa subir. De qualquer modo, pode-se revisar sinteticamente aquelas mudanças que estão em curso de se tornarem realidade.

Sabe-se, por um lado, que o lançamento de um novo ciclo longo depende da existência de uma “onda de inovações” que venha sucatear as velhas estruturas produtivas, abrindo espaços para grandes volumes de investimentos. Nesse sentido, fala-se muito atualmente sobre a vinda da quarta revolução tecnológica que seria caracterizada pela difusão da inteligência artificial, do aprendizado de máquina, da robótica e da automação industrial, tendo em vista revolucionar os processos produtivos.

Fala-se também que a substituição da geração de energia “suja” por “limpa”, um imperativo posto pela emergência climática, pode abrir um grande espaço para a acumulação de capital. A própria pandemia do coronavírus acelerou a adoção de novas práticas de organização do trabalho, as quais podem ter algum impacto. Entretanto, o seu efeito mais importante foi revelar certas fraquezas do neoliberalismo em sua fase atual enquanto um modo de regulação que visa promover o crescimento econômico. Na verdade, é de notar que as suas recomendações de política econômica, em particular o princípio da austeridade fiscal, foram abandonadas no enfrentamento dessa peste do século XXI.

Sabe-se, por outro lado, que o alçamento de um novo ciclo longo de acumulação precisa encontrar condições institucionais adequadas. A observação do que ocorreu nas últimas décadas mostrou de modo claro que o início e a sustentação de uma nova etapa no processo de desenvolvimento do capitalismo dependem da existência de um novo regime de acumulação. Sabe-se, também, que essa nova configuração institucional deve estar caracterizada por toda uma estrutura de incentivo, regulação e coordenação macroeconômica.

Os proponentes da corrente teórica “estrutura social de acumulação” consideram que uma “crise estrutural” como a atual não pode ser resolvida sem uma grande reforma estrutural. Mencionam, por exemplo, que um novo ciclo não se iniciará sem um aprofundamento do papel do Estado na promoção de um crescimento econômico sustentável. Assim, preveem como possível – e talvez necessário – que surja uma forma de “capitalismo regulado” que se baseie numa combinação mais profunda de iniciativa estatal com a iniciativa privada.

Como o capitalismo é um sistema que visa o lucro das empresas – e não o bem-estar da população em geral –, essa nova regulação poderá ser tão excludente quanto o neoliberalismo. Alguma manutenção e mesmo alguma renovação possível do “compromisso capital-trabalho” característico da socialdemocracia dependerá da agudeza das lutas sociais.

De qualquer modo, mesmo se uma nova “estrutura social de acumulação” for institucionalizada, especialmente nos países mais ricos, não se verá o capitalismo global passar por um novo período de ouro, como ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Há um certo consenso de que aquele surto de acumulação foi possível devido à grande destruição de forças produtivas em todos os países cujos territórios foram afetados pela atividade bélica. Ora, isso não deve acontecer novamente já que se ocorrer, como evento catastrófico de grandes proporções, não deixará de destruir a humanidade.

O operar contínuo da tendência da queda da taxa de lucro, que se observou nos últimos 70 anos, certamente não permitirá que esse novo ciclo se apresente com grande dinamismo e euforia prática.

Como a economia global, ademais, vai sofrer cada vez mais os impactos do aquecimento global, da destruição das florestas, da falta de água potável e das diversas formas de poluição, é de se esperar que os resultados econômicos de um novo ciclo serão muito moderados, insuficientes mesmo para gerar uma onda de otimismo sobre o futuro do sistema.

Assim, se o quinto ciclo não foi capaz de recuperar os níveis da taxa de lucro observados no quarto ciclo, é sensato esperar que um sexto ciclo não venha a ser capaz de obter os resultados do quinto. Pode-se prever, pois, que o capitalismo global, na melhor das hipóteses, passe de estagnado para semi-estagnado com algum surto ou outro de crescimento mais elevado. Ademais, não é de se prever que a concentração da renda e da riqueza ocorrida no período neoliberal seja revertida de modo importante. Em consequência, deve-se esperar que o mundo nas próximas décadas se configure, não por uma prosperidade que se difunde pela sociedade como um todo, mas por meio de conjunturas sucessivas bem instáveis econômica, social e politicamente.

Na verdade – acredita o economista que aqui escreve –, está na presença do ocaso do capitalismo, mesmo se não se pode ter qualquer certeza sobre o advento possível de um socialismo renovado, profundamente democrático. Só é possível ter certeza de que é preciso lutar por ele.

***Eleutério F. S. Prado** é professor titular e sênior do Departamento de Economia da USP. Autor, entre outros livros, de *Complexidade e práxis (Plêiade)*.

Notas

[1] Ver Tsoulfidis, Lefteris; Papageorgiou, Aris – The Recurrence of Long Cycles: Theories, Stylized Facts and Figures. *World Review of Political Economy*, 2019, vol. 10(4), p. 1-36.

[2] Na verdade, o que determina o investimento é a taxa de lucro futura. Mas, como essa está sempre envolta por uma sombra de incerteza, os capitalistas se valem dos resultados presentes para pensar o futuro. Ademais, a grandeza dessa taxa indica também, indiretamente, a disponibilidade de fundos (lucros retidos) para sustentar o investimento.

[3] As considerações que se seguem estão, em parte, baseadas em artigo de Tsoulfidis, Lefteris; Tsaliki, Persefoni – “*The long recession and economic consequences of the covid-19 pandemic*”, o qual pode ser encontrado na internet.

[4] A exterioridade do Estado em relação ao sistema econômico, como se sabe, é uma aparência necessária do modo de produção capitalista.

17. Do neoliberalismo “keynesiano”

O professor do Departamento de Economia da USP Eleutério Prado analisa os movimentos atuais para "reestruturar a relação entre mercado e Estado"

6 de agosto de 2021, 15:22 h Atualizado em 6 de agosto de 2021, 16:18

Por Eleutério Prado

Trata-se de um oxímoro? Bem, sugere-se aqui que esse termo formado de opostos, ainda que inédito, caracteriza melhor a fase do capitalismo após a crise de 2007-08.^[i] Mas essa combinação díspar, uma integração inesperada, não se segue tranquilamente. Talvez se devesse caracterizar esse novo momento do neoliberalismo, como ficará claro mais à frente, como “pseudo-keynesiano” – e não simplesmente como keynesiano, mesmo entre aspas. Para começar a esclarecer essa questão aqui posta, é preciso começar apresentando um rápido registro histórico.

Como se sabe, o próprio capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial passou por duas fases bem conhecidas: a primeira, que durou de 1945 até o fim da década dos anos 1970 ou pouco depois, pode ser chamada propriamente de keynesiana; a segunda, que se iniciou claramente a partir de 1982 e prosperou até a grande crise do começo do século XXI, é normalmente chamada de neoliberal. Ambas, cada uma em seu próprio momento histórico, visaram garantir a sobrevivência e mesmo a maior prosperidade possível do capitalismo. Como essa duas formas sucessivas de governança acabaram se esgotando, uma outra, não inteiramente nova, teve de surgir. Para mostrar como essas duas formas estão agora se combinando, é preciso apresentar uma sequência de distinções.

De acordo com a formulação precisa de Dardot e Laval,^[iii] o neoliberalismo consiste em uma racionalidade baseada nas próprias normas que regem a concorrência dos capitais. Essa razão normativa afirma que a ação humana deve ser conduzida pela maximização de resultados em todas as esferas da vida; para tanto, os seres humanos devem se comportar como as empresas mercantis, devem se encarar como capitais humanos. Eis que visa conformar de modo amplo – senão total – os comportamentos dos atores sociais em geral, governantes e governados, capitalistas e trabalhadores, sejam estes últimos assalariados ou por conta própria.

A sua introdução se deveu à necessidade premente do capitalismo ao final da década nos anos 1970 de criar condições para um aumento da taxa de lucro. Posta por via política, institucionalizada por meios administrativos, ela acabou se impondo por si mesma por meio da difusão na vida social em geral. Ainda que apareça como um ganho de liberdade e autodeterminação, trata-se ao fim e ao cabo de um modo de subsunção não apenas do trabalho, mas dos próprios trabalhadores enquanto seres vivos inteligentes, ao capital. Entretanto, ao invés de ter sido posta por meio de uma dominação

explícita, impôs-se porque foi capaz de dar destino às pulsões desejantes, conformando, assim, o modo de ser dos sujeitos sociais.

Nesse sentido genérico, essa forma política intrusiva não foi ainda superada. De acordo com os dois autores citados, “o neoliberalismo é a razão própria do capitalismo contemporâneo”. No entanto, a sobrevivência do capitalismo não pode se basear apenas na propagação de uma racionalidade, de um novo espírito do mundo. Esta requer também uma ideologia que fomenta certas práticas e uma política social e econômica que obedece às orientações dessa ideologia.

Foi assim que ocorreu, na primeira fase do neoliberalismo, uma reabilitação da crença na eficiência e na eficácia dos mercados – não mais, porém, como atributos de uma ordem natural, mas como predicados de uma ordem moral. Eis que desse modo ficou justificado tomar essa normatividade como aquela que deveria caracterizar o humano na luta individual pela sobrevivência. Para que se tornasse efetiva era preciso reformar as instituições privadas e estatais segundo os modelos dos mercados. Era preciso desregular as atividades econômicas; era necessário baratear a força de trabalho, era preciso privatizar as empresas do Estado.

O neoliberalismo, como se sabe, veio substituir o keynesianismo enquanto normatividade configuradora da sociedade. Este último orientou por mais de trinta anos, quase sem contestação, a política social e econômica no centro do capitalismo, com impactos importantes na periferia. Reinou desde o fim da II Guerra Mundial até o momento em que uma queda pronunciada da taxa de lucro nos anos 1970 veio destroná-lo.

O keynesianismo, ao contrário da longa tradição que substituiu, nunca confiou na autoregulação dos mercados; se deixados a si mesmos, eles operam – dizem – quase sempre aquém da propalada eficiência e eficácia máxima possível. Contempla, por isso, uma certa atuação do Estado para dar suporte à atividade econômica. Essa intervenção reguladora, entretanto, não visa substituir, mas repor o liberalismo e, assim, melhor conservar o capitalismo. De modo geral, essa corrente defendia a necessidade de que o sistema fosse constantemente regulado por meio da política econômica com o objetivo principal de garantir o pleno emprego e manter o controle da inflação. Mas acolhia, também,

um planejamento indicativo e, assim, as políticas industriais. As empresas estatais eram aceitas e até recomendadas quando vinham preencher “vazios” na malha das relações intersetoriais.

Keynes, como se sabe, diante das turbulências observadas no passado, assumiu teoricamente que o sistema econômico era inerentemente instável, que gera incerteza de modo constante, que flutua periodicamente porque o investimento se retrai, fazendo, em consequência, com que as crises se sucedam. Precavia-se, ademais, com a possibilidade de que ele pudesse perder legitimidade em tais momentos, podendo então ser abalado por ondas de insatisfação, revoltas e até mesmo revoluções. A sua teoria não se preocupava apenas com o funcionamento deficiente do sistema econômico, mas também com a falta de consenso e mesmo com os esgarçamentos e as rupturas no tecido social. Predicava, portanto, que ao Estado cabia cuidar não só do nível da demanda efetiva, mas também se esforçar para melhorar a repartição da renda, buscando até certo ponto a “justiça social”.^{liiii}

Ora, era justamente esse último caráter da política econômica keynesiana que mais contrariava os liberais de direita que se reuniam desde 1947 na Sociedade Mont Pelerin. O keynesianismo junto com a socialdemocracia cooptava os trabalhadores, em especial, os sindicalizados, por meio do estado de bem-estar social, porém, segundo esses crentes na “ordem espontânea” dos mercados, isso abalava os fundamentos da liberdade mercantil e, assim, abria o caminho para o socialismo. Este era definido de modo muito amplo por Hayek, prócer dos intelectuais neoliberais, como a pretensão de realizar a justiça social por meio do Estado.

Enquanto Keynes aceitava sacrificar em parte o “livre mercado” para que se pudesse obter uma relativa paz social, os partidários do primeiro economista não aceitavam qualquer restrição aos privilégios dos capitalistas. Enquanto estes empunham a bandeira da liberdade negativa, os keynesianos erguem a bandeira da prosperidade para todos – ainda que não uma plena igualdade. Eis que esta última seria incompatível com a “economia monetária de produção”.

O neoliberalismo não é liberal no sentido político da palavra, mas, ao contrário, é iliberal. Ele não apenas despreza o igualitarismo, a solidariedade para além da família, assim como um sistema de proteção social que abranja os trabalhadores em geral, mas também desconfia do voto popular. O

grande problema da sociedade contemporânea para eles vem a ser limitar a democracia para que ela não possa abalar os fundamentos sistêmicos e individualistas da “economia de mercado”. [livl](#) Eles suspeitam que as massas populares possam, com os seus votos, barganhar direitos e benefícios com os agentes e partidos políticos em detrimento tanto do orçamento público quanto da ordem moral que sustenta o capitalismo.

A crise financeira de 2007-08 primeiro e depois a crise de 2020-21, produzida pela nova pandemia do coronavírus, vieram mostrar que as políticas neoliberais eram insuficientes, ou mesmo inadequadas, para dar suporte ao capitalismo. A austeridade, por exemplo, não poderia ser mantida quando o PIB pode despencar mais 10 por cento num ano. Por isso, passou-se a aceitar as políticas tipicamente keynesianas como forma de garantir o nível da atividade econômica, a saber, expansão fiscal para criar demanda efetiva e políticas monetárias acomodatórias. Ora, isso parece implicar que está em curso uma transformação na relação entre mercado e Estado nos países centrais do ocidente capitalista.

Os governos na Europa e nos Estados Unidos passaram mesmo a desafiar a lógica do “livre-mercado”, pondo em prática políticas industriais direcionadas para determinados objetivos. Assim como o keynesianismo autêntico falhara na década dos anos 1970 na dinamização do sistema econômico, o seu sucessor histórico se mostrou incapaz de evitar os colapsos sobrevenientes tanto na produção industrial em sentido amplo quanto das pirâmides financeiras que não pararam de crescer desde os anos 1980. Ademais, com o estancamento da globalização e a explicitação das rivalidades imperialistas, advieram certos imperativos da competição em escala internacional, assim como demanda por energia limpa, tecnologias digitais etc., os quais passaram a exigir a intervenção do Estado.

Tais políticas keynesianas foram retomadas, mas sem qualquer preocupação com a justiça social e com a proteção pública aos trabalhadores. Eis que a política de conciliação de classes não é mais possível agora tal como o fora no pós-II Guerra Mundial. Se naquele período histórico a taxa de lucro média nos setores geradores de valor se encontrava em nível bem alto, agora ela se encontra rebaixada num mínimo incapaz de estimular robustamente o investimento. Se então existia um amplo horizonte

de oportunidades para manter a acumulação em níveis elevados, a situação agora é de superacumulação de capital industrial e financeiro.

A política econômica do neoliberalismo original, portanto, passou a ser contrariada, mas apenas com o intuito de usar o poder do Estado na recuperação eventual da lucratividade do capital. Trata-se, portanto, da adoção de certas políticas econômicas recomendadas pela tradição criada por John M. Keynes, mas sob a égide da normatividade neoliberal. Esta esteve presente nas últimas quatro décadas e continuará a estar no futuro previsível. É por isso que esse “novo” keynesianismo se explicita melhor como um pseudo-keynesianismo.

Diante da ameaça climática, diante da competição tecnológica entre Estados Unidos, China e Europa, dada a acumulação excessiva de capital financeiro (eis que o total de ativos soma agora cinco vezes o PIB mundial), frente à relativa de-globalização, os Estados nacional do centro do sistema estão criando planos de desenvolvimento econômico, os quais se arriscam a ser meras miragens no futuro não muito distante. Dentre eles, fala-se, por exemplo, no *Green New Deal*, uma estratégia para combater o aquecimento global que cria ao mesmo tempo, supostamente, bons empregos para uma parte significativa das populações desses países.

Segundo Mavroudeas,^{lv} não se pode acreditar na propaganda e no marketing dos governantes atuais do capitalismo, os quais se encontram atribulados com dificuldades difíceis de enfrentar. Eis que o capitalismo parece ter criado barreiras ao seu próprio desenvolvimento que não parece ser capaz de superar, tais como a “ruptura metabólica” e a financeirização. Segundo ele, “o *Green New Deal* é parte e embrulho da reestruturação capitalista que está sendo levada a efeito por forças neoconservadoras, sociais-liberais. (...) O *Green New Deal* consiste numa estratégia cripto-protetionista voltada para a indústria de ponta que visa dar suporte aos capitais ocidentais frente ao desafio da China e dos mercados emergentes”. Os planos, em face da situação presente do capitalismo, não preveem a retomada do estado de bem-estar social ou mesmo uma onda de aumentos dos salários reais, mesmo se parte da esquerda sonhe com isso.

Em consequência, para terminar, é interessante registrar aqui uma pertinente pergunta de Hugo Fanton, professor da USP, e a resposta que lhe foi dada por Wolfgang Streeck numa entrevista recente.^[vi] Aponta-se, questiona o primeiro, “para a possibilidade de mudança na orientação da política macroeconômica, uma nova lógica a reger o centro do capitalismo, anunciando o fim do neoliberalismo em uma perspectiva progressista. Qual seria a sua avaliação das medidas de estímulo à retomada econômica, sejam elas nos EUA ou na União Europeia? Podemos entrar em uma nova fase que dê sobrevida ao ‘capitalismo democrático’?”.

A resposta dada por Streeck a esse questionamento se contrapõe claramente ao otimismo de parte da esquerda no Brasil e no mundo ocidental. Eis o que disse: “(...) depende do que você quer dizer com ‘uma nova lógica do capitalismo’ e do que chama de ‘sobrevivência do capitalismo democrático’. O capitalismo tem evoluído permanentemente (...). O que não mudou foi sua natureza fundamental: uma economia política guiada por uma compulsão intrínseca pela acumulação sem fim de capital privado capaz de gerar mais capital privado. Não há razão para acreditar que o estímulo econômico fiscal, independentemente de seu tamanho, representaria uma ruptura com essa lógica”.

Bem, sendo assim, ainda seria preciso estudar melhor como essa compulsão está se configurando agora, seja por meio de um redirecionamento do processo de acumulação seja no plano das instituições e das formas de governança, nesse novo período do ocaso do capitalismo. Como se mencionou, em particular, uma reestruturação na relação entre mercado e Estado parece estar em processo de constituição.

Notas

^[i] O artigo de Cédric Durand, “Economia de Joe Biden – reversão em relação à 1979”, publicado no site **A Terra é Redonda**, apresenta uma visão alternativa do que vem ocorrendo no capitalismo após a crise de 2008 e, principalmente, após os efeitos da pandemia do coronavírus, iniciada em 2020.

^[ii] Ver Dardot, Pierre e Laval, Christian – *A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

[iii] Ver sobre isso Prado, Eleutério F. S. – O que é keynesianismo? In: *A terra é redonda*, 11/07/2021. <https://aterraeredonda.com.br/o-que-e-keynesianismo/>

[iv] Ver Slobodian, Quinn – A nova direita (neoliberais e ultradireita: o tronco único) <https://aterraeredonda.com.br/a-nova-direita/>

[v] Ver Mavroudeas, Stavros – On the pandemic and its consequences on the economy and work. In: Stavros Mavroudeas blog. Original em italiano: Bolletino Culturale, 24 julho d 2021.

[vi] Fanton, Hugo. Velho capitalismo, novas crises. *Folha de S. Paulo*, 25 de julho de 2021.

18. Divinização do dinheiro



"A sociedade do consumo é o último recurso de sobrevivência do capitalismo", escreve o professor de Economia da USP Eleutério Prado

17 de setembro de 2021, 16:37 h Atualizado em 17 de setembro de 2021, 17:05

Se a mercadoria é a forma elementar do valor; o dinheiro é a forma geral do valor no modo de produção capitalista. O valor, portanto, é aí a essência abstrata da riqueza; esta, portanto, se manifesta em ambas essas formas – ainda que diferentemente: como forma relativa na mercadoria e como forma equivalente no dinheiro. Essas duas formas, em última análise, são formas da relação social de troca – mediações da relação de capital. O próprio valor, portanto, é por excelência forma das relações sociais

que constituem esse modo de produção. Note-se, agora, que há uma maneira sintética de apresentar tudo isso; eis que ela separa por uma barra a aparência da essência da mercadoria:

Como se vê na segunda expressão, o dinheiro tem um valor de uso funcional, ou seja, cumpre várias funções imprescindíveis à reprodução do próprio capitalismo: meio de expressão do valor em geral, meio de circulação, meio de entesouramento, meio de empréstimo e veículo formal do valor que se valoriza. Se o dinheiro-mercadoria (ouro, por exemplo) é o lugar do fetiche, o dinheiro fiduciário, ainda como forma geral do valor, é o lugar da divinização na sociedade moderna. Apesar disso, boa parte da teoria econômica trata o dinheiro como algo quase supérfluo – mas não toda.

Divinização? Será? Se essa parece ser uma tese estranha para muitos, que se deixe então à própria teoria econômica o trabalho de comprová-la. E esta última, como se verá, parece confirmá-la. Por enquanto, saiba-se que “um sentimento de algo ilimitado, sem barreiras, como que oceânico” pode assaltar a compreensão de mundo do ser humano em geral na sociedade moderna. Tal como mostrou Freud, esse tipo de anseio pode sobrevir até mesmo na psique de intelectuais altamente capacitados, na forma de respostas ideativas à insatisfação, ao desamparo e à impotência com o estado das coisas, com a difundida perversidade da sociedade realmente existente.^{lii}

Antes disso é preciso fazer alguns esclarecimentos. Se a mercadoria é valor e não-valor, ou seja, a contradição entre valor e valor de uso, ela aparece no mercado como valor de uso e valor de troca. Enquanto valor de uso ela consiste de algo que tem uma materialidade natural, mas enquanto valor, a sua materialidade é puramente social, ou seja, da ordem do significado – de um significado posto objetivamente no funcionamento do sistema econômico. O valor aparece sob a forma de valor de troca; o valor é o conteúdo do valor de troca. Tomando a mercadoria com um signo invertido^{liii} – ou seja, de um modo materialista –, tem-se:

$$\text{Signo mercadoria} = \frac{\text{significante}}{\text{significado}} = \frac{\text{valor de uso \& valor de troca}}{\text{valor}}$$

Posto isso, é preciso dizer que fetiche na sociedade moderna vem a ser o produto do trabalho humano posto na forma de mercadoria. Consiste propriamente em atribuir o caráter de valor ao valor

de uso, identificando assim a forma valor com o suporte dessa forma, ou seja, com o valor de uso. Se a mercadoria é tomada desse modo, o valor de troca passa a estar fundado no valor de uso, mais propriamente, em suas propriedades que satisfazem necessidades humanas. O valor, pois, parece interno ao valor de uso. De qualquer modo, um exemplo clássico é pensar que o ouro como tal é dinheiro. Em geral, tem-se:

Significante mercadoria = (valor de uso \equiv valor) & valor de troca

Significante dinheiro mercadoria = (valor de uso \equiv valor)

O dinheiro-mercadoria, portanto, é o lugar do fetiche. O valor é “suprimido” como essência do valor de troca. Em consequência, só fica a aparência do signo, isto é, o significante, agora como valor ele mesmo.

Já a divinização é produto do pensar que compreende a mercadoria como valor de uso que ganha valor de troca nos mercados, entendido ele mesmo, portanto, como valor. O valor de troca é, assim, tomado como uma mera convenção criada pelo sujeito “mercado”; e o valor de uso ou bem, em consequência, se torna um mero portador do valor de troca. Este, sendo definido pelas interação de mercado entre produtores e consumidores, afigura-se externo ao bem enquanto tal. Ora, essa idealização põe o mercado e seus elementos constituintes como entes divinos. Em particular, põe o dinheiro fiduciário como uma coisa divina, ou seja, como valor simplesmente.

Significante mercadoria = valor de uso & (valor de troca \equiv valor)

Significante dinheiro fiduciário = (valor)

Agora, veja-se que essa tese que aqui se defende não consiste numa acusação sem fundamento, numa crítica externa ao modo de pensar dos economistas; não se trata, em consequência, de uma mera desqualificação ideológica. Ao contrário, ela pode ser provada com base em textos de autores que não criticam o sistema capitalista enquanto tal, mas apenas os seus resultados aparentes em termos de desemprego, repartição da renda etc. Aqui se emprega para essa finalidade dois escritos de economistas que pertencem ao campo da Teoria Monetária Moderna (TMM). O primeiro deles vem a

ser um livro de Warren Mosler, o qual foi escrito com o objetivo de apontar o que considera serem fraudes no campo da política econômica.^[iii]

A primeira delas consiste em pensar que o Estado se encontra limitado em seus gastos pela soma dos impostos que arrecada com os empréstimos que toma junto ao setor privado – principalmente junto aos capitalistas. De fato, o Estado não enfrenta essa restrição orçamentária que sempre se impõe para as empresas e as famílias: eis que pode se financiar emitindo o dinheiro fiduciário que ele próprio cria institucionalmente. Daí que Mosler diga: “o governo federal sempre pode gastar e pagar em sua própria moeda corrente, pouco importa o tamanho do déficit ou a insuficiência das receitas que obtém”.

Mas, não haveria outras restrições além daquela propriamente monetária? E essa é uma questão crucial que só poderá ser respondida mais à frente.

PUBLICIDADE

Esse autor sabe que o Estado não deve criar mais demanda efetiva do que pode a oferta agregada atender; pois, se o fizer, ele gerará inflação. Como acredita, entretanto, que esse limite é dado pelo “pleno-emprego” da força de trabalho e da capacidade de produção, julga que há uma ampla margem para promover o crescimento econômico produzindo grandes déficits orçamentários. Diante da crise dos anos 1970, Mosler acreditou que seria possível “promover a restauração da prosperidade americana” simplesmente financiando esse déficit por meio da emissão de dinheiro fiduciário. Como?

Ora, ele apresentou três propostas realmente fantásticas, as quais mostra em seu livro: 1ª) retirar todos os impostos sobre salários das folhas de pagamentos de todas as organizações estatais e privadas; 2ª) fazer um fundo com 150 bilhões de dólares para os governos estaduais para que eles pudessem criar empregos para todos os que quiserem trabalhar; 3ª) criar um programa de emprego com salário mínimo para todos os que estivessem fora da força de trabalhadores, mas que estavam querendo nela entrar. Em conjunto, essas três propostas pretendiam fazer um milagre e este seria produzido meramente por meio da emissão de moeda. Ora, assim, ele supõe que o dinheiro seja todo poderoso, já que tem, por si mesmo, a capacidade de restaurar uma prosperidade que fora perdida. Mesmo que não o diga, ele toma essa aptidão extraordinária como uma força oceânica, divina

Agora, é preciso examinar certas afirmações de um livro de Ann Pettifor que se chama de modo bem ilustrativo de *O poder do dinheiro*.^[iv] Para ela, “a profissão de economia não parece compreender o dinheiro, os bancos e o sistema de crédito”. Ora, de modo peculiar, essa autora considera o dinheiro como uma mera “construção social” cuja “produção é elástica”, ou seja, que não sofre grandes restrições normalmente. O seu único limite estaria na capacidade de produção máxima que seria improvável atingir, mas que, se fosse por ventura atingida, haveria inflação.

De qualquer modo, essa autora julga que o “poder de criar dinheiro vem do ar”, ou seja, algo que cai do céu no balanço dos bancos centrais e dos bancos comerciais. O dinheiro é para ela um “grande avanço civilizacional” já que “permite fazer o que se quer dentro dos limites dos recursos naturais e humanos. É assim, porque o dinheiro ou o crédito não existe como resultado da atividade econômica, como muito acreditam... o dinheiro cria a atividade econômica”. Será? Teria o dinheiro essa capacidade divina ou estaria essa autora movida por um desejo reformador que apenas pode ser satisfeito num mundo imaginário?

Ora, dinheiro não é nem criado por um poder exógeno ao sistema econômico nem surge do nada – apesar da aparência em contrário, algo que apenas se sustenta quando a sua emissão é tomada isoladamente. Ora, a produção de dinheiro está de fato integrada como parte intrínseca do sistema econômico. **É-lhe, pois, endógena**. A criação do dinheiro obedece a uma lógica que é interna ao devir desse complexo social que inclui a produção e a circulação de mercadoria, o sistema financeiro como um todo, assim como o Estado. E essa lógica, como bem se sabe, visa sobretudo a geração de lucro. Se não é determinista, se se impõe por meio da política e da tecno-política, está voltada para a produção e a reprodução do capital – que, como se sabe, é a causa motora do modo de produção capitalista.

Para os adeptos da teoria monetária moderna, a emissão de dinheiro parece advir meramente de opções de política econômica ou, de modo ainda mais reduutivo, parece ser uma questão que se resolve no campo das teorias econômicas. Para propor reformas miraculosas, eles sempre começam apontando erros nas crenças dos economistas e dos políticos. Ao fazê-lo, eles cometem um erro ainda maior que consiste em ignorar a natureza do sistema econômico expandido, que não pode deixar de

incluir o Estado. Como foi apontado por Anwar Shaikh^[v], ignoram as conexões entre o gasto estatal, o financiamento desse gasto, o nível de emprego resultante com a rentabilidade do capital e com as necessidades de sua acumulação – que é insaciável. Ao fazê-lo, ignoram também a natureza conflitiva dos interesses que movem as classes sociais e suas frações.

Grosso modo, a consideração dos seguintes pontos mina a pretensão salvadora do capitalismo que atravessa toda a teoria monetária moderna: (a) pleno emprego aparente não pode ser atingido, senão raramente e por pouco tempo, na economia capitalista. Eis que, se acontece como evento, isso diminui drasticamente o poder de barganha dos capitalistas frente o dos trabalhadores. Um alto nível de emprego tende a elevar os salários reais e, assim, a reduzir as taxas de lucro; (b) A formação de preços depende do regime da concorrência que, atualmente, se dá sob o comando dos oligopólios. O efeito deflacionário do aumento da produtividade, algo ocorrente no passado, foi suprimido historicamente de tal modo que a concorrência, hoje, se dá sob uma elevação rastejante, mas constante, dos preços; (c) Em consequência, uma aceleração “perigosa” da inflação pode surgir como resposta da concorrência entre as empresas capitalistas em virtude de uma queda da lucratividade; episodicamente, pode surgir de restrições na oferta por outras causas;

(d) O Estado não é uma instituição “benevolente” que esta “fora” do sistema econômico e pode, por isso, conduzi-lo sabiamente visando o “bem-estar da sociedade como um todo”. Ao contrário, o Estado está também atravessado pelas contradições inerentes às relações sociais entre as classes que existem no capitalismo. Procura, entretanto, constranger de algum modo as suas manifestações agonísticas, preferencialmente em detrimento dos trabalhadores.

(e) Como o Estado está inexoravelmente comprometido com a acumulação de capital – industrial e financeira – a emissão monetária feita pelos bancos está condicionada a esse mesmo objetivo. A emissão de dinheiro para outros objetivos entra em conflito com a natureza do capitalismo e sofre, por isso, uma oposição ferrenha das classes dominantes por meio de seus representantes na mídia e nas instituições políticas.

Os adeptos da teoria monetária moderna, em consequência, são críticos impotentes da financeirização e do neoliberalismo. Eles não compreendem a ligação entre a emergência desses processos que tem o caráter de “sujeitos” históricos e o ocaso do capitalismo. O próprio mundo da vida social e cultural contemporâneo está marcado pela divinização. É assim que na sociedade desencantada, que fora apresentada por Max Weber na passagem do século XIX para o século XX, os mutantes humanos caíram finalmente “sob a dependência de um novo deus perverso ou sadeano^[vi], o Divino Mercado, que lhes diz sempre: gozem!^[vii] Ora, esse apelo da sociedade do consumo é o último recurso de sobrevivência do capitalismo, pois ele está em conflito aberto com os imperativos ecológicos.

Notas

[i] Ver Freud, Sigmund – *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

[ii] Ferdinand Saussure que elevou o signo à categoria central da linguística moderna tinha uma compreensão idealista dele e, por isso, punha o significado sobre o significante. Note-se, porém, que o signo invertido não é o significante tal como entendido usualmente.

[iii] Mosler, Warren – *The deadly innocent frauds of economic policy*. EUA: Valance Co., 2010.

[iv] Pettifor, Ann – *The production of money – How to break the power of bankers*. New York: Verso, 2017.

[v] Johnson, Nick – Teoria monetária moderna e inflação – a crítica de Anwar Shaikh.
In: <https://eleuterioprado.blog/2019/04/22/a-critica-de-anwar-shaikh-a-tmm/>

[vi] Adjetivo relativo ao tom obsceno, mas reveladores, dos escritos do Marquês de Sade.

[vii] Dufour, Dany-Robert – *O divino mercado – A revolução cultural liberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

Por **Eleutério Prado**, em [*A Terra é Redonda*](#)

Nouriel Roubini,^[1] um conhecido analista macroeconômico que opera nos EUA, tendo por referência os países ricos, pensa que a ameaça de estagflação se mostra cada vez mais fidedigna. A política econômica atual, que combina expansão monetária e creditícia, assim como impulsos fiscais, tendo em vista estimular a demanda, com respostas insuficientes da oferta, vai produzir, segundo ele, um aquecimento inflacionário. “Combinadas, tais dinâmicas de oferta e demanda” – afirma – “pode gerar estagflação, um aumento geral dos preços e recessão, ao estilo do que ocorreu na década dos anos 1970”. Mesmo uma crise severa das dívidas tal como sobreveio na naquela década pode, potencialmente, ocorrer. Eis como caracteriza a ameaça de estagflação:

Enquanto esses persistentes choques negativos de oferta ameaçam reduzir o potencial de crescimento, a continuidade das políticas monetárias e fiscais frouxas pode desancorar as expectativas inflacionárias. Uma espiral de preços-salários pode então sobrevir num ambiente caracterizado por uma tendência recessiva pior do que aquela dos anos 70 do século passado – quando as razões dívida/PIB eram bem menores do que são agora.^[2]

Jayati Ghosh,^[3] uma notória analista da economia mundial, julga que a estagflação é também uma ameaça, mas agora para os países não desenvolvidos, cujos mercados são ditos emergentes. A interdependência global se acentuou nas últimas décadas de tal modo que essas nações estão sob riscos devidos às consequências das políticas macroeconômicas implantadas pelos países ricos. Nota-se que muitos desses países estão sofrendo com os aumentos dos preços mesmo quando os níveis da atividade econômica e do emprego permanecem baixos e mesmo em declínio. Eis como caracteriza o risco de que essa situação possa perdurar:

Muitos países de mercados emergentes enfrentam agora um ataque quadrupolo: uma pandemia renitente cujo fim não está claro, estrangimentos internos e externos para a expansão dos

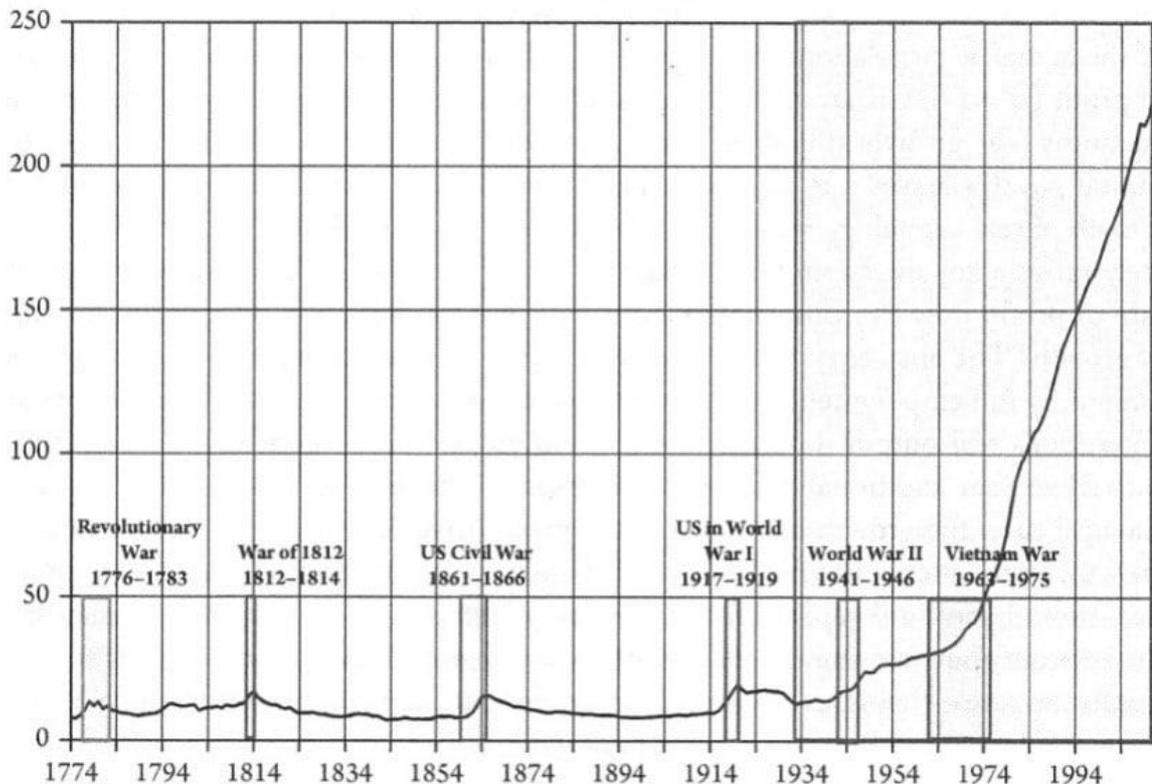
gastos governamentais, impactos indesejados das políticas fiscal e monetária dos países avançados, padrões de comércio internacional que criam pressões inflacionárias em combinação com restrições para a expansão das exportações.^[4]

O quê carece de explicação nas duas teses – que estão provavelmente corretas – vem a ser a escassez possível de oferta no médio e no longo prazo. Por que a oferta de mercadorias pode não se expandir suficientemente sob os efeitos da ampliação da demanda agregada?

Há que se ver, em primeiro lugar, que podem existir causas episódicas tais como, por exemplo, a pandemia do coronavírus. Como se sabe, a difusão dessa doença pelo mundo impediu a continuidade de certas atividades econômicas, rompeu as cadeias de fornecimento de insumos, trancou os trabalhadores em casa; além de colocar uma parte expressiva da força de trabalho na miséria. Mas aqui que se investigar também se há uma causa estrutural que possa impedir a expansão da oferta mesmo se a demanda agregada está crescendo. Antes de fornecer uma resposta para essa questão chave, é preciso mostrar porque as economias contemporâneas sofrem de um permanente viés inflacionário.

A inflação dos preços das mercadorias tal como hoje se conhece é um fenômeno característico do pós-guerra. E isto pode ser verificado na figura que se segue, a qual mostra a evolução secular do nível dos preços aos consumidores, nos Estados Unidos, entre 1774 e 2011. Observa-se aí um padrão que vale para as economias do mundo em geral. É bem evidente que esses preços começam a crescer de modo contínuo apenas após o abandono do padrão-ouro na década dos anos 1930 e o fim da estagnação que só ocorre com a eclosão da II Guerra Mundial.

Evolução secular do nível dos preços aos consumidores EUA - 1774-2011



Fonte: Shaikh, *Capitalism*, 2016, p. 696.

Entre 1946 e 1971, enquanto vigora o padrão ouro-dólar, esses preços começam já a subir de modo quase ininterrupto. Note-se, ademais, que a taxa de crescimento desses preços sofre uma inflexão para cima a partir dessa última de 1971 quando passa a vigora o padrão dólar puro, ou seja, quando a moeda papel deixa de estar oficialmente atrelada ao ouro por meio de uma taxa de conversão fixada pelo Estado. E esse resultado tem uma explicação.

Como a demanda de moeda é determinada endogenamente na circulação mercantil, o crescimento contínuo dos preços mostra que o sistema monetário dos países em geral sanciona quase sem restrição essa demanda, que vem do próprio sistema econômico. Ora, esses sistemas monetários estão nucleados atualmente nos bancos centrais e nos bancos comerciais. Note-se, então, que a elevação da demanda de moeda vem do aumento da produção e/ou dos aumentos autônomos dos preços das mercadorias. E esses aumentos autônomos provêm basicamente de decisões tomadas no interior das corporações que dominam os diversos mercados.

Diante de um impulso da demanda, as firmas de um setor têm basicamente duas alternativas extremas: ou aumentam o volume da produção ou aumentam os preços. No mais das vezes, elas escolhem uma combinação dessas duas possibilidades. Logo, trata-se de saber por que elas, em certas circunstâncias, elevam os custos para os consumidores ao invés de lhes fornecer mais produtos.

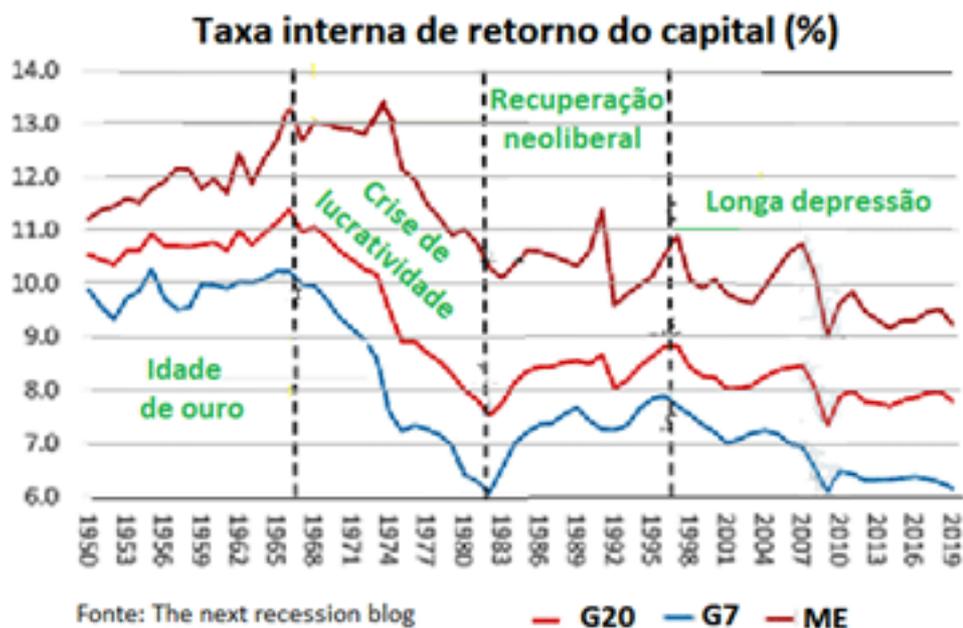
A teoria ortodoxa diz que essa situação só ocorre nas proximidades do pleno-emprego. Ora, essa teoria é usualmente fantasiosa. Eis que o quase pleno-emprego da força de trabalho – e até mesmo da capacidade de produção – são incompatíveis com a anarquia inerente à economia capitalista. Se algo ocorre eventualmente, não pode durar. Surge, então, uma questão central: “qual é o limite de crescimento da oferta potencial de mercadorias?” – um limite além do qual – ou mesmo um pouco antes dele – o nível dos preços passa a subir com a expansão da demanda agregada.

Anwar Shaikh lembra em sua obra magna, *Capitalism*,^[5] que a resposta a essa questão fora já dada no século XIX: “A resposta clássica” – diz ele –, “a qual foi desenvolvida por Marx e redescoberta por von Neumann, é que a taxa máxima de crescimento (...) é igual à taxa de lucro”. Na verdade, o limite superior da taxa de acumulação – e, em consequência, do investimento feito no aumento da capacidade de produção – não é dado pela taxa de lucro real, mas por uma taxa menor do que ela, já que parte do lucro é destinada ao consumo *grosso modo* dos capitalistas e do Estado ou ainda ao aumento do capital ocioso. Define-se então uma nova taxa, corrigida agora pela taxa de aproveitamento do potencial de crescimento. A taxa de acumulação máxima tem de ser, assim, igual ou menor do que essa nova taxa. É desse modo que essa taxa determina de algum modo a taxa máxima possível de crescimento da oferta, ou seja, do PIB.

Mas, então, o que determina a taxa de acumulação efetiva na economia capitalista contemporânea? Nessa economia, note-se outra vez, a moeda corrente é totalmente fiduciária, seja na forma de base monetária seja na forma de dinheiro de crédito criado pelos bancos comerciais? Ora, o crescimento do produto decorrente da acumulação de capital depende da lucratividade futura. Quando a máxima taxa de acumulação possível é atingida ou mesmo

aproximada, os impulsos de demanda se transformam em aumento de preços. E isso é possível porque a concorrência contemporânea não é competitiva, mas restringida pela dominância das grandes corporações e oligopólios. A capacidade ociosa das empresas pode crescer, mas os preços das mercadorias que produzem nunca flutuam para baixo – ao contrário, tendem a crescer continuamente.

Posto tudo isso, é possível voltar agora para o tema da estagflação que atualmente ameaça tanto as economias avançadas quanto as economias menos ou pouco desenvolvidas. A questão a indagar, em sequência, é como se encontra a taxa de lucro esperada dos novos investimentos. Só assim é possível afirmar ou negar as teses apresentadas no início dessa nota. Ora, uma avaliação da lucratividade futura possível só poderia ser feita pelas agências internacionais que tratam do desenvolvimento econômico, por meio de uma pesquisa de amplo escopo. No entanto, é costume obter orientação nesse sentido consultando o desempenho das taxas de lucros observadas no passado, nos diversos países do mundo. Pois, é assim se pode pensar o futuro olhando as tendências do passado recente.



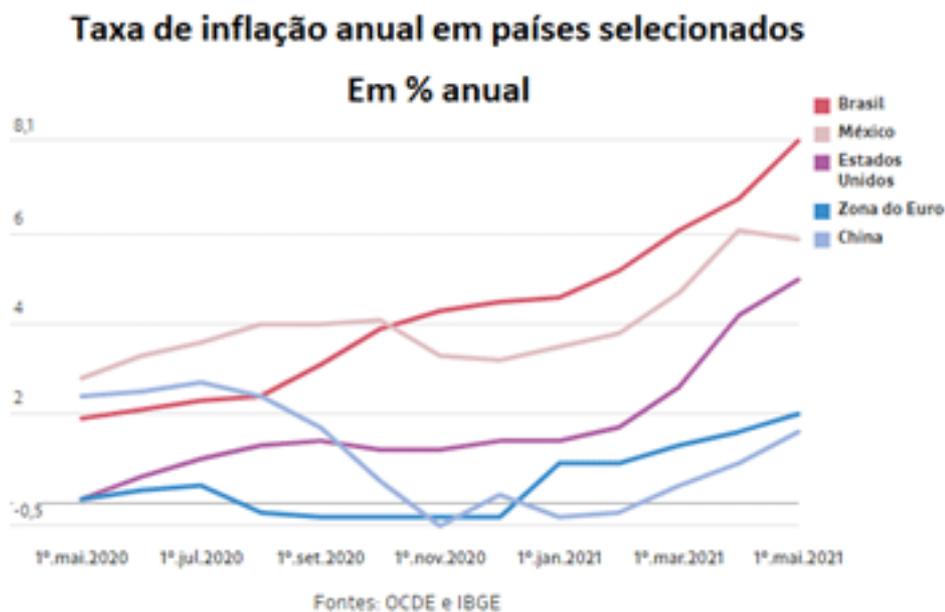
Aqui, na figura em sequência, apresentam-se estimativas (construídas por Michael Robert com base nos dados da Penn World Table 10.0) da evolução das taxas internas de retorno médias para os países do G-7, do G-20 e dos mercados emergentes. E o que

elas mostram não é um quadro “risonho e esperançoso” para o mundo regido pela acumulação de capital. Sugerem dificuldades crescentes nos próximos anos.

Note-se, agora, que essas taxas, que se referem em exclusivo aos setores produtores de mercadorias, são brutas, pois, em seu cálculo, não foram excluídos da massa de lucros os pagamentos das dívidas financeiras e dos impostos. Se fosse possível obter as taxas de lucro líquidas, os gráficos equivalentes seriam ainda mais enfáticos na apresentação de uma evidência que aqui se quer ressaltar. Pois, mostram o mesmo padrão de queda tendencial da taxa de lucro, faticidade esta que afeta agora, não um país ou outro, mas a economia global com um todo.

Veja-se, então, que desde 1997, aproximadamente, a economia mundial entrou numa longa depressão. Na verdade, ela se encontra desde então numa crise estrutural que não se resolve e que não pode ser resolvida já que se caracteriza pela existência de uma superacumulação de capital que, no atual estágio do capitalismo, não pode ser revertida. Eis que as políticas econômicas dos governos capitalistas não permitem mais que o excesso de capital seja eliminado pela própria lógica da crise; pois, esta lógica exige que ocorra forte destruição e desvalorização do capital acumulado no passado para que a taxa de lucro possa se recuperar. A crise necessária para que isto viesse a ocorrer seria devastadora não apenas para os sistemas econômicos nacionais, mas repercutiria de um modo igualmente intenso na ordem imperialista que vigora no mundo atual.

É por meio dessa análise que se chega à conclusão que as condições estruturais para que ocorra a estagflação nos países centrais, agora com os seus dois núcleos – o atlântico e o asiático –, parecem estar presentes. Certamente, elas parecem estar presentes também nos outros países periféricos.



A figura abaixo dá uma ideia do que está acontecendo no mundo. A inflação tendeu a se acelerar generalizadamente ainda que não para patamares próximos ao das hiperinflações. Mas, não é essa a ameaça que paira sobre as economias do mundo. A aceleração da inflação está em geral relacionada à falta de oferta. Há, como já se disse, fatores episódicos trazidos, por exemplo, pela emergência climática. Porém, há também fatores estruturais que advêm da decadência do modo capitalista de produção. Políticas de austeridade podem agravar a estagnação. Políticas de impulso de demanda, por sua vez, podem não ter efeito expressivo no crescimento econômico, resultando predominantemente em mais elevação dos preços.

Tenha-se, no entanto, em consideração que o futuro sempre pode apresentar surpresas.

Eleutério F. S. Prado é professor titular e sênior do Departamento de Economia da USP. Autor, entre outros livros, de Complexidade e práxis (Plêiade).

Notas

[1] Trabalhou no FMI e no Federal Reserve dos EUA. Professor da **Stern School of Business** da Universidade de New York. Atualmente é CEO de Roubini Macro Associates.

[2] Roubini, Nouriel. ***The stagflation threal is real. Project Syndicate***, 30 de Agosto de 2021.

[3] Jayati Ghosh é uma economista indiana do desenvolvimento. Ela é a Presidente do Centro de Estudos e Planejamento Econômico da Universidade Jawaharlal Nehru, Nova Dély. Professora da Universidade de Massachusetts, em Amherst.

[4] Ghosh, Jayati. ***Specter of stagflation hangs over emerging markets. Foreign Policy***, 5 de Agosto de 1921.

[+ As pessoas que ajudam a sustentar Outras Palavras recebem 25% de desconto em qualquer livro da Editora Elefante](#)

[5] Shaikh, Anwar Shaikh. ***Capitalism– competition, conflict, crisis***. New York: Oxford University Press, 2016.

Postado em 28/01/2022 7:32

20. OPORTUNIDADE PARA PERDER DINHEIRO

Facebook Twitter WhatsApp LinkedIn Email Telegram Compartilhar

Pedro Augusto Pinho*

Escrevi, neste mês de janeiro/2022, “Imprensa ideológica, governo de ocupação” onde comentava a matéria de “O Globo”, em 01/01/2022, “Proteção Externa”, incentivando a classe média brasileira a colocar sua poupança no exterior. Em consonância com esta matéria, apresentava entrevista com representante do banco suíço UBS que parecia dar ultimato para a “oportunidade” (!) de aplicar em fundos estrangeiros.

Como em campanha articulada, em “O Estado de S. Paulo”, de 28/01/2022, na “Coluna do Broadcast” (B13), tem principal título: “Gestores de fundos veem oportunidades e reabrem captações após resgates”.

Diversos comentários são pertinentes a esta campanha das finanças apátridas que, como até os mais ingênuos já sabem, governam atualmente nosso País.

Vamos tratar de um dos temas do nosso artigo, anteriormente referido: a perda assegurada nas aplicações financeiras.

Mantenho, por motivos óbvios, anonimato para correspondência recebida após a divulgação do “Imprensa ideológica, governo de ocupação”. Trata-se de um extrato de conta do UBS Switzerland AG.

A pessoa, em março de 2011, aplicou no fundo, obviamente recomentado pelo gerente do UBS, US\$ 600.000,00. Trata-se, com grande probabilidade, de pessoa da classe média favorecida, que conseguiu acumular o equivalente a um milhão de reais e deve ter ficada receosa com o Governo Dilma Rousseff, que se iniciava.

Após 10 anos aplicados, os 600 mil dólares haviam se transformado em US\$ 516.000,00 e deixado como pagamento ao UBS, sob diversos títulos, US\$ 62.945,00.

Na verdade não me surpreendeu. Por diversas vezes, desde que foram constituídos os “gestores de ativos” no final do século passado início do século XXI, pude demonstrar que as denominadas crises que assolaram diversas regiões do mundo, desenvolvido e subdesenvolvido, a partir de 1987 até 2002, nada mais fizeram do que promover a concentração de renda em alguns “gestores” ou “fundos”, que passaram a adquirir ativos empresariais e recursos nacionais, dominando inteiramente a economia mundial.

Hoje tratar, por exemplo, dos Estados Unidos da América (EUA) ou da França, ou da Alemanha, em princípio é um erro, pois por trás destes governos estão os gestores de ativos que controlam também todas as grandes empresas, nos mais diversos segmentos de negócio.

As maiores petroleiras atuais ou são estatais, como a Saudi Arabian Oil Company, a Petrochina, a Sinopec, ou são dos fundos apátridas (BlackRock, Vanguard, State Street, Fidelity, BNY Mellon, JPMorgan) ou, caso único, estatal-gestores: Shell Oil Company. As maiores farmacêuticas pertencem aos gestores: Johnson & Johnson, Pfizer, Roche, Novartis, Merck, GSK. As principais montadoras, empresas industriais são dos gestores: Volkswagen, Hyundai, Mercedes Benz, Boeing, Fiat, Toyota e assim por diante.

O processo de acumulação é o mesmo. Lançam fundos de investimentos, captam poupanças, articulam crises com dívidas, os tesouros, para “impedir o risco sistêmico”, transferem impostos para os gestores por meio das empresas controladas e bancos, obviamente deles, os aplicadores perdem na razão inversa de suas aplicações. Isto é, quem

aplica 10 perde até 100%, quem aplica bilhão, no máximo, perde 1%. E o processo de concentração se acentua.

Veja a “crise 2008-2010”, denominada do subprime. Transferiu para os gestores de ativos as disponibilidades do tesouro estadunidense, francês, alemão e tantos outros. Dinheiro que deveria estar sendo aplicado nestes mesmos países cuja crise de desemprego, campanhas discriminatórias, miséria e morte por covid assombram.

O prezado leitor deve estar se perguntando, mas os políticos, os magistrados, as fortunas nacionais não estão vendo isso? Não estão adotando providências?

A resposta é não.

E eu coloco uma pergunta: que arma se usa para tirar o máximo, inclusive a personalidade e o caráter de uma pessoa? O suborno, a chantagem, a ameaça maior que possa atingir um ser humano. Com a imensa quantidade de recursos financeiros, com milícias atuando em todo mundo a seu serviço, forjando irrealidades a que dão um nome de fantasia “fakenews” ao invés do nome direto: “mentira”, “calúnia”, “crime contra honra”, as finanças encurralam, subornam, inutilizam principalmente aqueles que já chegam ao poder fragilizados com as rachadinhas, as vendas de sentença, a convivência com o crime organizado e desorganizado.

O primeiro passo é entender esta realidade do mundo após 1990, ou seja, quando as finanças tomaram conta dos principais governos e do sistema financeiro internacional. Quando obtiveram as desregulações financeiras, a lei universal do Consenso de Washington e a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com as perestroika e glasnosts gobarchevianas.

O mundo pré e pós 1990 são dois mundos distintos. E o Brasil, infelizmente fez a opção errada em 1990 colocando uma pessoa das finanças apátridas no poder. A partir daí foi ficando cada vez mais difícil reaver para os brasileiros o Brasil.

E é disso que se trata hoje. O Brasil contra o mercado. Não há meio termo pois o mercado quer e está destruindo o Brasil. A convivência é a do escorpião com o sapo. Impossível.

**Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.*

21. Viralatismos e bolsonarismos na vida brasileira

[CPLP](#) » [Brasil](#)

Triste sina brasileira ter elite vira-lata e presidente ignorante. Não é reflexão deste escriba. São manchetes num dos principais jornais do País, do mais rico estado da Federação, no domingo, ou seja, o que constitui notícia em dia de maior tiragem.

O Estado de S. Paulo, domingo, 28 de novembro de 2021: “Grandes empresas brasileiras avaliam trocar B3 por bolsa americana”, e editorial: “A maldade do ‘mundo político’”.

Informações da própria B3 nos apontam que, em dólares estadunidenses, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) movimentou na última sexta-feira, USD 3.844 milhões, ou seja, quase quatro bilhões de dólares estadunidenses. Neste mesmo dia, nos Estados Unidos da América (EUA), a DOW registrou USD 325.393 milhões, isto é, quase 100 Bovespa, em dia de queda como ocorreu também no Brasil, e em percentagens próximas 2%, lá, 3,3% aqui. O que não provoca qualquer inquietação. Salvo quando ocorrem eventos nacionais muito significativos para os negócios, desde quando as finanças tomaram as rédeas nas decisões econômicas mundiais, as movimentações das bolsas de valores têm oscilado no mesmo sentido e muito próximas. No mesmo dia 26/11 caíram as bolsas da Alemanha (-4,1%), de Londres (-3,6%), de Hong Kong (-2,6%) e do Japão (-2,5%). As diferenças se devem a vários fatores, em especial aos títulos que puxam o mercado. Estes podem estar em momento de euforia apresentando grandes lucros ou em situação particularmente difícil, com dívidas altas a saldar. Na Bolsa paulista a Vale caiu 1,6%, a Petrobrás -1,0%, o Bradesco -0,8% e o Itau -0,4% também, as ações habitualmente mais negociadas.

A NYSE, Bolsa de Valores de Nova Iorque, tem mais de 2,7 mil empresas listadas, gerando um volume médio diário de negociações de 169 bilhões de dólares estadunidenses. Porém qual seria ou seriam as vantagens para o acionista brasileiro? Primeiro ele não paga imposto sobre dividendos no Brasil e pelos juros sobre capital fixo paga 15%; nos EUA pagará, no mínimo 15% sobre o total e, sendo residente no exterior, 30%.

Também muitas exigências aqui não impostas ou facilmente contornáveis, lá são impositivas e seus descumprimentos geram multas e outras penalidades. Apenas o viralatismo exacerbado dos ricos brasileiros pode explicar tamanha estupidez.

A National Association of Securities Dealers Automated Quotations (NASDAQ), em português “Associação Nacional de Corretores de Títulos de Cotações Automáticas”, é o segundo mercado de ações em capitalização no mundo e têm mais de 2,8 mil empresas de pequenos e médios portes listadas.

Os EUA vivem também a retração econômica de seguidas administrações conduzidas pelas finanças. Outro jornalão paulista, a Folha de S.Paulo, também no mesmo domingo, coloca na página A23, da editoria “mercado”, duas matérias que revelam a atual situação nos EUA.

De Washington, “Varejo dos EUA também limita acesso de cliente a prateleira”, onde Rafael Balago inicia com o confronto paulista: “produtos em prateleiras lacradas não são exclusividade de supermercados em bairros de menor poder aquisitivo de São Paulo”. Nos EUA, redes varejistas conhecidas, como Walmart, Walgreens, farmácias CVS trancam produtos que só serão entregues no caixa, e após pagamento. Esta situação também está sendo analisada como parte das manifestações racistas, muito comuns na sociedade estadunidense.

Fernanda Ezabella, de Los Angeles, escreve que aquela cidade aderiu ao programa piloto de renda mínima básica, “que vem se espalhando pelo país no último ano”, constituindo a maior cidade dos EUA a aplicá-lo. Em Los Angeles serão mil dólares por mês (R\$ 5.545,00), em Chicago, ainda sem data de início, serão quinhentos dólares (R\$ 2.772,50).

A jornalista afirma que 18%, dos 3,8 milhões de habitantes de Los Angeles vivem abaixo da linha de pobreza, comparados aos 12% da média nacional. E pela matéria

discorre sobre manifestações e condições nos EUA, focando na pandemia dos últimos anos.

E é na pandemia e não no financismo que o Estadão vai encontrar em editorial “A nova ameaça à retomada mundial” as dificuldades econômicas atuais. Que retomada cara pálida? Não conseguiu entender a mudança do eixo econômico mundial? Tomemos, então, em jornal não comprometido com partidos políticos e ideologias, o Monitor Mercantil, que na mesma data destes jornalões nos informa que o “Livre comércio da Aseam ameaça supremacia ocidental”.

A República Popular da China é o pesadelo do belicoso Joe Biden, presidente dos EUA. Lê-se na matéria da redação do Monitor Mercantil:

“Os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) se uniram com Japão, China, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia e fecharam um acordo para formação de um pacto comercial que deverá ser o maior do mundo e estar ativo a partir de 1º de janeiro de 2022. A Índia também fez parte das negociações para integrar o grupo, mas desistiu por temer que a redução das tarifas prejudicasse seus produtores. Denominado de Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP), o grupo irá cobrir cerca de 30% da população mundial e do produto nacional bruto global, com promessa de eliminar tarifas de importação sobre 91% dos bens, principalmente industriais. Uma das características emblemáticas da parceria é que se trata do único acordo de livre comércio assinado pela China”.

Renda mínima

Observem caros leitores que a renda mínima estadunidense não é um programa assistencial, inteiramente fora da tradição político-administrativa daquele país. É um programa para sustentar a produção industrial que necessita volume de produção e, conseqüentemente, de consumo. Um rico pode consumir muitas vezes o valor de 100 ou 500 pobres, mas em um ou em poucos produtos, nunca nas 100 ou 500 vezes a quantidade de um único morador de rua. O cerne da indústria é a quantidade, que se obtém com a iniciativa asiática, a RCEP, da qual o Monitor Mercantil nos informa. E depois há quem se surpreenda ou abomine o crescimento chinês; consequência de decisões antes de tudo do interesse da Nação.

Passemos para o tema político, para o qual traremos a exame o editorial do Estadão: “A suposta maldade do ‘mundo político’”.

Que O Globo e todo sistema Globo tenham abraçado a candidatura de Sergio Moro é um óbvio ululante (obrigado Nelson Rodrigues). Na faculdade, no início da década de 1960, havia um cartaz onde se lia: “O Globo, o jornal mais vendido do País”, onde ‘venda’ não se referia à tiragem mas à volubilidade de suas posições políticas, sempre na defesa dos ricos e poderosos, e dos estrangeiros contra os brasileiros.

Moro é cria do Departamento de Justiça dos EUA e treinado pelo Projeto Pontes, para ligar aos EUA e destruir o poder judiciário, as indústrias e tecnologias nacionais, e combater políticos populares, com projetos ligados ao bem estar e à cidadania dos mais pobres.

Portanto só houve confirmação nesta adesão da Globo. Mas aos poucos, principalmente pela origem estadunidense da candidatura, outros veículos de comunicação e segmentos políticos vão optando pelo fraco intelectualmente e fragilíssimo moralmente candidato do Podemos (We can, lema do Barack Obama), querem mais obriedade?

A desconstrução da política, que o Papa Francisco afirmou ser das mais nobres ações humanas, é fundamental para quem não tem histórico partidário, nem ações reveladoras

de sua competência de administrador ou de saber conduzir uma equipe equilibrada e coesa de governo.

O Estadão queima aquele que seria o candidato natural da elite paulista, João Dória, quinto governador tucano em sequência, atribuindo-lhe o epíteto “outsider”, aplicado a Jair Bolsonaro, mas convenientemente esquecido de Jânio Quadros e Fernando Collor.

Impulsionar o candidato

Aos poucos, como que seja natural, jornalões, mídias virtuais, redes de televisão e radiofônicas irão impulsionando a candidatura “Podemos”, com resultado de pesquisas estatisticamente bem construídas.

Então Sergio Moro irá suplantando governadores eleitos e populares em seus Estados como Ciro Gomes e João Dória, irá se aproximando percentualmente de Bolsonaro, para que comece a ser um contraponto à popularidade de Lula. E isso vai explicar as notícias soltas que o caro leitor irá juntando, sobre quem controla as urnas eletrônicas sem impressão do voto; verdadeira fraude anunciada.

O conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, afirmou, em sua visita ao Brasil, que Joe Biden, ainda não conversou com Jair Bolsonaro, devido à sua agenda "inacreditavelmente lotada". Mas que, fora da agenda, Bolsonaro deve aceitar a urna eletrônica pois a CIA tem controle absoluto de seu funcionamento. Alguma dúvida? Então como interpretar a seguinte notícia?

“As Forças Armadas decidiram não participar do teste público de segurança da urna que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realiza nesta semana. A decisão ocorre em razão da percepção das Forças de que o formato adotado pelo TSE para fazer o teste dará a segurança necessária para atestar que a urna é segura. A avaliação foi a de que uma eventual participação das Forças daria credibilidade ao teste e a segurança da urna, algo que tem sido contestado pelos militares” (CNN, Caio Junqueira, 22/11/2021).

E agora como fica o parceiro Gabinete de Segurança Institucional do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira?

Mais um pouco da reportagem da CNN: “o debate cresceu nas últimas semanas entre os militares, que consideram que o modelo atual (da urna eletrônica) é suscetível a falhas e pode afetar o resultado das eleições em 2022. Uma breve manifestação nesse sentido já foi feita pelo general Heber Portella, representante da pasta na Comissão de Transparência das Eleições, durante a segunda reunião do colegiado no dia 4 de outubro”.

Então caríssimos e ingênuos seguidores das mídias hegemônicas, o “projeto Sergio Moro”, de total desmonte do Estado Nacional Brasileiro, iniciado com a corruptíssima Lava Jato, ameaçando e comprando pessoas para dar credibilidade às farsas construídas contra a Petrobrás, contra o desenvolvimento nuclear brasileiro, manchando o nome do cientista, engenheiro nuclear, vice-almirante do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha do Brasil, ex-presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva (1939), contra o sistema empresarial que atuava em diversas áreas da engenharia, da petroquímica, da segurança nacional e competia no exterior, fundado, em 1944 na Bahia, por Norberto Odebrecht, e muitas outras empresas geradoras de empregos e tecnologia brasileira, terá continuidade com Sergio Moro presidente e sua gangue, com total apoio dos EUA, para transformar a república numa colônia.

Este é o preço de ficar livre do Lula? Do salário mínimo subindo mais do que a inflação, de tirar o Brasil do mapa da fome, mas de manter as desastrosas privatizações dos governos anteriores, altamente nefastas para o desenvolvimento do Brasil? Medo de que? De três refeições diárias para os miseráveis? Dos filhos de porteiros frequentando universidade? Porém ainda mantendo o analfabetismo no Brasil, necessário para escravidão do uber?

Sem a informação que as mídias escondem ou distorcem, e sem um mínimo de interligação dos fatos, vamos cair na sarjeta construída pelos Moros, mais do que o próprio capitão ignorante e preconceituoso foi capaz.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Читайте больше на https://port.pravda.ru/cplp/53815-viralatas_bolsonaro/

22. Imprensa ideológica , governo de ocupação

24 de janeiro de 2022, 21:21 h Atualizado em 24 de janeiro de 2022, 21:52

Por Pedro Augusto Pinho

O administrador, jurista, sociólogo e acadêmico fluminense Francisco José de **Oliveira Vianna** (1883-1951) escreve em “Problemas de Organização e Problemas de Direção” (1952): “os nossos sistemas de educação têm concorrido para agravar (a falta do sentimento nacional) em nossa formação social”.

E este arguto observador da nossa sociedade enfatiza que a “ausência do sentimento de grupo” faz do brasileiro um indivíduo desvinculado da comunidade; um ser isolado, sem ideia do sacrifício individual em favor do grupo, da solidariedade, da cooperação. E assim o Brasil se torna terra fértil para a exploração estrangeira, para ser a eterna colônia dos interesses alienígenas.

Dever-se-ia comemorar neste ano o bicentenário da independência, mas se pergunta: independência do que ou de quem? Melhor diria que comemoramos o primeiro golpe aplicado em nossa incipiente soberania, após ato sem consequência prática: a convocação da Assembleia Constituinte para elaborar a Constituição, o documento de potestade, do poderio da nova Nação.

Na Livraria do Senado há um exemplar de “A Constituinte Perante a História”, de Francisco Inácio Marcondes **Homem de Mello** (1837-1918), escritor, jurista e político, que esmiuçou o golpe aplicado por D. Pedro I na própria independência do Brasil.

Antes de focar a questão do golpe no ideal de **José Bonifácio** de Andrada e Silva (1763-1838), o cientista e político Patriarca, autor do primeiro projeto para o Estado Brasileiro, discorreremos sobre o significado da educação no Brasil.

Nossa história sempre ignorou as populações originárias. Só viemos a ter informações mais organizadas sobre elas com os trabalhos de médicos que se constituíram nos primeiros antropólogos brasileiros, muitas vezes partindo de estudos sobre os negros africanos trazidos como escravos. Os cinco primeiros que devem ter registro pela senioridade e porque saíram de diversos pontos do Brasil são:

1) Raimundo **Nina Ribeiro**, maranhense, nascido em 04/12/1862 e falecido em 17/07/1906; 2) Edgard **Roquette-Pinto**, carioca, 25/09/1884-18/10/1954; 3) **Arthur Ramos** de Araujo Pereira, alagoano, 07/07/1903-31/10/1949; 4) Osvaldo **Rodrigues Cabral**, catarinense, 11/10/1903-17/02/1978; e 5) **Thales** Olympio Góes **de Azevedo**, baiano, 26/08/1904-05/08/1995.

Mas não se pode deixar de mencionar dois gênios, o também médico **Manoel José Bomfim**, sergipano, nascido em 8 de agosto de 1868 e falecido em 21 de abril de 1932, e o mineiro **Darcy Ribeiro**, que completaria seu primeiro centenário de nascimento em 26 de outubro próximo, falecendo em Brasília, em 17 de fevereiro de 1997. Curiosamente este último, o único formado em ciências sociais, saiu de Montes Claros para Belo Horizonte com o intuito de estudar medicina.

Nestas considerações vamos nos valer, principalmente, das obras de Arthur Ramos, Manoel Bomfim e Darcy Ribeiro e dos trabalhos do Instituto Sócio Ambiental de SP (pib.socioambiental.org/pt/Downloads) com dados do censo de 2010 do IBGE.

Dois conhecimentos, afirma Darcy Ribeiro, são essenciais sobre nossos ancestrais, primitivos habitantes do Brasil: o imperativo genético (“200 mil mulheres índias geraram o primeiro milhão de brasileiros”, em *“Diários Índios - Os Urubu-Kaapor”*, 2014) e a cultura dos nomes das coisas da natureza e do saber o cultivo das roças e árvores frutíferas, ou seja, para alimentação. Somos assim índios em corpo e mente.

A desinformação implantada em nossas ideias principia com o apagar das populações primitivas. Para a pedagogia colonizadora, o Brasil começa com a chegada dos portugueses e nem mesmo discorre sobre a imensa contribuição das populações negras, trazidas como mercadoria para o Brasil.

Vamos aceitar o desafio e analisar estes europeus colonizadores. A dinastia descobridora do Brasil fora estabelecida em 1385, pelo Mestre de Avis, que tomou o título de Dom João I (10º rei português),

governando até 1433. Até Dom Manuel (1495-1521), Portugal teve outros três soberanos, tendo ocorrido no reinado do antecessor de D. Manuel (D. João II), o Tratado de Tordesilhas (07/07/1494), fixando o meridiano que separaria as terras portuguesas daquelas dos reis de Castela. Este Tratado se tornara necessário pela disponível condição tecnológica e ambição destes dois reinos para disporem de terras fora do território europeu.

Porém D. Manuel cometera grave erro político atingindo o desenvolvimento do Estado Português; em 5 de dezembro de 1496, assinou o decreto de expulsão dos judeus, concedendo-lhes prazo até 31 de outubro de 1497 para se converter ou deixar o País. Embora não haja unanimidade, a interpretação de Werner Sombart sobre o esvaziamento de Portugal, onde os judeus representavam um terço da burguesia e forte presença nas finanças, se justifica, pois a migração documentada para os Países Baixos explicará o crescimento e a influência daquela nação no século XVII (em “*Os judeus e a vida econômica*”, 1911).

Portugal mercantil estava mais preocupado com ouro, prata, e produtos do Oriente, deixando o Brasil, sem estas riquezas, a cargo da iniciativa privada dos agraciados com pedaços de terra: as Capitânicas Hereditárias. Porém a lição da história, que sempre nos ocultam, confirma que o condutor do desenvolvimento é, sempre e em toda parte, o Estado. Aqui ele só se fará presente em 29 de março de 1549, quando Tomé de Sousa, experimentado militar em ações colonizadoras na África, chega a Salvador (Bahia), com o *Regimento Régio de 17 de dezembro de 1548*, e orientações precisas sobre a organização do poder público - fazenda, justiça, defesa - a fundação da capital e sobre as

relações com os indígenas e sua catequese e o vago estímulo às atividades agrícolas e comerciais.

Constituíam-se, como em empreitada empresarial, um Conselho de Administração, onde, além do governador geral, tinham assento o ouvidor-mor (Pero Borges), responsável pela justiça, o provedor-mor (Antônio Cardoso de Barros), responsável pelas finanças e arrecadações, e o encarregado da defesa do território, o capitão-mor da costa, cargo ocupado por Pero de Góis, ex-donatário da capitania de São Tomé.

Um exemplo de Estado Mínimo, toda ação para formação da cidadania (saúde, educação, habitação, mobilidade e garantia dos direitos, mesmo sendo o Estado escravagista) encontrou o Estado Ausente. Apenas a repressão, as finanças e as forças armadas constituíam encargos governamentais. Nada de desenvolvimento econômico e quanto ao tecnológico então, nem em sonhos. Como se infere facilmente, o Brasil ficou, e assim permanecerá por séculos, uma colônia escravagista para exportar produtos primários. E os responsáveis por esta condição constituiriam a elite nacional: ignorante, preguiçosa, rentista, os formadores dos diversos “centrões” que tivemos e temos no governo.

Recordemos as iniciais Capitâneas Hereditárias e seus Donatários que existiram de 1534 até 1761, quando reverteu à Coroa a Capitania de Ilhéus. Algumas foram repartidas e a Coroa criou mais algumas. Relacionemos as iniciais:

- 1) Capitania do Maranhão: João de Barros e Aires da Cunha;
- 2) Capitania do Ceará: Antônio Cardoso de Barros;

- 3) Capitania do Rio Grande: João de Barros e Aires da Cunha;
- 4) Capitania de Itamaracá: Pero Lopes de Sousa;
- 5) Capitania de Pernambuco: Duarte Coelho Pereira;
- 6) Capitania da Baía de Todos os Santos: Francisco Pereira Coutinho;
- 7) Capitania de Ilhéus: Jorge de Figueiredo Correia;
- 8) Capitania de Porto Seguro: Pero do Campo Tourinho;
- 9) Capitania do Espírito Santo: Vasco Fernandes Coutinho;
- 10) Capitania de São Tomé: Pero de Góis da Silveira;
- 11) Capitania de São Vicente: Martim Afonso de Sousa;
- 12) Capitania de Santo Amaro: Pero Lopes de Sousa;
- 13) Capitania de Santana: Pero Lopes de Sousa.

Não estando a educação com o Estado, dela se ocupará a Igreja. Com Tomé de Sousa chegam seis jesuítas, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega. Eles iniciarão a doutrinação escravagista e submissa aos poderes divino e temporal. O “*Ratio Institutioque Studiorum Societatis Iesu*”, conhecido abreviadamente como “*Ratio Studiorum*”, é o plano e organização de estudos da Companhia de Jesus, que passou por três revisões - 1586, 1591 e 1599 - antes de chegar à forma final. Tendo objetivo de ensinar a religião e a prática cristã aos índios, havia mais importância nos objetivos econômicos e políticos: preparar mão de obra para os trabalhos do interesse da Companhia de Jesus na colônia

e adestrar os nativos convertidos contra os ataques dos não convertidos e de outros inimigos externos.

Como politiqueiros, a carta de Manuel da Nóbrega, de 1551, ao Rei D. João III é um exemplo de perfídia. Transcrevemos: “Logo que a esta capitania de Duarte Coelho chegamos, outro padre e eu, (constatei) que se vivia muito seguramente nos pecados de todo gênero, e tinham o pecar por lei e costume”. Segue descrições de pecados de gentios, portugueses e dos seus filhos aqui nascidos.

A maledicência começa com “Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos quanto é a fama que têm, e certo, creio, que, por eles, não castigou a justiça do Altíssimo tantos males até agora, porém, é já velho e falta-lhe muito para o bom regimento da justiça e por isso a jurisdição de toda costa devia ser de Vossa Alteza”. Em outra carta (1556) a Padre jesuíta, em Lisboa, lamenta a falta de escravos para os múltiplos encargos que melhor aproveitariam a riqueza da terra e os usos dos bens que lhes chegam. A Thomé de Souza (1559), escreve Nóbrega: “Pela costa, que corremos, achamos assaz de misérias e pecados de chorar, até chegar a S. Vicente, onde por eu aí achar irmãos da Companhia e muitos meninos gentios em casa e algum pouco melhor aparelho para com o gentio entender, por achar ali irmãos que entendiam a língua e o gentio menos escandalizado dos cristãos, me deixei ficar. Nesta capitania se fez algum fruto, posto que muito à força de braço, porque Nosso Senhor favorecia a salvação de alguns predestinados que tinha, que outra ajuda nenhuma tínhamos, porque geralmente nesta terra todos são para estorvar o serviço de Nosso Senhor, e um só se não acha para favorecer o negócio de salvar almas”

(Manoel da Nóbrega, “*Cartas do Brasil 1549-1560*”, editadas pela Academia Brasileira de Letras, RJ, 1931).

De 1581 a 1640, deu-se a União Ibérica com os Felipe (II, III e IV) de Castela até a restauração com D. João IV, iniciando a dinastia dos Bragança. No reinado de D. José (1759-1777) deram-se as rédeas do governo a Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Promoveram-se inúmeras reformas administrativas, jurídicas, militares e se lançaram os olhos para o Novo Mundo. Porém de grande importância para o Brasil, foi a expulsão dos jesuítas, em 1759, abrindo um espaço, no monopólio da Companhia de Jesus, para um ensino mais construtivo e menos ideológico.

De acordo com Laerte Ramos de Carvalho (“*As reformas pombalinas da instrução pública*”, 1978), o objetivo da reforma do Marquês “foi criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa” (em Nelson Piletti, “*História da Educação no Brasil*”, Editora Ática, SP, 2008, 7ª edição).

Houve o progresso no sentido da qualificação do estudante, porém toda esta educação foi ministrada no sentido da absorção, da internalização de um universo de saberes que humilhavam, que distanciavam as populações originárias dos colonizadores estrangeiros. Mesmo o estudo do idioma indígena era destinado à construção de dicionários e não para criar a plataforma de onde veriam o mundo, como se expressou o magnífico intérprete do Brasil, o geógrafo baiano **Milton** Almeida dos **Santos** (3 de maio de 1926-24 de junho de

2001). Ou seja, não havia o mínimo interesse em construir, com a educação, a cidadania, mas justo seu oposto, fortalecer a escravidão, o sentimento de inferioridade.

Feitas estas considerações, passemos a descrever o primeiro golpe. Como hoje já se reconhece, “a historiografia tradicional tem, quase sempre, minimizado o papel desempenhado pela verdadeira insurreição popular nas lutas pela independência” (Antonio Mendes Jr., Luiz Roncari, Ricardo Maranhão, “*Brasil História Texto e Consulta 2º volume Império*”, Editora Brasiliense, SP, 1977). Se ocorreram mais intensamente na Bahia, pelo Nordeste e Norte do Brasil, estas se espalharam pelo país, sob diferentes manifestações. Também a presença da Inglaterra, disfarçada em colaborações individuais, representava o interesse imperialista, deixado claro no Congresso de Viena, em 1815.

O golpe, minuciosamente descrito por Homem de Mello, está sintetizado por Manoel Bomfim (“*O Brasil Nação Realidade da Soberania Brasileira*”, 1931):

a) foi eliminada a disposição constitucional que proibia explicitamente ao Imperador aceitar a coroa de Portugal, para acumula-la com a do Brasil;

b) foi eliminada a disposição que fazia da Província Cisplatina um Estado federado brasileiro. Fórmula ideada por José Bonifácio que, talvez, tivesse resolvido com menos ônus e desgaste o caso sulista.

Cisplatina foi província do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que prosseguiu no Império do Brasil, que correspondia ao atual território da República do Uruguai. Com a Independência em

07/09/1822, abriam-se três oportunidades para solucionar esta integração problemática, jamais aceita pelos uruguaiois, banda oriental, nem pelos argentinos, os platinos. Também havia o interesse inglês no estabelecimento de um país independente. Travou-se, por três anos, a guerra que tornava o imperador impopular. Encontros militares desfavoráveis ao Exército Brasileiro, como Sarandi, Passo do Rosário, e a invasão do território de Missões, tiveram resultado quase nulo nas negociações. Aos insucessos militares até 1828 se contrapunham vitórias diplomáticas dos brasileiros. Ao fim prevaleceu o interesse inglês com a República Oriental do Uruguai.

c) ampliou-se desmesuradamente o poder do trono e do senado vitalício, ao mesmo tempo em que se podavam atribuições da Assembleia dos deputados; e

d) instituía-se o Poder Moderador, verdadeiro cerceamento do regime representativo e democrático pretendido pelos irmãos Andrada e Silva, e que causará maiores prejuízos para a consolidação republicana no Brasil. Veja a presença das Forças Armadas e do Poder Judiciário por todo século XX e hoje, no século XXI.

Como ainda ocorre, o Poder Imperial encontrou eco em manifestações difamatórias, irrealistas, absolutamente falsas quer em relação aos trabalhos constituintes quer em manifestações populares, adredemente preparadas pelos interesses contrários à Independência.

Na expressão de Manoel Bomfim, o golpe da Constituição outorgada de 1824 deu vida à corrupção, à asfixia e incapacidade do II Império.

Os golpes contra a soberania e a cidadania brasileira passaram a ocorrer com grande frequência a partir do impeachment da presidenta

Dilma Rousseff, em 2016, tendo como gestores Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Neste ano eleitoral, com diversas demandas de interesses escusos e estrangeiros a atender, eles são/serão diários, talvez horários, dia e noite.

Vamos relatar o que estampou o veículo mais identificado com os projetos antinacionais, do Sistema Globo, o jornal O Globo, logo ao raiar do novo ano, em 01/01/2022, sábado, página 11. Título da matéria: Proteção Externa; subtítulo: Brasileiros investem mais no exterior, e gestoras lançam novos fundos. Autores: Stephanie Tondo e Janaína Lage, da editoria de economia.

Como até os menos avisados já perceberam, o poder dirigente do Brasil é o sistema financeiro internacional (SFI). Seus operadores são os gestores de ativos, empresas majoritariamente constituídas no espaço anglo-estadunidense, mas cujos capitais se encontram espalhados pelos 85 “paraísos fiscais” existentes ao redor do mundo.

Que pretende O Globo? Levar para o exterior, para os gestores de ativos (BlackRock, Vanguard, State Street Global Advisors, Fidelity Worldwide Investment, BNY Mellon IM, para ficarmos nos cinco grandes de 2019) a suada poupança da classe média, em tempos de medo, do covid e do desemprego. E não faltam dados estatísticos que encobrem o fundamental para revelar o episódico.

E qual é o fundamental? Como também já sabem até os menos atentos, a partir de 1990 o mundo passou a ser dirigido pelas finanças, desreguladas na década anterior pela ação da Margaret Thatcher (1979-1990) e do Ronald Reagan (1981-1989), respectivamente 1ª Ministra do

Reino Unido (UK) e Presidente dos Estados Unidos da América (EUA). Para abastecerem seus caixas, estes gestores de ativos (que se constituiriam no século atual) promoveram oito crises, a saber:

- 1) Crise de 1990 – Bolha Imobiliária Japonesa;
- 2) Crise de 1992 – Sistema Monetário Europeu;
- 3) Crise de 1994 – No México, “El Horror de Diciembre”;
- 4) Crise de 1997 – Dos Gigantes Asiáticos;
- 5) Crise de 1998 – Das Finanças Russas;
- 6) Crise de 1999 – Do Real ou da Reeleição de FHC;
- 7) Crise de 2000 – Ponto com ou da Bolha da Internet; e
- 8) Crise de 2001-2002 – Crise Argentina.

Todas estas crises promoveram a concentração de renda, isto é, os pequenos investidores perderam muito ou tudo, que se transferiu para os grandes investidores, e constituíram as empresas que passaram a adquirir as ações das principais empresas, nos diferentes ramos de negócio, chegando hoje, ao fim da segunda década a não mais existir competitividade em produção, em serviço, em comunicação em qualquer segmento de negócio. Todas têm nos estados ou nos gestores de ativos seus principais acionistas.

Examinemos as petroleiras: ou são estatais, como a Saudita, a Petronas, a ADNOC ou são da Vanguard, da SSgA, da Fidelity, da BlackRock, ou, como a Shell, tem uma parcela estatal e outra dos gestores de ativos.

O que O Globo busca é o reforço dos gestores com o dinheiro da classe média brasileira, que longe de “opções diversificadas” ficará sem a poupança. E para que não conclua deste modo indesejável, a coluna CAPITAL, na página 13, do mesmo dia, dá destaque para o presidente da UBS Brasil, “ameaçando” que “a oportunidade é por tempo limitado”; como se dissesse: compre sem pensar, porque quem pensa não entra na fria das finanças, no golpe na economia das pessoas e para esvaziar a disponibilidade de recursos financeiros nacionais.

O Brasil “independente” surgiu em um golpe e assim vem permanecendo por 200 anos. Alguma dúvida por que é, e ainda será, um país do futuro? Porque precisa esclarecer o povo que este sistema de poder, esta estrutura de Estado jamais lhe permitirá ser o país compatível com sua riqueza territorial e a potencialidade do seu povo mestiço.

23. Tem que se proibir as criptomoedas, enquanto é tempo, por Luis Nassif

As criptomoedas não estão sendo utilizadas apenas para narcotráfico, mas para organizações políticas criminosas.

Compartilhar no Facebook Tweetar Enviar pelo WhatsApp Enviar por e-mail

Por que o Banco Central anunciou a intenção de regulamentar o mercado de criptomoedas, e não se proibi-lo? Simples: porque tem muita instituição ganhando dinheiro ainda.

[Segundo a Polícia Civil de São Paulo, e a Polícia Federal, em menos de dois anos foram aplicados golpes de mais de R\\$ 6,5 bilhões](#) e houve movimento de cerca de R\$ 130 bilhões no ano passado. Mas pouco importa. Enquanto muitos ganharem, empurra-se com a barriga. Mais à frente, os

ingênuos morrem com o “mico”, ficam com o prejuízo, e o mercado voltará seus olhos para outras bolhas.

Faz parte de todas as bolhas financeiras, desde o Encilhamento, crise de 29, crise do subprime. A desregulação generalizada vai criando bolhas de especulação. Quando os ativos convencionais estão suficientemente valorizados, buscam-se novas formas de especulação, derivativos, ativos com poucos parâmetros de preços – como obras de arte, jogadores de futebol etc.

Até que, nesta era digital, cria-se uma ficção, de nome criptomoedas, sem relação alguma com qualquer laivo de realidade. Moedas permitem adquirir bens e serviços; jogadores geram receita para os clubes; derivativos (como diz o nome) derivam de ativos reais; obras de arte são apreciadas, geram status. Já as criptomoedas não têm relação com nada. São tão concretas quanto cassinos.

[Tome-se o caso de Sam Bankman-Fried](#), CEO da FTX, fundada em 2019. Em menos de dois anos, Sam acumulou uma fortuna de US\$ 24,5 bilhões, mais valiosa que a Nasdaq e o Deutsche Bank.

No caso dos bitcoins, a criação de moedas depende de se ter uma plataforma de computadores, desafiados em um jogo de adivinhação gigante. Há uma quantidade pré-definida de moedas. Quem decifra primeiro a adivinhação, fica com direito às moedas. Atualmente, cada bitcoin vale US\$ 42.000,00.

Esse jogo, hoje em dia, consome cerca de 0,5% do consumo global de eletricidade. Apenas a energia utilizada para “mineirar” bitcoin por 60 segundos seria suficiente para alimentar uma família americana média por 17 anos.

O mercado da contravenção

As contraindicações desse mercado são muitas, qualquer uma delas sendo motivo para que as operações sejam proibidas:

1. A dificuldade de identificação dos investidores, abrindo um enorme espaço para o dinheiro do crime organizado. A ideia de submeter as criptomoedas à regulação tradicional é tolice. O mero anúncio do início da regulação esvaziará o mercado.
2. Os grandes bancos internacionais, como o Credit Suisse, tinham no dinheiro do crime enorme fonte de receita. O ataque aos paraísos fiscais reduziu esse ganho. Agora, as criptomoedas são o caminho adotado para trazer de volta o dinheiro cinza para o circuito oficial.
3. A falta de uma instituição moderadora dos grandes movimentos especulativos, como são os Bancos Centrais para as moedas nacionais cria enormes volatilidades. Nos últimos dias o bitcoin perdeu 38% do seu pico, que ocorreu em novembro passado.

Tudo isso, mais a grande liquidez internacional, acendeu um vulcão que poderá explodir a qualquer momento.

NFTs e criptomoedas, os siameses

As criptomoedas surgiram a partir de uma tecnologia – o blockchain.

Em linguagem técnica, trata-se de banco de dados distribuído que é compartilhado entre os nós de uma rede de computadores. A partir daí criou-se essa loucura de moeda digitais que surgem do nada, de sistemas de computador consumindo doses cavalares de energia, e outras excentricidades.

Moedas refletem o grau de competitividade ou a taxa de juros de cada país; ações refletem as perspectivas de lucros das empresas. Criptomoedas não refletem nada, é especulação pura na veia.

Em cima dessa tecnologia, criou-se uma outra bolha, mais irracional ainda: os NFTs, desenhos de internet, meros jpeg, que, através de blockchain, podem se tornar propriedade dos especuladores. É o que chamam de token não fungível, ou seja um ativo digital único, irrepitível e indivisível. Apenas no ano passado, esse mercado movimentou US\$ 22 bilhões.

Nos últimos dias, o News UK, braço editorial de Rupert Murdoch, prepara-se para transformar em NFTs seu arquivo de fotos, desenhos animados e primeiras páginas.

Criou-se recentemente o Bored Ape Yatch Club, para leilões de NFTs. Atualmente existem 10.000 NFTs do Bored, desenhos como esses abaixo. O do meio, com chapéu de capitão, foi adquirido por US\$ 200.0000,00.



Em dezembro, o órgão de vigilância de publicidade do Reino Unido proibiu a promoção do “token do torcedor”, tentativa de criar NFTs com os brasões de clubes. Recentemente, a HM Revenue and Customs, autoridade fiscal do Reino Unido, anunciou a apreensão de NFTs, em uma investigação de fraude que envolve e 250 empresas fictícias.

Os alertas

Os alertas vêm de todos os lados.

O Financial Stability Board (FSB), que monitora autoridades financeiras em 24 países, publicou um relatório com alertas relevantes. O FSB estimou em US\$ 2,6 trilhões o mercado de criptoativos.

Diz o relatório: “Bancos sistemicamente importantes e outras instituições financeiras estão cada vez mais dispostos a realizar atividades e obter exposições a ativos criptográficos. A prevalência de estratégias de investimento mais complexas, inclusive por meio de derivativos e outros produtos alavancados que fazem referência a criptoativos, também aumentou”. E completa: ““Se a atual trajetória de crescimento em escala e interconectividade de criptoativos para essas instituições continuar, isso pode ter implicações para a estabilidade financeira global.”

O relatório analisou três aspectos do mercado: as moedas não lastreadas, como o bitcoin; os stablecoins, lastreados em ativos reais e que, teoricamente, deveriam ter menor volatilidade; e as plataformas de negociação de ativos criptográficos.

Alerta para os riscos dos stablecoins. Seriam eles os riscos de crédito, incompatibilidade de liquidez e risco de corridas repentinas às suas reservas.

O meio ambiente e os bitcoins

Não há limites para a bolha que se formou. [Em Montana foi fechada uma das últimas usinas a carvão do estado](#). Devido às restrições climáticas, viu minguar sua clientela. Em 2020 operou apenas 46 dias. No final de 2020, uma empresa de “mineração”. de bitcoins contratou a empresa, montou um data center alongado com mais de 30.000 computadores especializados em minerar bitcoin.

As emissões da queima de carvão da mina foram da ordem de 187.000 toneladas de dióxido de carbono, apenas no segundo semestre do ano passado, 5.000% a mais do que no mesmo período de 2020.

Não é o único caso. Ocorreu o mesmo com uma usina de carvão desativada no norte do estado de Nova York, outra no oeste da Pensilvânia, em Kentucky,

As fraudes

[As fraudes pipocam em todas as direções.](#)

A Securities and Exchange Commission (SEC) começou a investigar relações entre a Binance – a maior empresa de criptomoedas do mundo – , empresas que faz câmbio com criptomoedas e duas empresas de trading, ligadas a Changpeng Zhao, CEO da Binance. As tradings foram criadas para cumprir regulamentos nos Estados Unidos. A sede da empresa é a Ilhas Cayman. E as investigações identificaram suspeitas de lavagem de dinheiro e de fraudes fiscais.

No Brasil, o Banco Santander entrou na Justiça contra a Binance, acusando-a de dificultar “de maneira maliciosa” a investigação de um desvio de R\$ 30 milhões de uma conta bancária da Gerdau. Segundo a Folha, a empresa registrou na Receita uma fintech com telefone e e-mail falsos.

Não apenas ela. A Atlas Quantum, com 15 mil bitcoins de mais de 200 mil clientes no mundo, negociou R\$ 4 bilhões em contratos de investimento coletivo. Desde 2019 os clientes tentam sacar o dinheiro, e não conseguem. Outra corretora, a BWA Brasil, fechou as operações deixando investidores sem receber R\$ 300 milhões. E o golpe maior foi de Gładison Acácio dos Santos, o tal “faraó do bitoin”, com golpe de R\$ 1,5 bilhão.

[Outro caso foi de um piloto de Stock Car, Randon Brown.](#) Ele aceitou como patrocinador de sua equipe a LGBcoin.ioi, uma criptomoeda cujo nome é abreviação de Let’s Go Brandon. depois de atingir um pico de US\$ 6,4 milhões de captação, a moeda desabou e virou pó.

As criptomoedas não estão sendo utilizadas apenas para narcotráfico, mas para organizações políticas criminosas. Sábado passado, a [Política Montada Real do Canadá congelou mais de 100 contas financeiras](#) 251 endereços de bitcoins foram compartilhados com casas de câmbio, para breçar suas negociações, Mas

Veja mais sobre: [criptomoeda](#)

24. Dominância financeira no ocaso do capitalismo

'Dominância financeira, globalização contraditória e sobrecarga do Estado indicam que o capitalismo entrou em ocaso', escreve o colunista Eleutério F.S Prado

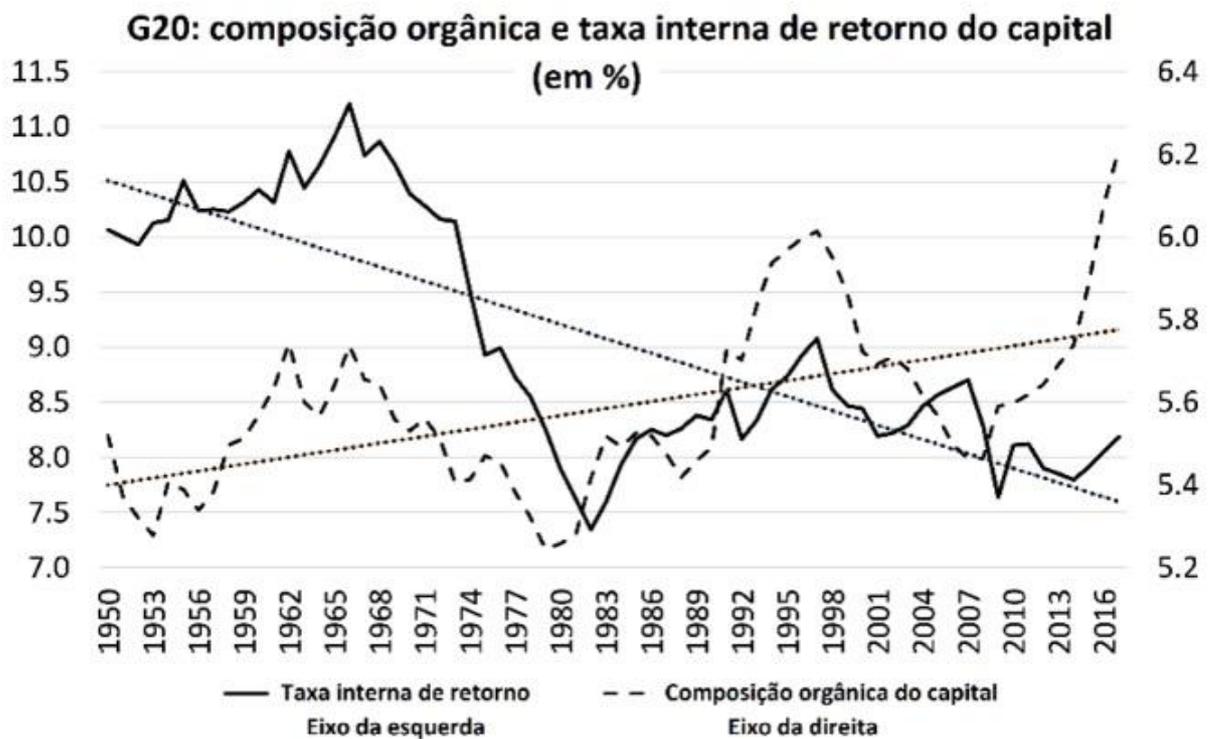
Por Eleutério F.S Prado

PUBLICIDADE

Publicado originalmente no site [A Terra é Redonda](#)

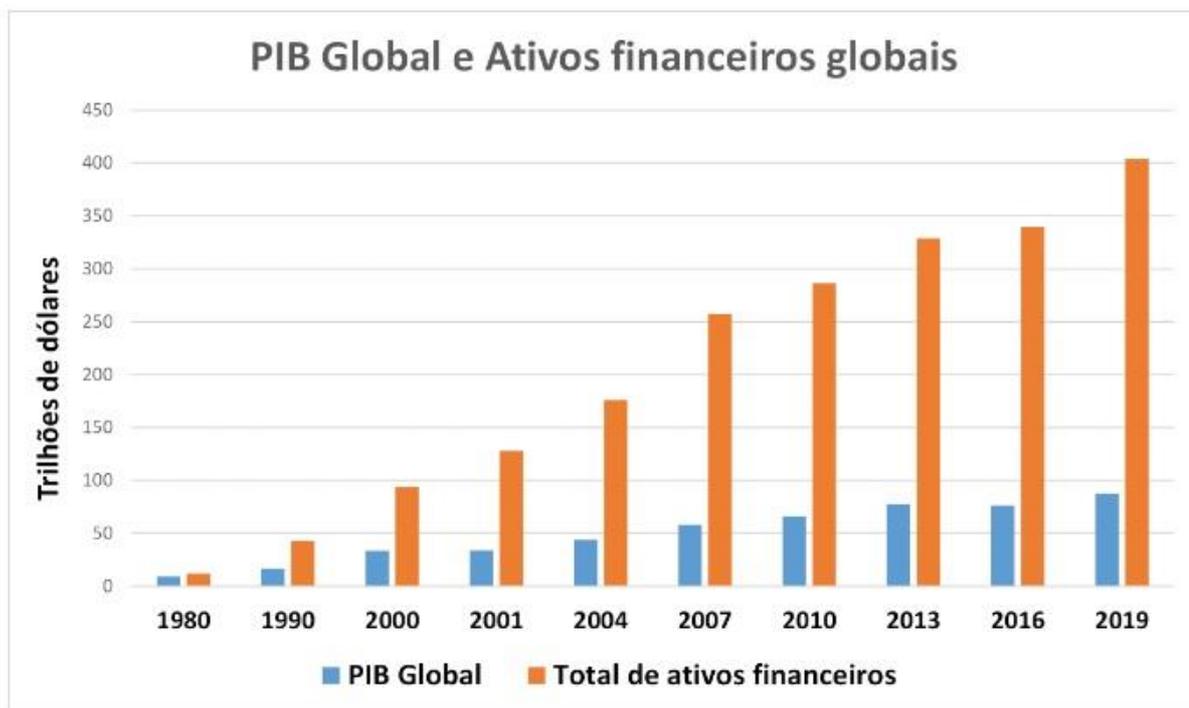
A questão da financeirização tem sido objeto de grandes controvérsias; até mesmo a validade e a adequação do termo tem sido questionada. No entanto, é fora de dúvida que certos fatos subsidiam a tese de que uma **exuberância crescente das finanças** sobreveio após o fim da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, a partir dos anos 1980 do século passado. Mas o que é financeirização? Ora, inicialmente, saiba-se que se emprega esse termo aqui como sinônimo de dominância financeira. Considere-se, também, que se propõe assim uma pergunta que requer ainda uma resposta inovadora (Prado, 2018b).

Após 1945, ocorreram dois ciclos longos na economia mundial: um entre 1946 e 1982, período em que dominou o keynesianismo, e um outro a partir dessa última data, momento subsequente em que prevaleceu o neoliberalismo. No primeiro período, a taxa de crescimento do PIB mundial foi em média de 5% ao ano. Entre 1981 e 1990, a economia mundial cresceu em média 3,12% ao ano; entre 1991 e 2010, essa taxa média caiu para 2,8%, para chegar a apenas 2,2% na última década. Em razão desse baixo crescimento, reconhece-se amplamente que a economia mundial entrou num período de estagnação após 1997, o qual não foi ainda superado. E esse declínio secular é bem explicado pelo comportamento declinante da taxa de lucro no período, tal como aparece no gráfico em sequência.



Fonte: Penn World Table 9.1 Cálculos: Michael Roberts (2020)

Mas esse último não é o único fato marcante da história do capitalismo no pós-guerra. Há que mencionar também a dominância financeira, um processo que se desenvolveu também nos últimos setenta anos. Se teve como antecedente principal a expansão do mercado do eurodólar, principalmente nos anos 1970 em virtude da abundância de petrodólares, ela deslanchou efetivamente na década dos anos 1980. Pode ser, por isso, encarada como consequência do modo de enfrentamento da tendência depressiva da economia mundial durante os anos 1970. Como se sabe, essa década caracterizou-se por duas fortes crises entre 1974 e 1982, período em que ocorreu também uma longa estagflação. O crescimento dos ativos financeiros globais em comparação com o aumento do PIB global é mostrado no gráfico abaixo:



Fonte: Banco Mundial; Cálculos: do autor.

São evidências do processo de dominância financeira: a expansão do mercado financeiro internacional; o aumento da participação do setor financeiro no PIB e na apropriação de lucros nos países centrais; a difusão do uso de novos instrumentos financeiros complexos (por exemplo, os derivativos); a emergência de um sistema paralelo de financiamento em relação aos bancos; a administração de empresas passa a privilegiar o interesse dos acionistas no curto prazo em detrimento do avanço produtivo da empresa no longo prazo; endividamento crescente das famílias, dos estados nacionais, assim como das empresas não financeiras etc.

Os estudos que aceitam o termo dominância financeira para designar esse fenômeno constatável empiricamente dividem-se conforme dirigem a sua preocupação central. Não há dúvida, que os fatos acima elencados marcam o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo; se o processo se inicia nas economias desenvolvidas, difunde-se depois para a economia mundial como um todo por efeito da terceira grande onda da mundialização do capital (Prado, 2018a).

Eis a divisão: ou a investigação recente se concentra nos efeitos da dominância financeira como um evento inédito na história do evoluir do capitalismo, o qual veio afetar a repartição da renda e da riqueza e, assim, o crescimento econômico das nações, ou ela se volta para compreendê-la como um

fenômeno recorrente e, assim, endógeno, do processo contraditório da reprodução e da acumulação do capital, com os seus surtos de expansão e as suas crises, miolo do modo de produção capitalista.

Representativo da primeira orientação é o artigo seminal de Greta Krippner escrito pouco depois da virada do milênio (2005). Aí, essa autora mostra empiricamente que a financeirização estava realmente presente na economia norte-americana. Para tanto, ela define esse fenômeno como “um padrão de acumulação em que os lucros são obtidos primariamente pelos canais financeiros ao invés de serem ganhos junto à produção de mercadorias” (Krippner, 2005, p. 174).

Um pouco antes dela, Gerard Epstein definira esse fenômeno explicitamente por sua aparência: observa-se – diz ele – um “papel crescente dos motivos financeiros, dos mercados financeiros, dos atores financeiros e das instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacional” (Epstein, 2004, p. 3).

Thomas Palley, que aponta e endossa o teor econômico dessas duas definições, acrescentou-lhe uma dimensão política; num artigo bem recente repete o que dissera no seu livro sobre o tema: “a financeirização vem junto com o neoliberalismo e se caracteriza pela dominação na política econômica e na própria economia como um todo dos interesses do setor financeiro” (Palley, 2013, p. 1; 2021, p. 465).

Ora, esses estudos podem ser interessantes para compreender os aspectos manifestos e o desenrolar dos fenômenos associados à dominância financeira em sua atualidade momentosa, mas eles falham por não os apreender como expressão da lógica que preside a reprodução da relação de capital na temporalidade histórica. Como se sabe, essa lógica não é determinista, pois comporta tanto as determinações necessárias quanto as contingentes que afetam o curso dos acontecimentos. Aqui, nesse estudo em particular, procurar-se-á compreender a dominância financeira como base na exposição dialética do modo de produção capitalista que se encontra, como bem se sabe, nos três livros de *O capital*, em especial com base em conteúdo do terceiro deles.

O que Karl Marx deixou escrito em suas obras permite pensar a exacerbação financeira observada contemporaneamente como consequência da superacumulação de capital na esfera da produção de mercadorias. E essa interpretação tem sido sustentada por autores como Ben Fine (2013), Stavros Movroudeas (2018), Michael Roberts (2018) etc.

Para apresentar essa tese, é preciso começar mostrando as conexões entre as diferentes formas que o capital assume no processo de reprodução do capitalismo. Para isso, apresenta-se em sequência o circuito completo do capital na esfera da produção:

$D - D - M$ (MP e FT) ...P... $M' - D' - D''$

Na primeira fase desse processo, indicada por $D - D$, o capital monetário livre, ao passar das mãos do possuidor de dinheiro para as mãos do capitalista industrial por meio de um empréstimo, compromete-se já com a compra de mercadorias. Na segunda fase, $D - M$, ocorre uma metamorfose, pois o capitalista fabricante usa o dinheiro tomado emprestado e adquire meios de produção e contrata força de trabalho. Em sequência, ocorre o processo da produção propriamente dito, do qual surge uma nova mercadoria, M' , que deverá ser comercializada. Se o seu valor se realizar no mercado específico, M' se metamorfoseia em D' , ou seja, torna-se novamente dinheiro, o qual ganha assim, em princípio e por um tempo, novamente a sua forma livre, descompromissada.

No entanto, o capitalista industrial, em princípio, tem de devolver D para o capitalista prestador acrescido de um montante de juros que corresponde ao tempo em que o capital inicial permaneceu empatado na produção mercantil. Assim, D' menos D é o mais-valor e D' menos D'' é o juro pago pelo capital emprestado. Parece óbvio que, em geral, o mais-valor tem de ser quantitativamente superior ao montante juros pagos. Para Marx, esse circuito como um todo é o núcleo dinâmico do modo de produção capitalista. Se ...P... indica aí a esfera da produção, à sua esquerda e à sua direita têm-se operações na esfera da circulação: assim, primeiro, o dinheiro funciona como forma de capital e, depois, como dinheiro propriamente dito; na segunda metade do processo, essa sequência se inverte já que o dinheiro funciona primeiro como dinheiro e, depois, como capital.

Ao final do processo, tendo em mente esse circuito desdobrado, têm-se que os trabalhadores receberam o valor de sua força de trabalho na forma de salários. O custo dos meios de produção reaparece agora como parte do valor das mercadorias vendidas, sendo assim recuperado. E o mais-valor se reparte entre o capitalista produtor de mercadoria, o capitalista financeiro e o capitalista comercial, que atuou supostamente na venda da mercadoria. Tem-se, assim, respectivamente, as formas lucro industrial, juro e lucro comercial. A geração de mais-valor, portanto, encontra-se na base do sistema. Formalmente, Marx, como se sabe, representa o valor da mercadoria como a soma do custo dos meios de produção, do “custo” aparente dos salários e do lucro (forma aparente do mais-valor).

O dinheiro, portanto, é uma categoria central do capitalismo; eis que ele funciona como dinheiro na compra e na realização das mercadorias, mas também como meio de empréstimo, condição em que atua precipuamente como capital – e não como dinheiro. Eis o seu circuito de circulação: $D - D'$, dinheiro que gera mais dinheiro. Para compreender o modo de atuação do dinheiro nessa segunda função, Marx distingue duas especialidades: ou ele atua como capital de comércio de dinheiro ou atua como capital portador de juros. No primeiro caso, o dinheiro opera na circulação de mercadorias como meio de criação crédito e, no segundo, funciona na interface entre o capital monetário e o capital industrial como meio de apropriação de parte do mais-valor gerado na produção de mercadorias.

A primeira dessas duas funções é exercida especialmente pelos bancos: eis que, como o desenvolvimento do capitalismo, esse tipo de empresa capitalista monopoliza a capacidade de criar o dinheiro de crédito a partir da emissão de dinheiro primário feito pelos bancos centrais. A segunda função pode ser cumprida pelos bancos, mas é certo também que se desenvolve um tipo de empresa que se dedica exclusivamente a operar como capital portador de juros. Tais firmas capitalistas não criam dinheiro por meio do crédito tal como os bancos comerciais, pois sua função específica é mobilizar e redirecionar o capital ocioso já existente.

Quando o capital não está comprometido diretamente com a produção de mercadoria, ele circula numa esfera própria, dita financeira, sob diversas formas e de um modo bem complexo. De qualquer

modo, é preciso mencionar que essa esfera é formada por dois tipos de mercados: um mercado de crédito em geral e um mercado de capitais. A função específica deste último é mediar o fornecimento de capital para as empresas produtivas, tarefa esta que pode ser feita também pelo mercado de crédito em geral. Este último atua, pois, de forma bem mais ampla no financiamento das atividades mercantis em geral.

O capital portador de juros não é apenas uma forma de extrair parte do mais-valor produzido na esfera do capital industrial, termo que indica para Marx as atividades produtoras de mercadoria em geral. Ele executa também, ao mesmo tempo, uma atividade de supervisão da produção capitalista. Pois, o crédito às empresas produtivas só é fornecido quando elas mostram capacidade atual e futura de extrair mais-valor dos trabalhadores que lhes vendem a sua força de trabalho.

Em geral, o capital portador de juros existe sob dupla forma: como um valor emprestado pelo capitalista dono do dinheiro ao capitalista industrial e como um “direito” de receber de volta o capital emprestado somado do juro *ex-ante* contratado. Esse direito é, pois, uma “obrigação” contraída pelo devedor e devida ao credor. Ora, os valores mobiliários em geral que atestam essa “obrigação” (títulos, ações, debêntures etc.) ganham vida própria no sistema financeiro. Marx denomina essas formas de capital fictício porque elas comandam ganhos (juros, bonificações etc.) mas não estão comprometidas diretamente com a produção de mais-valor. Por isso mesmo, os títulos do governo e os títulos de dívidas privadas em geral ganham também a forma de capital fictício.

Em virtude do caráter fluído dos valores mobiliários circulantes no sistema financeiro, este adquire uma certa autonomia. De princípio, representam a possibilidade real de apropriação, em datas determinadas, de bocados do mais-valor que está sendo gerado pelo trabalho produtivo na esfera do capital industrial. Porém, como as dívidas podem ser pagas contraindo novas dívidas, com as suas formas são intercambiáveis e negociáveis em troca de dinheiro (ou seja, são líquidas), a criação de capital fictício torna-se até certo ponto independente da geração efetiva de valor no sistema econômico do capital. Mas os limites dessa fortuna se revelam nos estouros das “bolhas” e nas crises financeiras geral, ocasião em que o caráter fictício desses valores mobiliários se mostra porque

morrem na gaveta, no cofre dos bancos etc., sendo então registrados como “perdas” nos balanços dos agentes financeiros em geral.

Ora, o movimento da massa de capital fictício está relacionado com os ciclos econômicos com as suas três fases: prosperidade, crise e depressão. Nos períodos de forte avanço da acumulação, a taxa de lucro atual e futura afigura-se promissora e, assim, aceleram-se os investimentos produzindo crescimento econômico elevado. E isso é viabilizado pela expansão do crédito e do capital fictício no âmbito do setor financeiro. No curso desse processo, ocorre o que Marx denominava de superacumulação tanto de capital industrial quanto de capital financeiro. Sobrevém, então, a crise.

Eis que a desmedida fora possível por causa da autonomia relativa da criação de crédito. Uma aposta num futuro brilhante produz uma acumulação excepcional de valores mobiliários. E essa euforia financeira costuma levar a acumulação de capital industrial além de seu limite próprio. Nesse entretempo crescem os salários reais, eleva-se a composição orgânica do capital, fatores que rebaixam a lucratividade do capital. A crise acontece porque a taxa de lucro passa a cair ou mesmo a despencar e porque passa a existir aumento da capacidade ociosa. Como consequência dramática desse evoluir, observa-se um crescente desemprego dos trabalhadores.

O capitalismo, como se sabe, é bipolar: depois dos períodos de euforia em que as expectativas se mostravam otimistas vem sempre períodos recessivos ou mesmo depressivos em que as expectativas se tornam pessimistas. São, por isso, caracterizados como depressões. Deve-se notar que a aceleração do processo de acumulação de capital fora permitida, reforçada e levada além do possível grosso modo pela criação desmedida de crédito.

A corrida do investimento produtivo no período de euforia econômica depende do ânimo do capital de empréstimo. Assim, é de se esperar que após o estouro da crise ocorra não só uma forte queda do ritmo da acumulação, mas também um deslanchar de um processo desvalorização que atinge boa parte do capital anteriormente acumulado tanto no âmbito industrial quanto no âmbito do capital financeiro. E essa destruição é necessária para que a taxa de lucro se recupere, iniciando um novo

ciclo de acumulação, uma nova prosperidade que também, em princípio, não deverá durar para sempre.

Nessa perspectiva, a exacerbação financeira é apreendida em suas conexões intrínsecas com a acumulação de capital industrial, ou seja, naquela em que ocorre efetivamente a geração de mais-valor. Em consequência, ela fornece um arcabouço teórico que permite compreender – ainda que de início – o processo de dominância financeira que ocorreu no desenvolvimento do capitalismo fortemente regulado das últimas décadas. Nesse sentido, esse fenômeno que já dura quarenta anos pode ser compreendido não como algo excepcional, mas como um processo recorrente na história. As inovações financeiras que parecem inéditas não são mais do que desenvolvimentos das funções inerentes do dinheiro como dinheiro e do dinheiro como capital. Elas sempre respondem, assim, às necessidades próprias do próprio evoluir do capitalismo.

Contradições do capitalismo contemporâneo

Se essa teorização anterior – aqui apenas delineada^[i] – é justa e necessária, entretanto, ela não parece suficiente para explicar a dominância financeira como acreditam certos autores que se filiam ao que chamam de marxismo clássico. Mouvroudeas e Papadatos, por exemplo, sustentam que “o espetacular balonismo do sistema financeiro nas décadas recentes (...) não constituem uma nova época, menos ainda um novo capitalismo. Ao invés, consiste numa costumeira resposta capitalista aos períodos de fraca lucratividade” (2018, p. 451).

É, pois, preciso ir além. No entanto, antes disso apresenta-se uma visão mais geral do capitalismo contemporâneo pois se afigura sobretudo necessário pensar as principais contradições que ora travam o desenvolvimento desse modo de produção. A queda secular da lucratividade observada no pós-Segunda Guerra Mundial, já mostrada aqui graficamente, indica que as barreiras postas pelo próprio desenvolvimento do capital são agora formidáveis e que ele está tendo enorme dificuldade em superá-las: eis que uma delas está ligada justamente à dominância financeira.

Segue-se aqui a tese de Murray Smith em seu livro *Leviatã invisível* (2018) segundo a qual se está, desde o começo dos anos 1980, na presença do ocaso do capitalismo – um processo intranquilo

que não deixou de se aprofundar desde então. Pois, nessa década, ele entrou – enquanto modo de produção – numa crise estrutural da qual ainda não saiu e não poderá sair por razões que se apresentará em sequência. Segundo esse autor, apenas Marx oferece um “arcabouço teórico necessário para apreender a trajetória contraditória, irracional e crescentemente perigosa do modo de produção capitalista” (Smith, 2018, p.9).

Diante dessa perspectiva, o neoliberalismo não retrata um capitalismo vencedor. Ao contrário, enquanto política social e econômica, adveio não para superar ciclicamente as dificuldades sistêmicas do capitalismo, as quais se apresentaram já na década dos anos 1970, mas como um recurso derradeiro para que possa continuar funcionando, ainda que cada vez mais precariamente. Os ciclos de alta e baixa aconteceram e continuarão a acontecer, mas a tendência de longo prazo se apresenta como um declínio persistente e isso foi mostrado pelos gráficos antes apresentados.

Quatro contradições “marxianas” estão na base dessa crise estrutural. São elas: uma necessidade crescente de bens públicos num sistema baseado na propriedade privada; um sistema econômico que se torna mundial, e que exige por isso uma administração nesse nível, mas está organizado em nações que tem interesses conflitantes; uma apropriação crescente da natureza diante de uma limitada capacidade de carregamento do planeta Terra; uma crise de superacumulação em que a destruição de capital se tornou politicamente insustentável. É, pois, necessário explicitá-las em sequência.

A primeira mencionada consiste numa decorrência da contradição entre o caráter privado da apropriação e o caráter social da produção tão acentuada por Marx. À medida que o capitalismo se desenvolve, cresce a necessidade de bens e serviços ofertados como bens públicos; eis que eles são necessários para prover a infraestrutura e a proteção social comunitária que garante uma certa unidade ao sistema. Ora, esse provimento onera o orçamento dos estados nacionais, os quais são alimentados em última análise com parte do mais-valor extraído dos trabalhadores do setor produtivo das economias. Assim, diante da necessidade de elevar a taxa de lucro média, não lhes restou senão cair numa política de privatização que tende a tornar os bens públicos cada vez mais escassos. Ao erodir a base comum da sociedade, essa política do neoliberalismo difunde a pobreza e o niilismo, concentra a

renda e a riqueza, solapa a democracia liberal, ou seja, certos fundamentos que dão sustentação social e política ao próprio capitalismo (ver Brown, 2019, sobre isso).

A segunda contradição aludida diz respeito à transnacionalização da produção de mercadorias, assim como do sistema financeiro que lhe dá assistência. As grandes corporações norte-americanas, europeias, chinesas etc. operam agora em dezenas de países. A produção depende de cadeias mundiais provedores de componentes. A coordenação das atividades econômicas depende de plataformas digitais que não apenas operam, mas na verdade se situam para além do domínio dos estados nacionais. O sistema financeiro transnacional torna-se nucleado em grandes bancos rizomatosos que supostamente não podem falir.

Como se sabe, o Estado é a instância de poder que põe a unidade que falta num sistema econômico permeado por antagonismos entre indivíduos, grupos e classes sociais e em que ocorrem frequentes disfunções sistêmicas. É ele, ademais, que busca encontrar solução para os problemas originados pelo próprio funcionamento do modo de produção. Contudo, muitos problemas estão sendo gerados agora numa escala global, para além do poder de intervenção dos estados nacionais. Muitos deles, os mais fracos e menos desenvolvidos se encontram constrangidos por poderes privados que prosperam internacionalmente e que se lhe sobrepõem.

A terceira contradição elencada diz respeito ao caráter inerentemente predatório da produção capitalista, o qual entra em confronto com as exigências de conservação e de regeneração do ambiente natural – nas quais se incluem a reprodução da força de trabalho. Há um certo consenso no pensamento crítico de que existe uma crescente “ruptura metabólica” entre a produção mercadorias por meio da qual o capital se realiza enquanto tal e as condições naturais da produção.

Eis que as condições ecológicas da sustentabilidade da civilização humana vêm sendo erodidas com velocidade inaudita por um processo de acumulação de capital que não pode parar e que, por isso, não pode deixar de receber prioridade em cada uma das nações que compõem essa civilização. Mesmo se são feitos acordos internacionais, por exemplo, para reduzir as emissões de carbono, elas

continuam crescendo sem que as suas fontes sejam eliminadas; eis que crescem mesmo se a geração desse tipo de poluição já se encontra em nível bem crítico.

Ao não garantir a sustentabilidade da civilização humana no planeta Terra, o capitalismo se tornou insustentável. “Juntas” – diz Smith –, “essas crises interrelacionadas sugerem que já se entrou na era do ocaso do capitalismo – uma era na qual a humanidade encontra os meios para criar uma ordem social e uma organização econômica mais racionais ou na qual o decaimento progressivo do capitalismo trará junto consigo a destruição da civilização humana” (Smith, 2019, 6-9).

Para além do marxismo clássico

Mas ainda não se mencionou a contradição que produziu e continua produzindo a dominância financeira e que advém da natureza desmedida da acumulação de capital. A sua intrínseca falta de limitação, que está em oposição à sua inerente limitação circunstancial e histórica, produz constantemente superacumulação. O próprio capital, como se toma ciência por meio de *O capital* (2017, p. 286-290), cria barreiras para si mesmo e, mesmo se as supera, cria sempre novas e maiores barreiras. Assim, os momentos de superacumulação apenas podem ser superados com a vinda de uma nova onda de acumulação se o excesso de capital previamente constituído – industrial e financeiro – vem a ser desvalorizado e mesmo destruído fisicamente. Em consequência, as crises são, como se sabe, eventos necessários do processo de acumulação.

Ora, a insaciabilidade do capital produziu a crise de superacumulação que vem travando o moto próprio do capitalismo globalizado desde a década do anos 1970. Para aumentar continuamente a produtividade do trabalho na produção de mercadorias, a concorrência capitalista tende a elevar a razão entre o montante capital empregado na produção e o valor total adicionado por meio dessa própria produção – e isso tende a reduzir fortemente a taxa de lucro. Como a esfera política desse sistema – eis que ele nunca está desacoplado do Estado – não pode mais permitir que as crises destruam irrestritamente o capital acumulado, permitindo assim uma recuperação dessa taxa, ele próprio como um sistema mundial passou a enfrentar uma crise que não se resolve, ou seja, uma crise

estrutural, já que, diante do capital acumulado, a produção de mais-valor se mostra agora sempre “insuficiente” (ver Prado, 2021).

Só lhe restou como alternativa o neoliberalismo^[ii]: uma *práxis* sócio-política contemporânea que procurou criar, por meio do Estado e de seus aparelhos ideológicos, contratendências à queda da taxa de lucro. Para tanto, buscou decompor mais e mais a sociedade em indivíduos, liberar os movimentos do capital financeiro, transferir as indústrias intensivas em trabalho para a periferia, reduzir os salários reais dos trabalhadores etc. Ora, tudo isso gerou uma recuperação fraca principalmente no centro do sistema, que durou entre 1982 e 1997, aproximadamente. A partir dessa última data, a tendência de queda da taxa de lucro se impôs novamente sem perspectivas de que essa situação depressiva possa mudar.

Avulta aqui, neste estágio da exposição, uma pergunta: por que a desvalorização, a destruição de parte das forças produtivas acumuladas e a aniquilação de grande porção da montanha das dívidas existentes – devido à expansão desmedida do crédito ocorrida nos últimos quarenta anos – não pode ocorrer em nível suficiente para elevar substantivamente a taxa de lucro, permitindo o engendramento de num novo ciclo longo de crescimento econômico? Ora, para responder adequadamente a essa questão, é preciso ir além do marxismo clássico.

Mas para ir além desse marxismo é preciso continuar ainda com Marx, examinando como ele apresenta o papel do crédito na economia capitalista e, em particular, como anuncia certas tendências inerentes ao seu desenvolvimento. Note-se, para começar, que o próprio termo “marxismo clássico”, adotado por economistas marxistas que antes se mencionou, implica num reducionismo que não faz justiça às teses desse autor.

Ao enfatizar corretamente a centralidade do capital industrial no desenvolvimento do capitalismo, desprezam uma tendência que lhe é inerente de coletivizar a propriedade das empresas, especialmente das maiores. Se durante um longo tempo prevalece um modo de propriedade muito distribuído entre os membros da classe capitalista – eis que domina a propriedade estritamente privada dos meios de

produção –, desenvolve-se pouco a pouco uma forma distinta esta última, baseada em formas coletivas e sociais de propriedade.

Para Marx, o sistema de crédito tem três grandes funções: permitir a equalização das taxas de lucros; reduzir o custo da circulação de mercadorias e acelerar as metamorfoses do capital; criar a sociedade por ações. Ora, o capital acionário é a forma histórica por excelência da coletivização da propriedade do capital. Assim, um número indefinido de capitalistas pode ser dono de uma ou mais grande empresa lucrativa. Eis que essa forma permite, sobretudo, uma “enorme expansão da produção e das empresas, numa escala impossível para capitais isolados” (2017, p. 494). Há aqui, pois, um ponto a ser ressaltado: o capital na forma social difunde a propriedade de ativos financeiros, representativos ou não de ativos efetivamente produtivos, não só entre os capitalistas, mas também entre os trabalhadores, especialmente aqueles que obtêm melhores salários.[\[iii\]](#)

A concentração dos meios de produção e das forças de trabalho, transforma, assim, o capital privado em capital social, ou seja, em “capital de indivíduos diretamente associados”. Assim se dá, segundo Marx, “a supressão do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo de produção” (2017, p. 494). O comando antes unificado das empresas componentes do sistema industrial, agora se duplica. Divide-se entre o comando dos processos produtivos, administrativos e comerciais que passa a ser feita por gerentes e o comando do destino do capital que se torna agora um privilégio exclusivo dos capitalistas donos do dinheiro, ou seja, dos capitalistas financeiros.

É fora de dúvida que as formas de capital social se expandiram ao longo do desenvolvimento do capitalismo, principalmente a partir do último quarto do século XIX. Ademais, é bem certo também que cresceram exponencialmente no período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até o presente. Nesse período, aumentou certamente a quantidade e o poder econômico das corporações subordinadas indiretamente aos capitais acionários.

Além dessa, desenvolveram-se paralelamente outras formas de propriedade coletiva de capital como os fundos mútuos de investimento, fechados ou abertos e os fundos de pensão. Ademais, o volume dos prêmios de seguros que repartem os riscos associados aos negócios entre coletivos de

capitalistas também se elevou às nuvens. Ao se notar que crescimento formidável dos ativos financeiros globais (segundo gráfico mostrado na introdução deste artigo) são agora detidos coletivamente pelos capitalistas multinacionais, pode-se chegar a uma nova compreensão da dominância financeira: ao invés de ser encarada como expressão de “rentismo” ou de “vampirismo econômico”, passa a ser vista como manifestação do processo adiantado de socialização do capital na contemporaneidade.

Ademais, ao se compreender que a dominância financeira como resultado de uma tendência histórica, impulsionada pouco a pouco pelas próprias crises do capitalismo tal como argumenta o “marxismo clássico”, entende-se por que há uma forte resistência a permitir a desvalorização do capital industrial e financeiro acumulado no passado. Se o sistema econômico está fundado principalmente na propriedade privada individual, então as perdas serão também sempre individuais; porém, quando esse sistema passa a se fundar de modo importante na propriedade social, ou seja, na livre associação de capitalistas monetários, as perdas se tornam coletivas, tornando-se, assim, politicamente inaceitáveis.

A dominância financeira, assim como a crise climática, a globalização contraditória e a sobrecarga do Estado num sistema baseado na propriedade capitalista, indicam que o capitalismo entrou em seu ocaso. Sobreviverá a humanidade ou ela morrerá junto com ele? A resposta a essa questão se encontra nas lutas políticas, na luta entre um novo esclarecimento e o negacionismo, na capacidade dos trabalhadores em geral de enfrentar a classe dos capitalistas.

Referências

Brown, Wendy – *Nas ruínas do neoliberalismo – A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

Epstein, Gerard – Introduction. In: *Financialization and the world economy*. Ed. Gerard Epstein, Northampton, MA: Edward Elgar, p. 3-16, 2004.

Fine, Ben – Financialization from a Marxist Perspective. In: *International Journal of Political Economy*, vol. 42 (2), p. 47-66, 2013.

Itoh, Makoto – *The basic theory of capitalism – The forms and substance of the capitalist economy*. Londres: Macmillan, 1988.

Höfig, Bruno – O capital acionário e sua necessidade: elementos para a compreensão do processo de financeirização da firma. In: *Economia e Sociedade*, vol. 26 (número especial), p. 929-958, 2017.

Krippner, Greta R. – The financialization of the American economy. In: *Socio-Economic Review*, vol. 3, p. 173-208, 2005.

Mavroudeas, Stavros; Papadatos, Demophanes – Is the financialization hypothesis a theoretical blind alley? In: *World Review of Political Economy*, vol. 9 (4), p. 451-476, 2018.

Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*, Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

Palley, Thomas – *Financialization: the macroeconomics of finance capital domination*. New York: Macmillan/Palgrave, 2013.

_____ – Financialization revisited: economics and political economy of the vampire squid economy. In: *Review of Keynesian Economics*, vol. 9, p. 461-492, 2021.

Prado, Eleuterio F. S. – Três ondas da globalização. In: *Blog Economia e Complexidade*, set. 2018a.

_____ – O que é financeirização. In: *Blog Economia e Complexidade*, jul. 2018b.

Roberts, Michael – Financialization or profitability? In: *The next recession blog*, nov. 2018.

_____ – More on a world rate of profit. In: *The next recession blog*, set. 2020.

Sawyer, Malcom – What is financialization? In: *International Journal of Political Economy*, vol. 43 (4), p. 5-18, 2013.

Smith, Murray E. G. – *Invisible leviathan – Marx’s law of value in the twilight of capitalism*.

Chicago: Haymarket Books, 2019.

_____ ; Butovsky, Jonah; Watterton, Josh – *Twilight of capitalism – Karl Marx and the decay of the profit system*. Canadá: Fernwood Publishing, 2021.

Notas

[i] Makoto Itho apresenta em um de seus livros uma versão bem mais completa da concepção dos ciclos de Marx (1988) e ela foi útil para a elaboração deste artigo.

[ii] Se neoliberalismo assumiu, primeiro, uma forma moderada ou, como foi dito, “progressista”, no curso da crise estrutural ele acaba assumindo uma forma extremista e reacionária.

[iii] Essa temática foi bem tratada por Bruno Höfig (2017).

GLOSSÁRIO DE TERMOS FINANCEIROS

CAGR – compound annual growth rate

Tese de investimento

CAPEX

WACC

EBITDA

SG&A

CAPM

FCFF - Free cash flow to firm

FCFE - Free cash flow to equity

ROIC

NOPAT

D&A

KPI

TPV – total payment value

GMV - Gross & merchandise value

OMNICHANNEL

SMB – small and medium business

COMERCIO DIGITAL MULTICANAL

ECONOMIA DIGITAL

FINTECH

PILAR ABC – advertising, banking, credit

(premissas robustas – UI..)

MEIOS DE PAGAMENTOS

START UP

IFRS

FMI

OCDE

SELIC

BLOCH CHAIN

NFTs

METAVERSO

OMC

DISRUPTIVO

HEDGE

TECNOLOGIAS DE MOBILIDADE DISRUPTIVAS